

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

WALDERES LIMA DE BRITO

EMPRESAS RESPONSÁVEIS E COMUNIDADES CIDADÃS:

Responsabilidade Social sob o crivo da Comunicação Pública

Goiânia

2009

WALDERES LIMA DE BRITO

EMPRESAS RESPONSÁVEIS E COMUNIDADES CIDADÃS:

Responsabilidade Social sob o crivo da Comunicação Pública

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Mídia e Cidadania.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Garbelini.

Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Signates

Goiânia

2009

B862e Brito, Walderes Lima de
Empresas responsáveis e comunidades cidadãs : responsabilidade social sob o crivo da comunicação pública. – Goiânia, 2009. 160f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Garbelini
Co-orientador: Prof. Dr. Luiz Signates

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás.

1. Empresas – responsabilidade social 2. Comunicação pública 3. Democracia deliberativa 4. Mídia e cidadania I. Garbelini, Maria de Fátima (Orientadora) II. Signates, Luiz (Co-orientador) III. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andréa Pereira dos Santos CRB-1/1873
Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza,
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

WALDERES LIMA DE BRITO

EMPRESAS RESPONSÁVEIS E COMUNIDADES CIDADÃS:

Responsabilidade Social sob o crivo da Comunicação Pública

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre, aprovada em 23 de abril de 2009, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Garbelini
FACOMB/UFG
Presidente da Banca

Prof^ª. Dr^ª. Rousiley C. M. Maia
UFMG
Membro externo

Prof. Dr. Luiz Antônio Signates Freitas
FACOMB/UFG
Membro interno

À memória de Hélder Câmara, no centenário de nascimento do “Dom da Paz”, pela doce, firme e perene mobilização interior para a busca do que é belo, bom e justo.

AGRADECIMENTOS

Entendo hoje, mais que nunca, a razão pela qual muitas pessoas optam pela primeira pessoa do plural quando fazem seus relatos de pesquisa que são, sempre, construção coletiva. Corro voluntária e deliberadamente o risco de esquecer nomes, para não deixar de mencionar aqueles que lembro e que colaboraram decisivamente em todas as etapas do trabalho que resultou nesta dissertação:

À professora Fátima Garbelini, orientadora da pesquisa, presença delicada e constante em todos os momentos, dosando o necessário incentivo ao trabalho e sinalizando os não menos importantes tempos de repouso e desaceleração.

Ao professor Signates, pelo contagiante entusiasmo pela pesquisa e pelo prazer do conhecimento, grato pela confiança e pelas evidentes contribuições nos fundamentos desta pesquisa.

Às muitas pessoas que tiveram cuidado e paciência de discutir tantas vezes comigo o rumo deste projeto de pesquisa, especialmente Ana Rita Vidica, Áurea Esteves, Cida Alves, Lourival Rodrigues, Maria Aurora Neta, Maria Moraes, Mirian Fábria e Willian Bonfim.

A muitas pessoas do Jardim Nova Goiânia, pelo carinho e sinceridade com que acolheram a proposta desta pesquisa, especialmente Elias Cosmo Alves, Josué da Costa Cardoso, Luciana Vieira dos Santos Faria, Lucilene da Silva Mendes Carvalho, Maria do Socorro Gomes Santos, Mozart de Oliveira Santos, Romildo Eliziário da Silva, Rosemar José Carvalho, Silvânia M. de Deus, Sinvaldo Miranda de Souza, Socorro Maria da Conceição Souza, Sônia Maria Pedroso de Oliveira, Tânia Aparecida Jesus Leite, Vanderlei Moreira dos Santos e Vilton Barros de Araújo.

A Newton Camelo de Castro e, através dele, a todos os colegas de trabalho da Transpetro, que muitas vezes me fizeram sentir parte importante de um empreendimento de vulto e da construção de novas formas de uma empresa posicionar-se no mundo.

Às pessoas que participaram da transcrição das gravações, de modo particular Eleusa Ferreira de Almeida, Gabriela Marques, Gilson Carlos de Assis, Inês Silva, Lorena Rodrigues, Maiara Dourado e Tatiane Assis.

À professora Leda Moreira Nunes Mendonça, pelo gentil e competente olhar relativo às normalmente áridas questões normativas.

Ao Bruno Galiza e ao Wolney Fernandes de Oliveira, pelas contribuições estéticas fundamentais para a boa apresentação visual deste trabalho, incluindo os suportes eletrônicos.

À Rosi Martins, Luiz Mello de Almeida Neto, Vanildes Gonçalves e, mais uma vez, ao Wolney Fernandes Oliveira, desta vez pela partilha de descobertas e incertezas, pelas ponderações acertadas e pelo riso farto e restaurador em todas as etapas do caminho.

A meus pais, Auxiliadora e Manoel, minhas irmãs, Eliane, Vanuzia e Cristiany e a todo o pessoal “de casa”, pela vibração com que recebem todas as minhas conquistas que, pequenas ou grandes, são celebradas com o mesmo entusiasmo genuíno.

A Rezende Bruno pelo inexprimível alcance que o compartilhar a vida tem para uma pesquisa ou para o que quer que se aventure ser ou fazer.

A poesia está guardada nas palavras – é tudo que
eu sei.
Meu fardo é o de não saber quase tudo.
Sobre o nada eu tenho profundidades.
Não tenho conexões com a realidade.
Poderoso para mim não é aquele que descobre ouro.
Para mim poderoso é aquele que descobre as
insignificâncias (do mundo e as nossas).
Por essa pequena sentença me elogiaram de imbecil.
Fiquei emocionado e chorei.
Sou fraco para elogios.

Manoel de Barros

RESUMO

A comunicação entre empresa e comunidade pode ser um instrumento de fortalecimento da cidadania da população e de comprovação da responsabilidade social de uma organização econômica. As possibilidades e limites deste processo é o tema deste estudo que toma como referência o relacionamento da Petrobras com a população do Jardim Nova Goiânia, um bairro do município de Senador Canedo, GO, margeado por dois oleodutos. Para a pesquisa, lideranças e moradores foram eleitos como interlocutores, sendo ouvidos através de entrevistas em profundidade e grupos focais, nos quais foram relatadas e debatidas memórias e pontos de vista sobre o processo de ocupação do bairro, a conquista de infra-estrutura e as percepções a respeito da interação entre a empresa e a população. A investigação apontou indícios de processos instituintes de cidadania presentes em mobilizações e organizações dos moradores e também contribuições da Petrobras para esse processo, manifestas em práticas sociais não assistencialistas e de reconhecimento por parte da empresa do direito dos moradores à informação. Por outro lado, a pesquisa apontou que faltam evidências da contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável da comunidade que, por sua vez, ainda é frágil quanto ao associativismo crítico que a capacitaria a exigir, das estruturas sistêmicas, condutas pautadas pela moralidade pública.

Palavras-chave: Cidadania. Comunicação Pública. Responsabilidade Social Empresarial. Democracia deliberativa.

ABSTRACT

The communication between companies and communities can be a tool to the strengthening of citizenship and a way to prove the social responsibility of an economical organization. The possibilities and limits of this process are the theme of this study and the research refers to the relationship between Petrobras and the population of Jardim Nova Goiânia, a neighborhood in Senador Canedo, GO which stands between two pipelines. During the research, local residents and leaders of the community were elected to work as interlocutors and were interviewed about their memories and points of view concerning how the neighborhood was populated, the infrastructure and their perception about the interaction between the company and the local residents. The investigation showed evidence that there were processes of institution of active citizenship, such as social practices that were not meant to make the residents dependent on them and the respect to the right of these residents to information. Those social practices were present in the mobilization and organization of the local residents and Petrobras contributed to this process. On the other hand, the research indicated the lack of evidence of the company's contribution to the sustainable development of the community which is still fragile in relation to the ability of acting as an association what would make the community capable of demanding moral responsibility from public systemic structures.

Key words: Citizenship. Public Communication. Corporate Social Responsibility. Deliberative Democracy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Triple Botton Line	24
Ilustração 2: Questões por tema dos Indicadores Ethos	33
Ilustração 3: Quantidade de empresas que receberam o Selo do Balanço Social do IBASE	35
Ilustração 4: Quantidade de relatórios GRI no mundo.....	36
Ilustração 5: Quantidade de questões dialógicas por tema dos Indicadores Ethos.....	39
Ilustração 6: Mapa da Pesquisa	68
Ilustração 7: Tempo de duração das entrevistas (em minutos)	71
Ilustração 8: Detalhe do Carimbo do Projeto Urbanístico do Jardim Nova Goiânia.....	82
Ilustração 9: Detalhe do Decreto de Criação de Aprovação do Jardim Nova Goiânia.....	82
Ilustração 10: Analfabetos maiores de 15 anos e moradores que têm plano de saúde.....	83
Ilustração 11: Imagem de satélite do Jardim Nova Goiânia, em 2002	88
Ilustração 12: Imagem de satélite do Jardim Nova Goiânia, em 2007	89
Ilustração 13: Percentual de ocupação dos lotes do Jardim Nova Goiânia.....	90
Ilustração 14: Evolução da População.....	97
Ilustração 15: PIB de Senador Canedo.....	98
Ilustração 16: Evolução do IDH-M de Senador Canedo	98
Ilustração 17: Trecho do processo de desapropriação do Jardim Nova Goiânia.....	111
Ilustração 18: Evolução do Efetivo da Petrobras 1989/2008	121
Ilustração 19: Oscilação do preço do petróleo em 2008.....	123
Ilustração 20: Oscilação do preço do petróleo de 1946 a 2008	123
Ilustração 21: Força de Trabalho do Sistema Petrobras/ 2007	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aberje	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCE	Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas
ADVB	Associação Brasileira de Dirigentes de Venda e Marketing do Brasil
API	<i>American Petroleum Institute</i>
Apimec	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASF	Agentes de Saúde da Família
Asmojango	Associação de Moradores do Jardim Nova Goiânia
Bovespa	Bolsa de Valores de São Paulo
BR	Petrobras Distribuidora S/A
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Conar	Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Indexes</i>
Fides	Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GRI	<i>Global Compact Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
Idec	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
Osbra	Oleoduto São Paulo - Brasília

PDCA	<i>Plan, do, check, act</i>
Petrobras	Petróleo Brasileiro S/A
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Ppm S	Partes por Milhão de Enxofre
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
SA8000	<i>Social Accountability 8000</i>
Semuds	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Tegon	Terminal de Goiânia da BR Distribuidora
Transpetro	Petrobras Transporte S/A
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I CRIVO COMUNICATIVO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DE EMPRESAS	19
1.1 Conceitos e controvérsias sobre responsabilidade social empresarial	20
1.2 O que faz as empresas se inclinarem para a responsabilidade social?.....	26
1.3 O que fazem as empresas inclinadas à responsabilidade social?.....	33
1.4 Transparência ou comunicação pública de organizações privadas.....	37
2 MATIZES, MATRIZES, ARDIS E SUTILEZAS DAS CIDADANIAS	43
2.1 Sociedade civil e constituição de esferas públicas.....	45
2.2 A ação que faz da pessoa um “Ser Humano”.....	51
2.3 Cidadania comunicativa ou comunicação instituinte de cidadania	58
3 META-INTERAÇÕES: COMUNICAÇÃO PARA ENTENDER COMUNICAÇÃO	65
3.1 Entrevista em profundidade: escuta interessada e atenta.....	66
3.2 Grupo focal: polêmicas e divergências em debate.....	72
3.3 Tratamento de dados: leitura de discursos e silêncios	77
4 SINUOSOS PERCURSOS INSTITUINTES DE CIDADANIA.....	80
4.1 Consciência de origens, destinos e pertencimentos.....	81
4.2 Aproximações e afastamentos de estruturas sistêmicas	94
4.3 Construção de ambiente solidário e favorável a debates e deliberações	101
4.3.1 <i>Iniciativas sob risco de cooptação e isolamento</i>	102
4.3.2 <i>Memórias e desejos orientados ao associativismo crítico</i>	111
5 PETROBRAS E COMUNIDADES: OCASO E DEVIR	120
5.1 Sólidos princípios declarados	122
5.2 Evidentes indiferenças praticadas.....	128
5.3 Expectativas viciadas.....	132
5.4 Sinais de outras relações possíveis	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	145
APÊNDICE A – Quadro sinótico de evolução do objetivo da pesquisa	152
APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas em profundidade.....	154
APÊNDICE C – Instrumentos dos grupos focais	155
APÊNDICE D – Mapeamento do Jardim Nova Goiânia.....	157
APÊNDICE E – Mapa de conteúdos do CD-ROM	158
ANEXO A – Decreto de criação do loteamento Jardim Nova Goiânia.....	159

INTRODUÇÃO

No dia 21 de fevereiro de 2008, a Petrobras foi reconhecida como a mais sustentável das companhias de petróleo do mundo, através de pesquisa realizada pela consultoria espanhola Management & Excellence (2008), atingindo 92,25% na avaliação de um conjunto de 387 indicadores internacionais. Dois meses depois, em 17 de abril do mesmo ano, o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, Conar, suspendeu anúncios da Petrobras que afirmavam ser esta a empresa que mais contribui para a preservação ambiental e para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O teto de vidro da petroleira foi alvejado por um conjunto de organizações governamentais e não governamentais, entre elas Greepeace, SOS Mata Atlântica, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, secretarias estaduais de meio ambiente de São Paulo e Minas Gerais, entre outras. O argumento das entidades é bastante simples: como pode se auto-proclamar como a que mais contribui com a preservação ambiental e com o desenvolvimento sustentável a empresa que produz um óleo diesel que está entre os piores do mundo, responsável pela emissão de 500 a 2000 partes por milhão de enxofre (ppm S), quando o tolerável seria 50 ppm S?

As entidades alegam que a qualidade do ar impactado por este diesel mata 3 mil pessoas por ano, apenas na cidade de São Paulo (GREENPEACE, 2008). A Petrobras, por sua vez, alega estar em condição de oferecer o diesel com as especificações requeridas, embora a indústria automobilística ainda não tenha produzido veículos com as adaptações necessárias para reduzir as emissões e que a razão de todo esse barulho seria uma tentativa do PSDB quebrar a blindagem e, finalmente, arranhar a imagem do presidente Lula.

Premiação e punição denotam a existência de uma tensão no campo da responsabilidade social empresarial, resultado do que dizem de si mesmas, por um lado, as empresas e instituições certificadoras por elas mantidas, e, por outro, um número cada vez maior de organizações da sociedade civil que entendem a conduta das empresas como assunto de interesse da coletividade. A compreensão das particularidades dessa

urdidura é o que está na base desta pesquisa, que propõe a análise do tema responsabilidade social empresarial, porém, na complexa relação entre Estado, mercado e sociedade civil.

O campo de investigação foi o Jardim Nova Goiânia, um bairro cujo acesso se faz por sobre dois oleodutos, enterrados na faixa de domínio da GO-403, rodovia que dá acesso ao bairro e à cidade. Esses oleodutos interligam o Terminal da Petrobras Transporte S/A, Transpetro, de Senador Canedo, GO, ao Terminal de Goiânia da Petrobras Distribuidora, Tegon, localizado no bairro Jardim Novo Mundo desta última cidade. No Centro-Oeste do Brasil, os ramos mais importantes de atuação das empresas petrolíferas são o Oleoduto São Paulo - Brasília, Osbra, e a Transpetro, subsidiária integral da Petrobras, criada em 1998 e responsável pela operação do Osbra, cuja gerência regional e maior terminal de armazenamento e distribuição do Centro-Oeste estão instalados em Senador Canedo, GO. O cenário de uma grande empresa instalada em pequenas comunidades, constituindo um ambiente frequentemente assimétrico, não é exclusividade da Petrobras em Senador Canedo, GO. Poderíamos mencionar a Sama em Minaçu, GO ou a Perdigão em Rio Verde, GO¹, apenas para citar casos próximos.

Por essa razão, considera-se que o aprofundamento do conhecimento sobre o processo comunicativo estabelecido entre uma empresa pretensamente de responsabilidade sócio-ambiental e públicos afetados diretamente por suas atividades pode se constituir numa contribuição ao campo da Comunicação Social e, ao mesmo tempo, ao processo de emancipação e empoderamento dessas comunidades. Entendemos que há necessidade de ampliação do conhecimento a respeito da relação política e sobre a configuração do espaço público compartilhado por empresas e comunidades (sistema econômico e mundo da vida, para usar uma terminologia harbermasiana).

Do ponto de vista da pesquisa científica, encontra-se com relativa facilidade muitas abordagens da responsabilidade social pela ótica das empresas como, por exemplo, a coleção “Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades”, com cinco volumes publicados, entre 2003 e 2007, cada um com uma média de 400 páginas, reunindo trabalhos acadêmicos premiados pelo Instituto Ethos. Algumas críticas outras condescendentes, essas investigações apontam o tema da responsabilidade socioambiental ora como falácia (discurso de marketing destituído de verdade prática) ora

¹ A SAMA S.A. - Minerações Associadas explora amianto, em Minaçu, Goiás, desde 1962. A Perdigão S.A atua na produção e exportação de carnes e teve uma unidade industrial inaugurada em Rio Verde, Goiás, em 2003.

como as mais modernas e eficientes práticas de administração de empresas no contexto do capitalismo informacional.

Nesta pesquisa, porém, optamos por dar foco a responsabilidade social empresarial desde o olhar da sociedade. Para isso, dialogamos com a comunidade na qual a empresa está inserida, escutamos dos moradores o que eles entendem, sentem e pensam sobre a pretensão desta empresa ser reconhecida como sócio e ambientalmente responsável, partindo de algumas perguntas de partida: O que dizem os moradores do Jardim Nova Goiânia sobre a relação da Petrobras com a comunidade? Há espaços públicos constituídos ou compartilhados pelos moradores do Jardim Nova Goiânia e pela Petrobras, para debater temas de interesse público? As interações entre Petrobras e moradores do Jardim Nova Goiânia são capazes de consolidar a responsabilidade social da empresa e fortalecer a cidadania da comunidade?

Situada na linha de pesquisa Mídia e Cidadania, do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, a investigação foi orientada para a identificação dos aspectos comunicativos da interação entre os moradores do Jardim Nova Goiânia e a Petrobras, com especial interesse em discutir as oportunidades e limites que o discurso da responsabilidade social aporta ao processo de emancipação das pessoas ou para a conquista e ampliação da cidadania. Esta dissertação documenta a investigação de aspectos instituintes de cidadania, revelados na memória e na percepção que moradores do Jardim Nova Goiânia têm das interações comunicativas internas da comunidade e dela para com empresas instaladas nas imediações deste bairro do município de Senador Canedo, GO, especialmente a Petrobras.

O encadeamento do relato da experiência vivida no transcurso desta pesquisa foi se impondo no próprio caminho da redação. Quando nos demos conta, do baú do bem-querer veio a forma que deu corpo a esta dissertação, inspirada na estrutura literária chamada quiasma, que é uma forma de desenvolvimento de uma idéia de forma concêntrica e não linear: “A palavra quiasma vem de um verbo grego que significa marcar com duas linhas atravessadas, como um “X” [...]. Em geral um quiasma refere-se a um paralelismo invertido” (RAMEY, 2006, p. 3).

O uso desse recurso é muito comum na literatura hebraica, sendo os textos arranjados em blocos que funcionam como degraus de um palco, imagem refletida em espelho ou como um candelabro de braços simétricos, dispondo os temas de maneira ascendente até o meio da obra e fazendo a segunda metade em ordem inversa. Nas

estruturas quiasmáticas o centro tem um valor especial e há correspondências entre as partes simétricas anterior e posterior.



Nesta dissertação, o primeiro e o quinto braços do candelabro conversam sobre o tema da responsabilidade social das empresas, analisado pelo prisma da comunicação. Do confronto com os referenciais teóricos tanto quanto com as percepções de campo, é reafirmada a convicção de que as organizações econômicas devem pautar sua conduta, progressiva e urgentemente, pela moralidade pública. Embora não exista receituário a ser seguido, nem metro para aferir o nível de responsabilidade social e ambiental de uma empresa, a comunicação pública oferece um caminho ou propõe uma dinâmica de relacionamento que permite às organizações econômicas encontrarem respostas adequadas para cada ambiente, tempo e circunstância, diante de todo interlocutor que se ponha como parte interessada de uma empresa.

Comunicação é substantivo relacional e o par dialógico da empresa socialmente responsável é a comunidade de pessoas cidadãs. Após refletir sobre responsabilidade social empresarial, no segundo e quarto capítulos, segundo e quarto braços do candelabro, faz-se, outra vez, o confronto de teoria e campo, desta vez buscando referências para um entendimento de cidadania que ultrapasse os marcos da legalidade. Busca-se discutir cidadania sem preterir ou abdicar os marcos legais, mas tenta-se fazer uma abordagem interessada e suficientemente sensível para captar nuances e sutis movimentos das interações comunicativas instituintes de cidadania. Para a construção destes capítulos, foram fundamentais as leituras de J. Habermas, Hannah Arendt, Jorge Duarte, Rousiley Maia, José Murilo de Carvalho e Maria Custódia Jorge Rocha. A parceria empresa/ comunidade pode, em raros momentos, ser harmônica, mas por regra constitui

um par de duelantes, cujos embates são tanto mais produtivos quanto capazes de freqüentar com destreza, criatividade e determinação as arenas de debate das coisas públicas.

Falta falar sobre o terceiro capítulo. Por que razão a parte nobre desta dissertação, o centro do quiasma, foi ocupado pela metodologia, descrição ausente em alguns ou registrada rápida e superficialmente na introdução de outros trabalhos acadêmicos? Pode ter sido uma casualidade, mas parece que não. Fomos nos dando conta da relevância da experiência feita, à medida que avançávamos das trocas de impressões para as discussões conceituais em sala de aula; do estudo dos autores para a escuta das pessoas da comunidade; da conversão do áudio para o texto, tentando preservar a cadência e a respiração com que as falas eram pronunciadas e as discussões realizadas; no tratamento cuidadoso do grande volume de dados, discernindo o que entraria e o que ficaria de fora do texto final.

Todo esse percurso levou-nos a destacar a metodologia como o capítulo central dessa dissertação, pelo que a experiência de campo foi capaz de revelar do tema principal em debate que é o processo de instituição da cidadania. Mais do que fornecer informações sobre a história da comunidade e impressões sobre a empresa, o debate foi revelador de como as fragilidades pessoais são superadas no grupo e como se processa o amadurecimento através do debate promovido em ambiente plural, em condições de liberdade de expressão e direcionado a temas de interesse da coletividade.

I CRIVO COMUNICATIVO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DE EMPRESAS

Responsabilidade social empresarial, cidadania corporativa, marketing social, ecoeficiência, *ecobusiness*... todos esses são exemplos de um feixe de termos bastante utilizados na atualidade para sugerir que a atividade econômica capitalista estaria em um estágio diferente do chamado desenvolvimentismo. As práticas das empresas e, principalmente, o marketing que se faz delas, insinuam um alinhamento ao conceito de sustentabilidade, cunhado no Relatório Brundtland, de 1987, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (ONU). Intitulado “Nosso futuro comum”, esse documento é resultado de quase uma década de trabalho de uma comissão chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Crítico ao padrão de produção e consumo dominantes, o relatório defende a perspectiva do desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele “que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (BRASIL, 2008).

Como todo termo que está na moda, responsabilidade socioambiental ou responsabilidade social empresarial também já se converteu numa espécie de rótulo desejável porém de significação duvidosa, quase uma embalagem vazia dentro da qual cada usuário coloca um produto diferente. A respeito dele as opiniões variam do cinismo desconfiado ao deslumbramento pueril, tendo em comum a inconsistência conceitual. Isto quer dizer que a postura sempre crítica, filha da teoria da conspiração, tão comum entre jornalistas e acadêmicos, se aproxima muito da posição de pessoas pouco instruídas e pouco politizadas quando se trata de aprofundar a discussão sobre a responsabilidade das organizações do setor produtivo para com os ecossistemas dos quais fazem parte.

Os sempre críticos aplicam para este termo a análise que fazem sobre qualquer tema, com respostas prontas de véspera, generalistas e pretensamente universais, cuja fórmula sempre adiciona gastas expressões de um marxismo de museus, como dizer que tudo não passa de “estratégia do sistema para sobreviver e se reproduzir” ou “de propaganda burguesa”. Dessa forma, nivelam discursos sobre termos que não dominam e fazem análises rasas a respeito de práticas sobre as quais não se detiveram para conhecer. No outro extremo, vigora o reino dos desavisados, sempre dispostos a pinçar

os “cases” ou “boas práticas” isoladas, como se elas fossem indícios suficientes de responsabilidade social empresarial o que, efetivamente, não são.

Procedem os questionamentos sobre o alcance, a viabilidade e a natureza do discurso da responsabilidade sócio-ambiental das empresas, uma vez que, se há alguma mudança na forma de produzir e de consumir, essa mudança não afeta a lógica fundamental capitalista que, antes e agora, sempre equaciona a máxima redução de custos para a máxima geração de lucros. Seria possível, então, produção e consumo sustentáveis dentro de uma lógica por natureza predatórias? Ou esses termos são utilizados com a mesma habilidade, urgência e licença semântica com que os marketeiros se apropriam, esgotam e descartam termos que refletem desejos de cidadãos, sempre tratados como meros consumidores?

Antes de aprofundar essa discussão, convém caracterizar e contextualizar o discurso da responsabilidade social empresarial.

1.1 Conceitos e controvérsias sobre responsabilidade social empresarial

Um dos conceitos de responsabilidade social empresarial de grande referência no Brasil é dado pelo Instituto Ethos, criado em 1998 e que se define como “organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa” (INSTITUTO ETHOS, 2008a). No início de 2008, o Ethos contava com 1294 associadas, que, embora sejam poucas no conjunto de empresas do Brasil, devido ao seu porte, juntas, elas têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas. Segundo o Instituto Ethos (2008b):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Nesta definição, responsabilidade social diz respeito à ação e à repercussão da atividade das empresas como um todo e não apenas às suas ações de assistência social, como é comum se pensar até hoje. Antes de chegar a essa compreensão, porém, o conceito de responsabilidade social empresarial vem de longa tradição associada a filantropia e assistencialismo de inspiração cristã. “O evangelho da riqueza”, de Andrew

Cornegie, segundo Stoner e Freeman (1985, apud LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p. 72), estabelece a abordagem clássica do tema, em 1899, baseada nos princípios da caridade e da custódia:

Ambos eram francamente paternalistas: o primeiro exigia que os membros mais afortunados da sociedade ajudassem os menos afortunados, e o segundo, derivado da Bíblia, prescrevia que as empresas e os ricos se enxergassem como guardiões ou zeladores, mantendo suas propriedades em custódia para benefício da sociedade como um todo (LOURENÇO; SCHRÖDER, 2003, p. 82).

Para Gomes e Moretti (2007, p. 20), a partida intelectual da discussão sobre responsabilidade social das empresas foi a obra *The Philosophy of Management*, escrita por Oliver Sheldon, em 1923, que, segundo os autores, aborda a importância das empresas praticarem ações sociais o que, de fato, teria acontecido nos Estados Unidos: “Diante da repercussão do trabalho de Sheldon, empresários americanos dão início ao processo de fundação de institutos com finalidades sociais”. Segundo Lourenço e Schröder (2003, p. 83), mudança significativa no conceito de responsabilidade social aconteceu apenas nas décadas de 1970 e 1980, quando a ética empresarial começou a se desenvolver como campo de estudo: “Filósofos entraram em cena, aplicando teoria ética e análise filosófica com objetivo de estruturar a disciplina ética empresarial”.

No plano internacional, Orchis, Yang e Morales (2002) afirmam que essas mudanças conceituais e práticas a respeito da responsabilidade social empresarial aconteceram em decorrência de alterações na relação entre empresa e consumidores, quando estes passaram a reconhecer que o seu consumo há implicações sociais. Na seqüência os autores afirmam que, nesse contexto, “surgiram entidades especializadas no desenvolvimento da responsabilidade empresarial que buscavam difundir os conceitos e práticas da utilização dos recursos privados, visando a melhoria das condições de vida da sociedade” (ORCHIS; YANG; MORALES, 2002, p. 47).

No Brasil, o início da responsabilidade social seria “a criação, em 1960, da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), que reconheceu a função social da empresa associada” (TOLDO, 2002, p. 77). Em 1965, a ADCE lançou a Carta de Princípios dos Dirigentes Cristão de Empresas, considerada pelo Instituto Ethos como um marco da responsabilidade social do país (CUSTÓDIO; MOYA, 2007, p. 41). Apenas na década de 80, porém, é que se intensificou o surgimento de entidades e a organização de eventos de estímulo à responsabilidade social. Toldo e o Guia de Elaboração do Balanço Social 2007, do Instituto Ethos, apresentam a seguinte cronologia a esse respeito:

- 1976 – Fundação Fides e ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas) estudam o tema da responsabilidade social.
- 1980 – Fides organiza seminário internacional sobre Balanço Social e lança o livro “Balanço Social na América Latina”.
- 1982 – Criação do “Prêmio Eco de Cidadania Empresarial” pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo.
- 1984 – A Nitrofértil publica o primeiro Balanço Social no Brasil.
- 1992 – A ECO/92 (ONU) gera a Agenda 21, documento que traduz o compromisso das nações com a mudança no padrão de desenvolvimento no próximo século. Nesse ano, surge a ISO 14.000 (Gestão Ambiental) em decorrência da ECO/92.
- 1992 – O Banespa faz a primeira divulgação de ações sociais.
- 1993 – O sociólogo Hébert de Souza, o Betinho, lança a “Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida”.
- 1997 – O mesmo Betinho, através do IBASE, lança o “Balanço Social”.
- 1998 – Nasce o “Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social”.
- 1999 – 68 empresas publicam o Balanço Social, nasce o Instituto Coca-cola e a Câmara Municipal de São Paulo cria o “Selo Empresa Cidadã”. Neste mesmo ano a ADVB (Associação Brasileira de Dirigentes de Venda e Marketing do Brasil) lança o prêmio “Top Social” e a Fundação Abrinq, o “Selo Empresa Amiga da Criança”.
- 2000 – O Instituto Ethos lança um instrumento de auto-avaliação e planejamento para empresas que buscam a sustentabilidade em seus negócios. A partir de 2003, os chamados Indicadores Ethos são complementados pelos “Indicadores Ethos Setoriais de Responsabilidade Social Empresarial”, sendo apresentado, em 2005, o instrumento para o Setor de Petróleo e Gás.
- 2002 – Primeira edição do Prêmio Balanço Social, promovido pela Aberje, Apimec, Ethos, Fides e Ibase que, em 2008, está em sua sétima versão.
- 2003 – A Fundação Getúlio Vargas funda o Centro de Estudos em Sustentabilidade.
- 2004 – Criação da NBR 16001, Norma Brasileira de Responsabilidade Social, pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)
- 2005 – Bovespa lança o ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).
- 2006 – Um pool de entidades do campo da responsabilidade social lança o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

Pelos eventos listados, é nítida a intensificação do movimento pela responsabilidade social empresarial na década de 1990. Desde então, a forma de obtenção de lucro é ponto de tomada do pulso da responsabilidade de uma empresa. Esse termômetro vai da selvageria mercadológica do lucro a qualquer custo, até as posturas empresariais voluntárias comprometidas com o desenvolvimento econômico, conquistado em sintonia com a sustentabilidade social e com o equilíbrio ambiental. O lucro como meta absoluta e como “fim” que justifica toda sorte de malabarismo no emprego dos “meios”, entretanto, se mantém em poucos manuais de administração e na conduta de muitos administradores. A atuação das empresas no ambiente da responsabilidade social exige um comprometimento da instituição com o estabelecimento e a manutenção de uma estrutura de gestão da qual o lucro é consequência:

Dizer que o lucro é o propósito da empresa é simplesmente e moralmente vazio. Quem, com dignidade e um mínimo de sensibilidade, defenderia o direito de alguém conseguir lucro, apenas pelo lucro? Se não puder ser discernido ou justificado um objetivo maior, a empresa não pode justificar moralmente sua existência. Essa é uma idéia repugnante, uma idéia cujo tempo já passou (ORCHIS; YUNG; MORALES, 2002, p. 41)

Assim como a hipótese de atividade econômica subsidiada pelo Estado, isto é, o bem coletivo usufruído em benefício particular ou setorial, é inconciliável com a moralidade pública, também pode ser classificada como igualmente fora da moralidade pública a atuação de uma empresa cujo foco seja apenas o dos interesses dos seus proprietários ou acionistas. Os autores citados estendem essa exigência de ação responsável para outras atividades além das marcadamente econômicas, baseados no livro *Sociedade pós-capitalista*, de Drucker:

O desempenho econômico não é a única responsabilidade de uma empresa. Nem o desempenho educacional é a única responsabilidade de uma escola, ou o desempenho em cuidados com a saúde a única responsabilidade de um hospital. O poder precisa sempre ser equilibrado pela responsabilidade, pois caso contrário ele se transforma em tirania. Sem responsabilidade, o poder sempre degenera em mau desempenho (ORCHIS; YUNG; MORALES, 2002, p. 48).

Uma vez que a atuação das empresas traz risco aos ecossistemas, interfere na organização da sociedade, no funcionamento da economia e em tantos outros aspectos da vida, é mais do que justo exigir que essas mesmas empresas se preocupem com o todo social em que estão inseridas e não apenas com o seu próprio umbigo ou cofre. Por essa razão é que muitos autores do campo da administração atualmente falam da

necessidade do estabelecimento de um paradigma de sustentação das atividades produtivas que não seja reduzido ao desempenho econômico.

Triple Botton Line ou tripé da sustentabilidade (COUTO, 2006, p. 22), expressão cunhada, em 1995, pelo sociólogo inglês John Elkington, sintetiza o requisito de que as organizações produtivas encontrem viabilidade não apenas econômica, mas de todo o conjunto de forças com as quais interagem no seu processo de produção e distribuição de bens e serviços. A sustentabilidade de um negócio, portanto, passa a depender da capacidade dos seus administradores equilibrarem as dimensões social (valores, expectativas e cotidiano da sociedade), ambiental (preservação e uso racional dos ecossistemas) e econômica (geração de receita), expressas na ilustração a seguir.

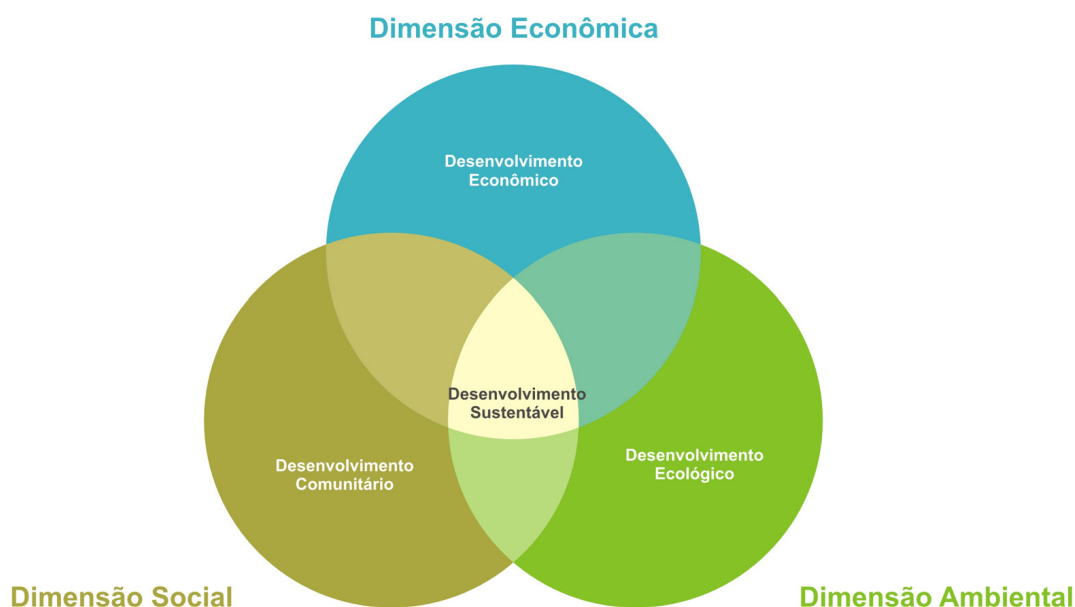


Ilustração 1: Triple Botton Line
Fonte: Adaptado de PEREIRA, 2005, p. 28.

À dimensão social desta teoria estão associados aspectos como garantia da independência das comunidades locais, atendimento das necessidades humanas básicas, justiça, participação, responsabilidade social e uso de tecnologia apropriada; na dimensão ambiental entra em jogo a capacidade de condução dos negócios, garantindo produção sustentável, conservação dos recursos e preservação da biodiversidade; e, finalmente, relativa à dimensão econômica estão contemplados os aspectos de crescimento econômico, lucro particular, expansão dos negócios e externalização dos custos.

A interconexão das dimensões social, ambiental e econômica como parâmetro para analisar os resultados de uma atividade econômica sustentável ou uma empresa socioambientalmente responsável, embora não indique um rompimento com a lógica da acumulação capitalista, representa um significativo avanço deste modo de produção na perspectiva do reconhecimento dos direitos humanos, direitos trabalhistas e outros tantos direitos consagrados em convenções internacionais, mas com poucos resultados palpáveis no cotidiano de uma parcela significativa da humanidade.

Essa forma de entender o que seria a sustentabilidade impõe que os gestores das empresas ampliem a compreensão das implicações do seu negócio, entendendo-o como algo complexo, da mesma forma como a realidade, como tal, é um todo pleno de complexidade. Nesse sentido, o sucesso no enfrentamento dos problemas sociais depende da capacidade de articulação dos diversos atores envolvidos. Assim se posiciona Maria Cristina Lopes Fedato, enfatizando quão oportunas são as chamadas alianças estratégicas intersetoriais, que mobilizam Estado, empresas e sociedade civil para o enfrentamento de problemas sociais compartilhados por todos: “A complexidade crescente dos problemas sociais e econômicos está sobrepujando as capacidades institucionais individuais, tornando cada vez mais improvável que soluções sustentáveis sejam encontradas isoladamente” (FEDATO, 2005, p. 45).

Nem toda ação ou discurso ditos de responsabilidade social empresarial, entretanto, estão alinhados a esta compreensão holística do mundo. Adriano Gomes e Sérgio Moretti chamam a atenção para um outro conceito de responsabilidade social de empresas que também está vigente:

A responsabilidade social empresarial [...] é uma formação ideológica bastante específica cujo objetivo é inculcar na mente dos agentes econômicos que, diante do fracasso do Estado em promover o bem-estar social, cabe à empresa tomar esta posição, até porque, na atmosfera neoliberal e da globalização, a empresa possui uma competência em gerir e o Estado uma total incompetência (GOMES; MORETTI, 2007, p. 10).

A idéia da incompetência do Estado era, por exemplo, o que abria a página eletrônica da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, ADVB, na divulgação do prêmio Top Social 2008: “Diante da falência do Estado, o setor privado brasileiro passou a investir nas questões sociais através do Terceiro Setor, fortalecendo a cidadania e os direitos coletivos” (ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS E MARKETING DO BRASIL, 2008).

1.2 O que faz as empresas se inclinarem para a responsabilidade social?

Enquanto setores do Sistema Econômico tentam desqualificar o Estado, por outro lado, floresce uma sociedade civil que, com crescente vigor e criatividade, se apresenta como ator qualificado para exigir prestações de contas (*accountability*) tanto da parte do setor político quanto do sistema econômico:

O consumidor do século XXI, a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e mesmo grupos de interesse mobilizados, como os ambientalistas, não estão interessados em disponibilizar brechas para que empresas, públicas ou privadas, tomem decisões e implementem medidas que penalizem a comunidade ou mesmo setores específicos. Mais ainda: estão vigilantes e dispostos a exigir que, se isso ocorrer, elas sejam penal e moralmente responsabilizadas (BUENO, 2007, p. 135).

Estudos organizados por Luiz Martins, professor de Comunicação da UnB, sobre Comunicação Pública no Brasil, apontam que o conceito de responsabilidade social como comportamento do setor privado brasileiro tem sua origem no processo de redemocratização, pós-ditadura de 1964/1985, principalmente a partir da Constituição de 1988. Em um dos artigos da obra, Jorge Duarte afirma que neste contexto foi estabelecido um sistema de participação e pressão, promovido pela Constituição Cidadã, pela transformação do papel do Estado, pela criação do Código de Defesa do Consumidor e pelo desenvolvimento tecnológico, entre outros fatores, que forçaram “a criação de mecanismos para dar atendimento às exigências de informação e tratamento justo por parte do cidadão em sua relação com o Estado e instituições, do consumidor com as empresas e entre todos os agentes sociais” (DUARTE, 2003, p. 7).

Todas essas mudanças, portanto, estão estreitamente relacionadas com o aumento da quantidade de movimentos sociais e políticos e com a ampliação da intensidade de intervenção deles. Reprimidos violentamente por duas décadas de ditadura, após a abertura política esses movimentos forjaram novas formas de expressão dos desejos e demandas da população e também novas maneiras de interação entre setores da sociedade, “forçando o surgimento de empresas preocupadas com o diálogo com seus públicos, de instituições privadas e públicas mais atentas às reivindicações dos cidadãos e de organizações e associações do Terceiro Setor que se tornaram um braço forte do poder nas democracias contemporâneas” (BRANDÃO, 2003, p. 33).

Gomes e Moretti apontam as mudanças ocorridas no mercado global como outra possibilidade de explicação das razões para a inclinação das empresas às práticas e discursos da responsabilidade social empresarial:

É possível que as mudanças que as empresas tiveram que realizar em virtude de novos pressupostos de concorrência e da queda seguida das

margens de lucro, alterações, enfim, no modo de produção em escala jamais vista e notada, tenham provocado, inexoravelmente, transformações na forma de se administrar as organizações, e, conseqüentemente, novas formas de dominação hajam se mostrado necessárias para a manutenção do *status quo*. (GOMES; MORETTI, 2007, p. 6)

Seja pelo acirramento da concorrência no mercado global, seja pela ampliação da consciência e da atuação política da sociedade civil ou, mais provavelmente, pela articulação destes e de outros elementos, o fato é que as empresas que desejam se projetar e garantir longevidade, hoje, precisam encontrar um outro modo de produzir riqueza. Nos requisitos deste outro modo de gerir os negócios está incluída a necessidade de adotar uma nova conduta em relação aos empregados que compõem a sua força de trabalho, um outro jeito de tratar a comunidade onde estão situadas, outro modo de lidar com a cadeia produtiva de que fazem parte, enfim, um outro estilo de relacionamento com o conjunto de pessoas e organizações afetadas pelas suas atividades, inclusive as gerações futuras, que estão na raiz das preocupações ambientais. “O que devemos fazer?” é a pergunta que a sociedade civil organizada impõe a gestores de organizações de toda natureza, especialmente àqueles que administram organizações empresariais.

“Como devo comportar-me?”, segundo Habermas, é a questão que tanto a ética moderna quanto a clássica apresentam ao indivíduo quando ele “encontra-se diante de uma tarefa a ser vencida de maneira prática” (HABERMAS, 1989a, p. 1). Segundo o autor, “dependendo de como o problema se põe, a questão “que devo fazer?” ganha um significado pragmático, ético ou moral” (HABERMAS, 1989a, p. 5), requerendo respostas pautadas pelo que é “eficiente”, pelo que é “bom” e pelo que é “justo”, respectivamente. No artigo, Habermas chama a atenção para a natureza diferente da pergunta “que devo fazer?”, quando o problema em questão é, por exemplo, o conserto de uma bicicleta quebrada, a escolha da profissão adequada ou a tomada de decisão sobre um assunto que afeta a vida de uma coletividade e que pode suscitar conflitos.

As três questões estão situadas no campo da razão prática, segundo a linguagem kantiana, e exigem discernimentos diferenciados: o conserto da bicicleta pede uma solução orientada ao atendimento da meta de ter o equipamento em condição de uso; a escolha de uma profissão, por sua vez, exige reflexão sobre o que seria bom para a pessoa no momento, a médio e longo prazo; já a decisão sobre um assunto do interesse de uma coletividade pede uma resposta ainda mais complexa que possa ser qualificada como uma máxima justa, isto é, aquela diante da qual “todos os envolvidos podem querer que ela seja seguida por cada um em situações comparáveis” (HABERMAS, 1989a, p. 5).

Habermas adverte sobre a inadequação de transpor, mecanicamente, esse parâmetro de avaliação da ação prática de indivíduos para a análise das ações coletivas. Entretanto, no trato de questões pessoais, profissionais ou sociais toda pessoa é confrontada com indagações de natureza pragmática, ética e moral, cujas respostas afetam a coletividade, e, portanto, dela deve-se exigir respostas orientadas pela eficácia, pela ética e/ou pela moralidade pública, conforme a pergunta de origem o exija. As diferentes respostas podem ser encontradas tanto em análises diacrônicas, quanto em análises sincrônicas das organizações, como se constata, no passado, um maior número de organizações econômicas que se orientavam apenas por referências pragmáticas, ao mesmo tempo em que, no presente, identificamos no comportamento de cada empresa uma maior ou menor proporção de condutas orientadas pela ética.

Embora algumas mudanças sejam incontestáveis, é fácil se perceber que ainda há muito por se fazer. Em artigo sobre a iniciativa privada e o interesse público, Wilson da Costa Bueno critica, por exemplo, a vigência do pensamento em organizações, entidades e na própria mídia quanto à suposta existência de fronteiras nitidamente demarcadas entre interesses públicos e privados. Com base na teoria de Edward Lorentz, Bueno (2007, p. 130) afirma o chamado “efeito borboleta”, segundo o qual todas as coisas estão interligadas e qualquer intervenção, por pequena que seja, altera o equilíbrio do todo. Se todas as pessoas e organizações estão conectadas, conseqüentemente todas são co-responsáveis pelos destinos da coletividade.

No Brasil, essa nova compreensão da inter-relação entre os atores sociais altera o papel tradicional das organizações econômicas, especialmente com o advento do conceito de função social da propriedade, plasmado na Constituição de 1988 e que, segundo Zanoti, inaugura no Brasil uma nova fase econômica na qual prevalece o espírito empresarial, em substituição aos “atos de comércio”, que teriam vigorado desde a promulgação da lei que instituiu o Código Comercial Brasileiro, em 1850. Segundo o autor, neste contexto o lucro pode conviver amistosamente com a ética, desde que cumpra uma série de exigências:

O lucro somente é ético se a ele for dado um destino social, ou seja, se esses resultados financeiros forem reinvestidos na atividade produtiva com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores, de elevar cada vez mais o respeito para com os consumidores, de promover gestões concretas que visem à preservação do meio ambiente sustentável, que garanta o fiel cumprimento da legislação tributária estatal e de forma a pugnar, concreta e objetivamente, pela redução das desigualdades sociais e regionais. Caso contrário, não há como se admitir a tese de que o lucro seja ético (ZANOTI, 2006, p. 191).

Zanoti adverte, entretanto, que gestores de muitas empresas ainda agem pelo norte absolutamente pragmático da obtenção do lucro e, na busca pela redução dos custos imposta pela competição do mercado globalizado, “elaboram e implantam estratégias, que às vezes ferem princípios éticos, em detrimento de seus trabalhadores, dos consumidores, dos fornecedores, dos concorrentes, do meio ambiente, do Estado e da comunidade” (ZANOTI, 2006, p. 10). Além de comprometerem a perspectiva de futuro das empresas, gestores que agem assim, segundo o autor, entram em rota de colisão com o princípio constitucional da valorização da dignidade da pessoa humana.

O artigo 170 da Constituição Brasileira diz que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, obedecendo a uma dezena de princípios, entre eles o da função social da propriedade (Constituição, título VI, capítulo I). Partindo deste pressuposto, Zanoti conclui que o Estado Brasileiro “dá liberdade e garantia ao particular, mas pode retirá-la se este agir de forma individualista, em detrimento do bem coletivo. Ou, em outras palavras, o direito à existência digna do homem se sobrepõe ao direito de propriedade” (ZANOTI, 2006, p. 78).

Mesmo que essa conduta empresarial ainda não seja hegemônica, analistas tanto do campo da sociedade civil quanto do campo econômico coincidem no reconhecimento de que a ética nos negócios é um caminho sem volta. Em dissertação de mestrado em administração, Fedato (2005, p. 135) afirma que “o desenvolvimento por parte das empresas de práticas e procedimentos que propiciam uma relação responsável com a sociedade onde estão inseridas parecer ser cada vez mais uma dimensão indissociável dos negócios”. No mesmo contexto, a autora chama a atenção para a necessária inversão das expressões “comunidade situada no entorno da empresa” ou “relacionamento da empresa com a comunidade” que revelam uma compreensão de mundo cujo centro seria a empresa, em torno da qual gravitariam todas as demais realidades – visão grosseira e ultrapassada do que seria uma interação social:

A empresa não se relaciona com a comunidade, faz parte dela. Seus *stakeholders* não são públicos distintos e estanques, fazem parte de uma sociedade una, onde clientes, concorrentes, beneficiários de projetos sociais convivem e interagem num cenário social mais amplo (FEDATO, 2005, p. 135).

Outro esclarecimento conceitual necessário é o que distingue responsabilidade social empresarial de filantropia privada. Para Zanoti, função social e responsabilidade social são termos distintos de filantropia empresarial, que se “limita a auxílios esparsos,

acidentais, descompromissados e voluntários, invariavelmente movidos por sentimentos religiosos ou de marketing institucional, sem que haja o acompanhamento da empresa para com a efetiva solução do problema que se quer enfrentar” (ZANOTI, 2006, p. 98). Segundo o autor, para ser considerada socialmente responsável, além de cumprir rigorosamente todas as obrigações legais junto aos seus *stakeholders*², a empresa “proporciona um *plus*, um adicional, e oferece uma cesta variada de benefícios sociais para esse mesmo público, que ultrapassa as fronteiras do direito positivo” (ZANOTI, 2006, p. 98). Essa é a mesma linha de pensamento do Instituto Ethos (2008c):

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Convém advertir, porém, que responsabilidade social não faz as empresas capitalistas serem menos capitalistas. O que há de limitado ou virtuoso neste discurso deve ser analisado dentro dos marcos deste modo de produção. Neste sentido são procedentes as críticas da professora Luciana Bernardo Miotto a respeito do “desenvolvimento sustentável”, termo central do Relatório Brundland, de 1987, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (ONU), e que, segundo ela, pode ser apenas um “capitalismo verde” ou uma adequação de tecnologias e de formas de acumulação capitalista às circunstâncias contemporâneas. Embora seja procedente, essa crítica se aproxima muito de uma impropriedade que seria acusar o discurso do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social empresarial de não serem socialistas, o que, evidentemente, esses discursos nunca se propuseram ser:

O discurso empresarial em torno do verde é uma apropriação do discurso dos ambientalistas e não pode ser encarado como uma fase de transição da ideologia capitalista, até porque a lógica de acumulação, de exploração e da divisão de classes não foi banida da racionalidade do capital. (GOMES; MORETTI, 2007, p. 43)

Mesmo capitalistas, é mais que adequado que se exija coerência entre o que se diz e o que se pratica. Por isso, ao final do artigo, Luciana Miotto propõe que a sustentabilidade seja mais do que mera estratégia mercadológica de valorização da imagem:

² O termo *stakeholder* refere-se ao conjunto de públicos ou “partes interessadas” de uma organização. No caso das empresas, opõe-se a *shareholders* que se refere apenas a acionistas.

O desenvolvimento sustentável deve propor mudanças reais, pois não se trata apenas de rever a racionalidade econômica. É necessário um projeto de sociedade que atenda às necessidades humanas e, necessariamente, isso implica adentrar o campo da ética e dos valores de uma sociedade. (MIOTTO, 2005, p. 85)

Isto sugere que dentro do capitalismo há muitos matizes, muitas possibilidades de comportamento e que, para ter credibilidade, o discurso do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social precisa ter base numa prática e numa conduta efetivamente sustentáveis e equilibradas. O marketing, no sentido de discurso forjado ao gosto do freguês e sem conexão com a realidade, como toda mentira, tem “pernas curtas”. Funciona como os truques de ilusionistas: causa espanto, mas não sobrevive a um olhar mais curioso ou a uma aproximação verdadeiramente interessada.

Um dos truques mais usados pelos marketeiros da pseudo-responsabilidade social é a pomposa divulgação da chamada ação social da empresa. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, de 2001, analisados por Maria Cristina Lopes Fedato, apontam que 462 mil ou 59% das empresas brasileiras com um ou mais empregados declararam realizar, em caráter voluntário, algum tipo de ação social para a comunidade. “Juntas, essas 462 mil empresas aplicaram em 2000 aproximadamente R\$ 4,7 bilhões em ações sociais” (FEDATO, 2005, p. 16).

Esse tipo de intervenção é, sem dúvida, o que dá maior visibilidade e, por saber disso, é que muitas empresas, pouco ou nada responsáveis, investem em projetos sociais apenas como estratégia de marketing, no sentido perverso e limitado que temos empregado o termo neste trabalho. Ou seja, gastam dez vezes mais em autopromoção através da propagando do projeto social que fazem do que tudo o que investem no projeto propriamente dito; customizam as velhas práticas assistencialistas que, mesmo quando têm motivação nobre, são incapazes de transformar a realidade com a qual estão lidando; geram dependência ao invés de autonomia e, assim, agravam os problemas que deveriam contribuir para superar. Nesta mesma linha refletem Gomes e Moretti, sobre o duvidoso alcance das ações sociais das empresas:

Via de regra, tais ações são inócuas e não resolvem a verdadeira equação da responsabilidade social que é o equilíbrio entre todos os agentes participantes do cenário social, posto que uma das pretensas premissas é o equilíbrio entre as partes envolvidas. Operam-se ações reificantes da reprodução social no lugar das transformadoras que poderiam romper com o ciclo dessa mesma reprodução (GOMES; MORETTI, 2007, p. 49).

Esse tipo de ação pode ser classificado como filantropia empresarial ou coisa que o valha, mas nunca deveria ser entendido como prática de responsabilidade social. Não nos parece apropriado usar como equivalentes os termos “filantropia empresarial” e “responsabilidade social empresarial”, como o faz Maria Célia Paoli (2005, *passim*). Filantropia é uma ação isolada e externa, enquanto responsabilidade social “é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior [...] cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios. Assim, a responsabilidade social trata diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz” (INSTITUTO ETHOS, 2008d). E concordamos mais integralmente ainda com a afirmação de Wilson da Costa Bueno:

Ações pontuais, aparentemente de interesse público, são realizadas mesmo por traficantes de drogas e políticos corruptos e, ao fechar o foco, pode-se contribuir para legitimar posturas ilegítimas e que escondem as verdadeiras e nefastas intenções de quem as realiza (BUENO, 2007, p. 139).

Além dos atos isolados, desafiam ainda as empresas que declaram interesse em ser reconhecidas como organizações socioambientalmente responsáveis certos paradoxos, que resultam do confronto entre suas boas intenções e práticas sustentáveis com os produtos e serviços que, efetivamente, essas empresas aportam para a sociedade e para o mundo. Qual a responsabilidade socioambiental possível para empresas que ganham cifras astronômicas ofertando produtos que causam danos irreparáveis às pessoas e ao planeta?

- Quantos milhões a Fundação Souza Cruz precisará investir em projetos sociais, para compensar as milhares de mortes causadas pelo fumo que ela produz e dispõe, sedutoramente, para a sociedade?
- Que prática seria boa o suficiente para dar à fabricante de armas Taurus o status de empresa socialmente responsável, fazendo a opinião pública esquecer que o produto que ela oferece serve basicamente para matar e incapacitar pessoas?
- E qual seria o investimento ambiental necessário para que a Petrobras superasse o estrago que faz ao planeta pela oferta de combustíveis fósseis que ela extrai, refina, distribui, armazena e vende diretamente ou através de suas subsidiárias, colaborando decisivamente para o aquecimento global que ameaça a biodiversidade?

1.3 O que fazem as empresas inclinadas à responsabilidade social?

Na obra “Compêndio para a sustentabilidade”, publicada em 2007, a organizadora Anne Louette reúne mais de 60 ferramentas de gestão de responsabilidade sócio-ambiental, de 33 países, acessíveis a empresas de qualquer ramo, porte ou região. A maioria dessas ferramentas oferece a possibilidade da organização conhecer o estágio em que se encontra quanto às práticas ditas sustentáveis (diagnóstico), estabelecer planos para transformação das suas condutas vulneráveis (planejamento), acompanhar o processo de implantação desse plano (monitoramento) e tornar pública a conduta da organização para a sociedade como um todo (comunicação), numa metodologia processual, dentre as quais a mais recorrente é a do PDCA: *plan, do, check, act* ou planejar, fazer, verificar, atuar (LOUETE, 2007, p. 151).

Para ilustrar funções ou ênfases dessas ferramentas, citaremos os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social como um instrumento forte no quesito diagnóstico; a ABNT NBR 16001 como um exemplo de suporte a planejamento e monitoramento de ações de responsabilidade social; o Balanço Social do IBASE e o Relatório da GRI (*Global Compact Initiative*) como apoios especialmente focados na tarefa da comunicação pública do desempenho econômico e sócio-ambiental de uma organização.

Os Indicadores Ethos apresentam um conjunto de mais de 600 questões, que tentam correlacionar “iniciativas relevantes como o Pacto Global, os Objetivos do Milênio, as diretrizes do relatório de sustentabilidade da *Global Reporte Initiative* (GRI), a Norma SA8000” (MELO; MOYA, 2007, p. 9), bem como o Índice de Desenvolvimento Infantil Empresarial (Ethos e Unicef) e o Balanço Social (IBASE). O questionário é organizado em sete temas: Valores, transparência e governança; Público interno; Meio ambiente; Fornecedores; Consumidores e clientes; Comunidade; Governo e sociedade. Entre os temas, há uma variação muito grande da quantidade de questões apresentadas:

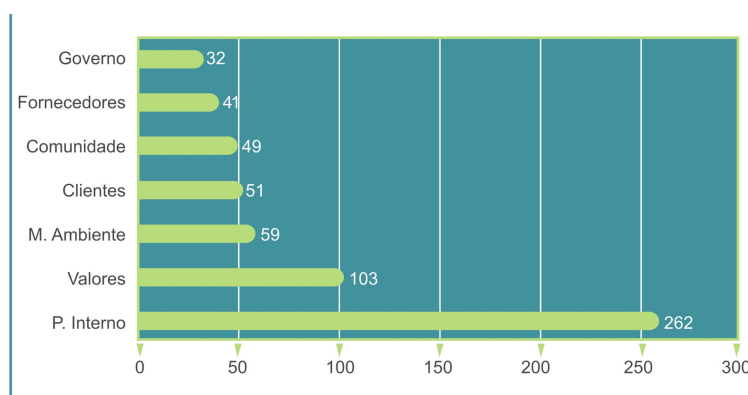


Ilustração 2: Questões por tema dos Indicadores Ethos
Fonte: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007

A quantidade de perguntas não é suficiente para determinar o peso de um tema na avaliação de desempenho de uma organização. Chama a atenção, porém, o fato do tema “Público Interno” dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007 reunir quase a metade das questões desta ferramenta. Daí se conclui que a responsabilidade social de uma empresa começa “dentro de casa”. Se não para outra coisa, esse foco nos públicos internos serve ao menos para quebrar o mito da associação rápida e superficial do tema “responsabilidade social empresarial” com “projetos sociais de empresas”. Os projetos sociais, geralmente, referem-se a cifras da ordem de 1% do faturamento e das atividades da empresa. É bom, mas é pouco. Responsabilidade social empresarial refere-se a este percentual e também aos outros 99% tanto dos recursos quanto das ações e omissões empresariais.

A Norma Brasileira 16001, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT NBR 16001, Responsabilidade Social – Sistema de gestão – Requisitos foi publicada em dezembro de 2004, sob responsabilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT e tem como objetivo estabelecer:

os requisitos mínimos relativos a um sistema de gestão da responsabilidade social, permitindo à organização formular e implementar uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e outros, seus compromissos éticos e sua preocupação com a promoção da cidadania, promoção do desenvolvimento sustentável e transparência das suas atividades (LOUETTE, 2007, 150).

Para Gomes e Moretti (2007, p. 53), a ABNT NBR 16001 é a versão brasileira da norma estadunidense *Social Accountability* 8000, SA8000, elaborada em 1997 pela organização não-governamental *Social Accountability International (SAI)*, que é a primeira certificação internacional de responsabilidade social (LOUETTE, 2007, p. 159). Entre os requisitos destas normas figuram determinações como:

- Combate à pirataria, sonegação e corrupção;
- Defesa de direitos de crianças e adolescentes, e combate ao trabalho infantil;
- Garantia dos direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação coletiva, remuneração justa, bem como o combate ao trabalho forçado;
- Proibição da coerção, castigo físico e abuso verbal como práticas disciplinares de patrões ou chefes para com os empregados;
- Promoção da diversidade e combate à discriminação (cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, orientação sexual etc.) (GOMES; MORETTI, 2007, p. 53)

Para finalizar os exemplos de instrumentos de responsabilidade social disponíveis, falaremos do Balanço Social do IBASE e do relatório de sustentabilidade da GRI. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, IBASE, foi criado em 1981, tem como ícone o sociólogo Hébert de Souza, o Betinho, e declara que a sua missão é “a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2008). Betinho lançou, em 1997, uma campanha para estimular empresários a publicarem o balanço social das suas empresas, definido pelo IBASE como um “demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa” (BALANÇO SOCIAL, 2008).

Segundo dados do IBASE, a resposta do empresariado brasileiro, embora nunca tenha sido muito entusiasta, demonstrou evolução quantitativa até o ano 2005, quando 63 empresas receberam o selo do Balanço Social, como mostra o gráfico a seguir.

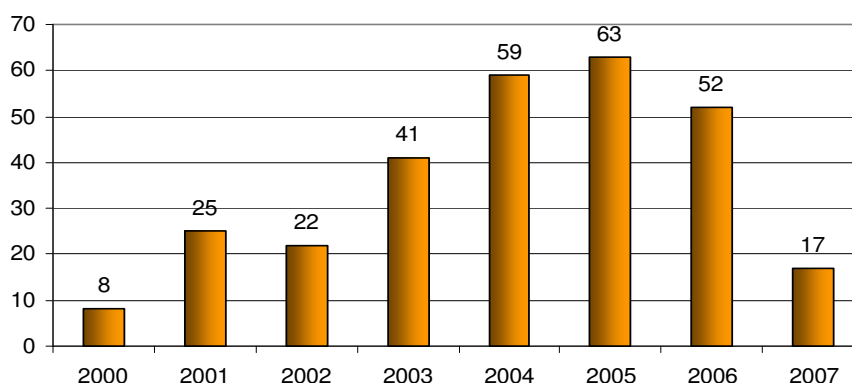


Ilustração 3: Quantidade de empresas que receberam o Selo do Balanço Social do IBASE
Fonte: Elaborado pelo autor para este trabalho a partir de informações do site do IBASE

Essa diminuição do número de empresas que publicam o balanço social através do modelo do IBASE não indica que o tema da responsabilidade está saindo da “moda”. Esse decréscimo talvez esteja relacionado com o aumento do número de empresas do Brasil e do mundo que formulam seus relatórios de sustentabilidade seguindo as orientações da GRI, como demonstra o gráfico a seguir, disponibilizado por Gláucia Térreo, integrante do Instituto Ethos e membro do Grupo Consultivo para Sociedade da GRI, que registra mais de mil relatórios em 2007.

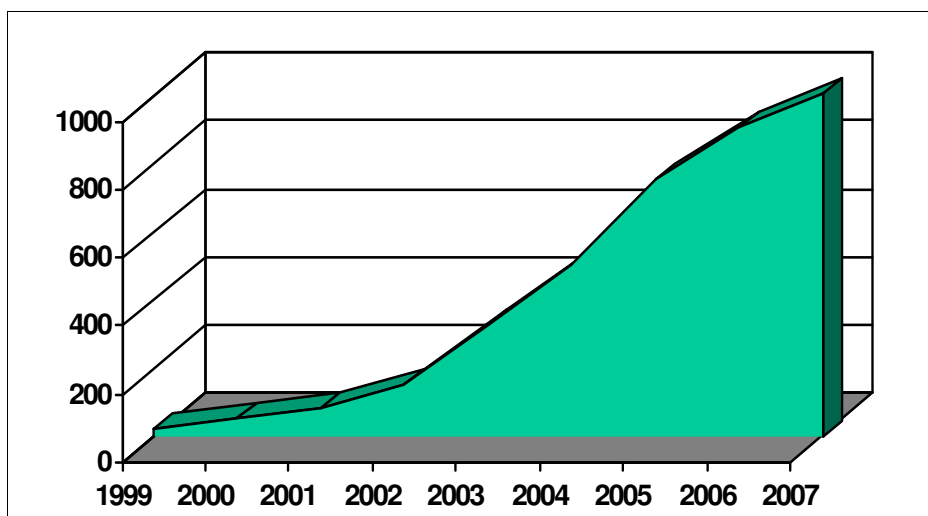


Ilustração 4: Quantidade de relatórios GRI no mundo
Fonte: TERREO, 2008.

Segundo Gláucia Terreo, em 2008, cerca de 100 empresas brasileiras publicarão seus relatórios no modelo GRI e, com isso, o Brasil ultrapassou o Japão no número de organizações empresariais vinculadas à GRI. Com uma página de extensão, o balanço social do IBASE facilita uma compreensão sumária e simplifica as análises comparativas com outras organizações do mesmo setor ou do mesmo porte, bem como a percepção do comportamento da empresa ao longo do tempo, uma vez que um conjunto de dados são apresentados com referência aos últimos três anos. Essas análises e comparações, evidentemente, são possíveis apenas para os iniciados nos mistérios da contabilidade. Para a maioria das pessoas fica apenas a sensação de que os dados referem-se a uma empresa transparente, uma vez que disponibilizam publicamente suas informações contábeis, embora essa maioria não tenha referências suficientes para saber se os dados informados estão ou não de acordo com o que é esperado de uma organização que pretende ser reconhecida como social e ambientalmente responsável.

Além de mais longo, o relatório da GRI se diferencial pelo processo inerente à sua elaboração. Segundo as “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade”, publicado em português em 2006, a primeira tarefa da organização é definir o conteúdo, a qualidade e o limite do relatório, com o objetivo de publicar as informações que sejam mais relevantes para os *stakeholders*, de acordo com a natureza da organização e com os impactos que possam ser causados pelas suas atividades, com orientações bastante incisivas:

Identifique os temas e respectivos indicadores que sejam relevantes, e portanto devam ser relatados, por meio de um processo interativo compatível com os princípios de materialidade, de inclusão de *stakeholders* e de contexto da sustentabilidade e com as orientações para o estabelecimento do limite do relatório (GLOBAL REPORTING INITIATIVA, 2006, p. 7).

Cabe enfatizar que a orientação para o envolvimento de *stakeholders* pode significar uma oportunidade para que os públicos afetados pela organização aprovelem ou questionem as informações incluídas no relatório de sustentabilidade. A maioria das normas, indicadores e demais ferramentas de sustentabilidade são verificadas, certificadas e chanceladas por institutos, ONGs e organizações criadas e mantidas pela própria estrutura empresarial, o que faz o discurso da responsabilidade social ser um tanto auto-referente. A metodologia proposta pela GRI, porém, sugere a criação de um espaço público plural, favorável ao debate. É claro que, mais uma vez, a qualidade deste espaço depende da coragem e da seriedade da organização: ela é que define quantas e quais as partes interessadas convidadas para este debate.

1.4 Transparência ou comunicação pública de organizações privadas

Além das apresentadas, responsabilidade social traz em si, ainda, uma exigência de interação social ou de comunicação, no sentido estrito do termo. É altamente relevante o conhecimento crítico que a empresa tem de si, dado por um diagnóstico como o feito pelos Indicadores Ethos. Não menos importante, porém, é a coragem que ela precisa ter para disponibilizar essa informação para a sociedade na qual está situada e, mais, a disposição de se abrir para discutir com suas partes interessadas sobre a adequação ou não das medidas tomadas para minimizar impactos negativos de sua atuação.

Neste ponto cumpre um importante papel a Comunicação Pública que, segundo Duarte (2003, p. 9), “trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva”. Essa modalidade de comunicação, segundo o autor, viabiliza o direito coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão, uma vez que assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo:

A comunicação pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. O campo da comunicação pública inclui tudo que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, Terceiro Setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas. A existência de recursos públicos ou interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da Comunicação Pública (DUARTE, 2003, p. 10).

Por este raciocínio, nem todo uso que uma empresa faz de instrumentos de comunicação pode ser lido como Comunicação Pública. Toda empresa, porém, tem uma dimensão de suas ações que diz respeito a interesses da coletividade, portanto, deve se guiar por referências da Comunicação Pública. Duarte (2003, p. 10) afirma que cidadania, democracia e interesse público são premissas dessa modalidade de comunicação, cujo destino é proporcionar “mais poder para a sociedade, menos para os governos; mais comunicação, menos divulgação; mais diálogo e participação, menos dirigismo”.

Uma crítica de Jorge Duarte é dirigida a instituições cuja prática de comunicação se reduz à divulgação. Segundo ele, para essas organizações, qualificar a comunicação é sinônimo de “aumento do aparato tecnológico, do número de fontes de informação, investir em bombardeio de informação persuasiva” (DUARTE, 2003, p. 13). O autor advoga, porém, a necessidade de uma política de comunicação, sem a qual uma organização só gera atos pontuais, assistencialistas e intuitivos, enquanto que “espera-se da Comunicação Pública que sua prática contribua para alimentar o conhecimento cívico, facilitar a ação pública e garantir o debate público” (ZÉMOR, 2003, p. 77).

Nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social 2007, por exemplo, há um grupo de questões que conduzem as empresas a adotar uma postura de transparência e *accountability* ou prestação de contas das suas atividades para a sociedade na qual estão inseridas. Um exemplo: “A empresa fornece aos consumidores e clientes informações detalhadas sobre danos ambientais resultantes do uso e da destinação final de seus produtos?” (CUSTÓDIO; MOYA, 2007, p. 43).

Este conjunto de quesitos indaga sobre a publicação do balanço social, sobre a informação dos empregados a respeito de medidas que afetam a sua vida, sobre a realização de campanhas informativas internas em torno de temas como a equidade racial, além de uma série de procedimentos informativos. Embora sejam altamente recomendadas, a efetivação dessas práticas depende inteiramente da decisão da empresa ou de seus gestores, devido ao seu caráter unidirecional, e, portanto, a sua implementação não garante a escuta ou a participação dos supostos beneficiários.

Há um outro grupo de questões, entretanto, para cuja efetivação é imprescindível que se estabeleça diálogo da empresa com outros segmentos sociais, criando esferas públicas para discussão de assuntos que envolvam aqueles que se sentem parte dos públicos de interesse de uma empresa ou que se sentem afetados por suas ações. Trata-se de um bloco de 48 questões, distribuídas nos sete temas dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, como mostra o gráfico a seguir:

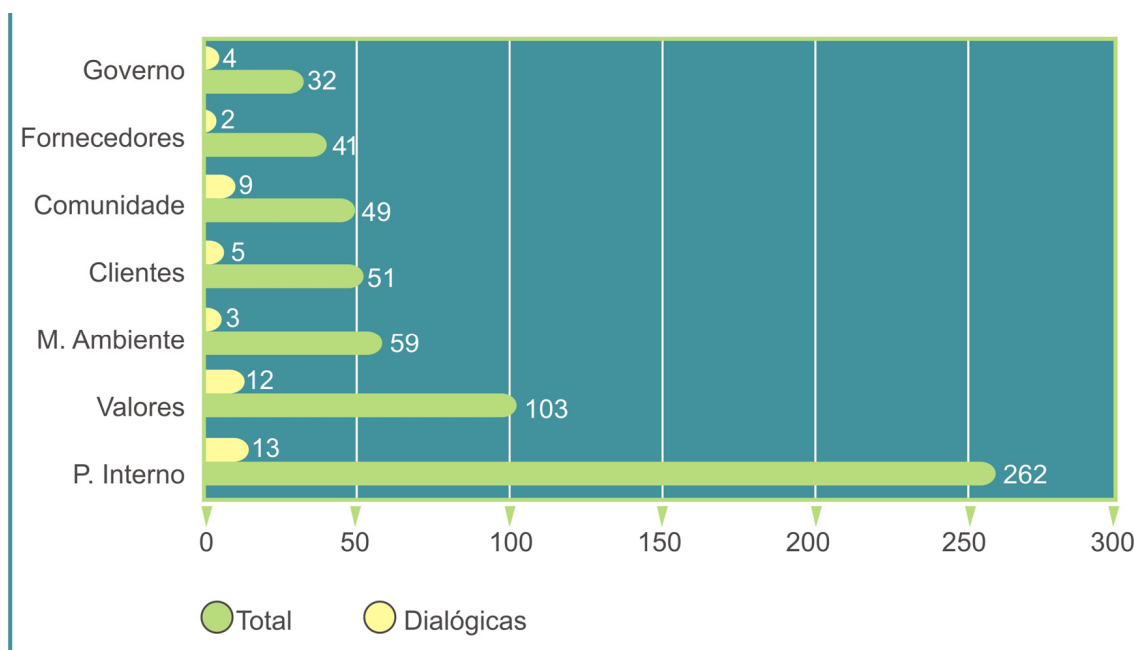


Ilustração 5: Quantidade de questões dialógicas por tema dos Indicadores Ethos

Fonte: Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007

Para conhecer a natureza dessas questões dialógicas, vejamos alguns exemplos:

(6.3)³ No processo de elaboração do balanço social, a empresa envolve pelo menos quatro das seguintes partes interessadas: comunidade, público interno, consumidores, clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral (por meio, por exemplo, de contatos com organizações de defesa do meio ambiente, sindicatos, entidades voltadas para a saúde pública ou defesa dos direitos humanos etc.)?

(6.4) a empresa incorpora no balanço social críticas, sugestões e depoimentos de partes interessadas?

(18.3) a empresa busca estabelecer diálogo estruturado com instâncias do governo local, especialistas, ONGs e sindicatos para conhecer, entender, prever e reduzir o impacto de um possível fechamento de unidades de negócio ou plantas, ou da eventual necessidade de corte de pessoal?

(35.4) quanto à governança da ação social, a empresa possui conselho ou comitê misto, com membros de diferentes áreas da empresa ou do grupo empresarial, incluindo membros da sociedade credenciados para tratar da área temática em que atua? (CUSTÓDIO; MOYA, 2007, passim).

O envolvimento de distintos setores, a incorporação de críticas e sugestões vindas destes grupos, o estabelecimento de diálogo estruturado e não episódico são, a nosso ver, o mais exigente e elevado nível de comprometimento de uma empresa com os propósitos de ser sócio e ambientalmente responsável. Nesse sentido, aplicamos à relação empresa/ sociedade a reflexão que Arato (2002, p. 101) faz sobre a interação

³ Os números citados entre parêntesis referem-se aos itens da enumeração interna dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007.

representante/ representado na seara da democracia representativa: “Se os cidadãos não verbalizarem suas demandas e não se organizarem em iniciativas e fóruns políticos, o papel da opinião pública de monitoramento e de geração de informação pode ser danificado, tornando *accountability* uma promessa vazia”. Esse é, também, o raciocínio de Anna Maria Campos (1990, p. 35): “Um controle efetivo é consequência de uma cidadania organizada; uma sociedade desmobilizada não será capaz de garantir a *accountability*”.

Analisando o problema da representação política, Arato fala de *accountability* como um instrumento de avaliação retrospectiva, que força o político a cumprir as promessas e programas ou ficar exposto a possíveis punições nas eleições subseqüentes (ARATO, 2002, p. 91-92). O exegeta Carlos Mesters fala desse movimento de avaliação retrospectiva, apresentando a Leitura Popular da Bíblia com a metáfora do retrovisor, através do qual olha-se para o passado para definir como agir no presente na direção do futuro. Consideramos que, assim como Mesters faz Leitura Popular da Bíblia e Arato faz avaliação retrospectiva do campo político partidário, *accountability* também é um movimento possível e desejável na relação das empresas para com a sociedade.

Empresas e comunidades compartilham um mesmo espaço que é a intersecção dos seus próprios campos de atuação e de interesse. Isso, porém, não cria automaticamente uma esfera pública em que ambos se apresentem no debate em condição de igualdade formal, para confrontar idéias e tomar decisões a respeito dos assuntos de interesse comum. Mais rara ainda é a disposição de uma empresa estabelecer um processo dialógico, uma ação comunicativa orientada para o entendimento e diferente da ação estratégica focada nos interesses particulares. Comum é justamente o emprego das ferramentas de persuasão e de convencimento, ao invés do estímulo à apresentação dos pontos de vista distintos e à discussão pública.

Segundo Habermas (1997, p. 66), felizmente “não é realista a idéia segundo a qual todo comportamento social é concebido como agir estratégico, podendo ser explicado como resultado de um cálculo egocêntrico de possíveis vantagens”. Hoje, mais que nunca, a necessidade de gozar de um bom conceito junto à opinião pública força as empresas a abandonar as estratégias de dominação clientelista das comunidades e demais *stakeholders* e, pouco a pouco, adotar práticas coerentes com os princípios da responsabilidade social e do agir comunicativo orientado para o entendimento.

A comunicação ou o nível discursivo de um debate constitui um parâmetro importante para avaliar a qualidade da democracia de uma sociedade e a autonomia das esferas públicas que a constituem. Isso equivale dizer que a posição da opinião pública

sobre determinado tema vale tanto pelo seu conteúdo quanto pela forma ou pelo método como a sociedade chegou a esse consenso possível. Aqui entra toda a desconfiança possível a respeito da participação dos meios de comunicação social e da propaganda institucional na formação das opiniões e vontades da sociedade como um todo. Mesmo longe da teoria da comunicação norte-americana da “bala mágica”, não há como negar a absurda assimetria com que o sistema (Estado e Economia) confronta o mundo da vida (sociedade civil) no debate a respeito de qualquer tema de interesse público.

Distante das teorias funcionalistas, bem como das versões da teoria da recepção que super-acentuam o papel do receptor, Habermas fala do agir orientado para o entendimento como uma situação de fala na qual os agentes assumem alternadamente os papéis de falante, destinatário e demais presentes (participantes e observadores). Segundo ele, o agir comunicativo é um “processo circular no qual o ator é as duas coisas ao mesmo tempo: iniciador e produto (domina a situação e deriva das tradições nas quais se encontra, grupos aos quais pertence e processos de socialização nos quais se cria)” (HABERMAS, 1989b, p. 166).

Pierre Zémor (2003, p. 79) fala de interlocutor ambivalente, analisando a complexidade da relação das organizações com o cidadão, no contexto da comunicação pública: “Ao mesmo tempo em que ele respeita e se submete à autoridade das instituições públicas, ele protesta sobre a falta de informação, ou sobre suas mensagens mal construídas, incompletas ou mal divulgadas”. Esse movimento do cidadão cada vez mais se dirige também em relação às empresas o que faz essa relação assumir pouco a pouco o seu caráter político. Assim, as empresas aprendem, independentemente de sua vontade, que se relacionam com cidadãos e não apenas com consumidores ou clientes.

Neste contexto, vale recordar, ainda, a reflexão de Habermas a respeito do agir orientado para o entendimento: “Os processos de entendimento mútuo visam um acordo que não pode ser imposto, nem pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações, mas assenta-se sempre em convicções comuns” (HABERMAS, 1989b, p. 165). Isso é o mesmo que dizer que a maioria das práticas ditas comunicativas das empresas para com a sociedade, mesmo aquelas necessárias e valiosas como as publicações de balanços sociais e, principalmente aquelas de necessidade e valor tão discutíveis quanto o marketing institucional, sequer poderiam ser classificadas como práticas comunicativas, *stricto sensu*. São, no máximo, atos informativos unilaterais, quando não expressões altistas da própria vontade empresarial, destituídos do propósito de estabelecer diálogo com qualquer interlocutor.

Dentre todas as atividades humanas, as de caráter econômico figuram entre as de maior potencial de impacto sobre a vida, com uma grande chance de ser recordista também quanto ao número de pessoas por ela atingidas. A atuação de uma empresa impacta pelos empregos que gera e pelos que deixa de gerar; pelas condições de saúde, segurança e remuneração que oferece aos seus empregados; pela forma como trata os resíduos do seu processo produtivo; pela qualidade e preço dos produtos que oferece para a sociedade... Pelos atos que pratica e pelos que se nega a praticar.

Uma organização que interfere tão profunda e abrangentemente na vida das pessoas e do planeta como um todo não pode tomar decisões baseadas apenas nos parâmetros do que é eficaz e do que é bom. Atos pragmáticos e éticos têm em comum o fato de serem egocêntricos, na perspectiva habermasiana, e, por essa razão, são aceitáveis apenas no que diga respeito ao próprio indivíduo ou organização que os praticam. Se interferem na vida de uma coletividade, as ações de uma pessoa ou de uma organizações devem obedecer as regras da moralidade pública, cujo metro é a identificação do que é justo.

Accountability, Comunicação Pública e instrumentos da Responsabilidade Social Empresarial são acessíveis e de alta qualidade para toda empresa que entenda que deve pautar-se pela sustentabilidade e pela ética pelos negócios. Para que isso aconteça, porém, é necessário que a conduta das empresas seja politizada pela sociedade, de modo que a sociedade civil tome para si a tarefa de vigiar a conduta das organizações produtivas, exigindo delas o que todo cidadão tem direito a ter como contrapartida das organizações que lidam com temas, produtos e serviços de interesse público.

A credibilidade que as empresas buscam e que só pode ser conferida pela opinião pública deve ser dada sob exigências cada vez mais severas da parte da sociedade civil, fruto do diálogo, do debate e do esclarecimento que resulta da existência de esferas públicas ativas, perenes e autônomas. A intolerância da sociedade civil para com os atos arbitrário das empresas e para com as práticas desrespeitosas da comunicação persuasiva por elas praticada ajuda, a uma vez, a termos organizações produtivas que entendam que são parte de uma sociedade complexa e, como tal, se comprometam em participar do movimento pela superação das desigualdades sociais e pela melhoria das condições de vida de todos.

2 MATIZES, MATRIZES, ARDIS E SUTILEZAS DAS CIDADANIAS

Os instrumentais disponíveis para balizar estudos ou práticas de responsabilidade social empresarial são abundantes e bastante qualificados para fazer avançar a moralidade pública na condução dos negócios privados ou a função social inerente aos serviços prestados pelo setor produtivo. Nem a quantidade nem a qualidade dos instrumentos disponíveis, entretanto, são suficientes para garantir a adoção de práticas social e ambientalmente responsáveis por parte da maioria das empresas, muito menos para promover a necessária sinergia entre as organizações de todas as naturezas para o enfrentamento dos problemas sociais que afetam a coletividade.

A pressão da concorrência do mercado capitalista da economia global tampouco é capaz de promover o alinhamento das empresas às novas filosofias administrativas. O mais comum são as manobras no campo da gestão da imagem, produzindo uma espécie de ilusionismo que faz a sociedade ver o desejável e que, efetivamente, não existe. Ferramentas e instrumentos de gestão em responsabilidade social estão sujeitos a manipulação, caso a empresa que os empregue esteja interessada apenas no posicionamento da marca, tratando responsabilidade social só como estratégia de marketing. Se a decisão de ser transparente, dar-se a conhecer, escolher o que será levado ao conhecimento e ao debate público depende inteira e exclusivamente da vontade do empresário, discursos e relatórios de sustentabilidade podem não passar de hagiografias que, de tão virtuosas, se constituem em peças de ficção. Balanços sociais e outras publicações da suposta bondade das empresas merecem olhar cético.

A credibilidade começa a ganhar espaço quando uma empresa é capaz de, junto com os seus feitos memoráveis, listar as suas limitações e firmar compromisso público de transformar as condutas e práticas que ainda não estão alinhadas com a ética e com a moralidade pública. Entretanto, pretender que as empresas assumam uma postura razoavelmente transparente por iniciativa própria é um desejo que beira a ingenuidade. O acesso à prestação de contas das organizações e a transparência são direitos da sociedade que, como todo direito de cidadania, não são concedidos benevolmente pelo Estado, pelas empresas nem por ninguém, senão conquistados pela mobilização e pela atuação política da sociedade civil organizada.

A redução da vulnerabilidade da população aos engodos marketeiros depende, em grande medida, do tema da responsabilidade social deixar de ser assunto “privado” e passar a integrar o rol que alimenta os debates de matérias de interesse da coletividade, fazendo que a boa ou má conduta das empresas torne-se ponto de pauta das esferas públicas integradas por administradores, funcionários, fornecedores, comunidades, organizações ambientais e todos aqueles que constituem os públicos afetados por determinada atividade empresarial. Assim como a violência doméstica migrou do espaço privado (*oikos*) para o espaço público (*polis*), a ética e a moralidade por parte das empresas também devem ser politizadas, de modo que responsabilidade social não seja mais uma espécie de item opcional de luxo e passe à pré-requisito das atividades produtivas.

Apenas o acompanhamento atento, qualificado e perene da sociedade civil para com as atividades das empresas oferece garantia de que serão respeitadas as exigências de que essas organizações cumpram as suas obrigações econômicas, legais e éticas, além de fazê-las entender que somente a adesão irrestrita aos parâmetros da responsabilidade social e ambiental é que poderá firmar a sua reputação junto a seus públicos de interesse.

Vale lembrar que a boa imagem, hoje, é condição para que uma organização sobreviva, e que a reputação só pode ser mantida através da participação dessa organização no movimento pela ampliação das condições de vida digna para todos. É da sociedade civil organizada a tarefa de fiscalizar o aparato estatal e o setor produtivo, ou o “sistema”, na linguagem habermasiana, para que essas instituições cumpram a sua função social e colaborem para, ou pelo menos não atrapalhem tanto, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia.

Para aprofundar essa discussão, apresentamos, neste capítulo, os conceitos de cidadania, esfera pública, *accountability* e comunicação pública, como parâmetros para avaliação da qualidade das interações sociais. Neste contexto específico, interessa-nos analisar as interações comunicativas realizadas entre empresários, gestores, clientes, fornecedores, consumidores, empregados, acionistas, ONGs, comunidades e demais pessoas e organizações que se tornam parte interessada de uma atividade produtiva por serem afetadas pelas ações realizadas, serviços prestados ou produtos oferecidos por uma empresa.

2.1 Sociedade civil e constituição de esferas públicas

Um número significativo de autores enfatiza em suas análises a passividade política da sociedade brasileira, afirmando, entre outras coisas, que as grandes mudanças pelas quais passou o país foram, em sua maioria, fruto da iniciativa das elites. O professor Francisco Rabelo levanta, porém, outras possibilidades de leitura da história⁴. Segundo ele, apenas para ficar nas três primeiras décadas do século XX, há que se reconhecer a força das greves operárias, dos movimentos tenentistas, da Semana de Arte Moderna, da Coluna Prestes, da Intentona Comunista e de outros movimentos que, sobretudo na década de 1920, apresentaram propostas de mudança e que, de alguma forma, resultaram nas medidas implementadas dos anos 1930 em diante. Assim, os louros das inovações não são de Vargas, mas de um conjunto de atores sociais que criaram o ambiente propício para as transformações que a sociedade requeria naquele contexto.

Com a mesma sensibilidade que o professor Rabelo olha o passado, Sérgio Costa analisa o presente, no livro “As cores de Ercília”, título derivado de uma crônica de Ítalo Calvino, que descreve uma cidade cuja particularidade é ter um sistema de relações sociais que se expressava através de fios coloridos lançados de uma para outra casa: “Em Ercília, para estabelecer as ligações que orientam a vida da cidade, os habitantes estendem fios entre as arestas das casas, brancos ou pretos, ou cinzas ou preto-e-brancos, de acordo com as relações de parentesco, troca, autoridade, representação” (CALVINO, apud COSTA, 2002, p. 11).

A tarefa assumida por Sérgio Costa é a de identificar as arestas e perceber as conexões dos fios multicoloridos que fazem a tessitura das relações que constituem a sociedade brasileira, com especial interesse por aquelas que se confrontam com as estruturas sistêmicas, influenciam e são por elas influenciadas, mas prezam pela manutenção de certa autonomia em relação ao Estado e ao mercado. Segundo o autor, essa atuação como decifrador social é bastante complexa porque, na atualidade, “ainda que concretas, as relações sociais perdem crescentemente sua materialidade no mundo em que o eixo da política e do poder desloca-se cada vez mais das lutas de distribuição para as lutas por reconhecimento público” (COSTA, 2002, p. 12). Ou seja, os movimentos sociais, aos poucos ampliam suas bandeiras dos chamados direitos de primeira geração para outros tipos de direito.

⁴ RABELO, Francisco. Conferência realizada para o Mestrado em Comunicação da UFG, no auditório da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, em Goiânia, 20/05/2007.

Essa mudança na pauta de reivindicações dos movimentos sociais também provoca alterações na configuração da esfera pública que, segundo Costa, hoje “diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difuso no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social” (ibid, p. 12). As mudanças são também quantitativas, surgindo um número cada vez maior de grupos que desejam influenciar ou, pelo menos, expressar o que pensam sobre questões que afetam a coletividade, bem como levar a público suas necessidades e, principalmente, a exigência de respeito aos seus direitos. Essa polifonia de vozes é perfeitamente compatível com a concepção do autor a respeito de democracia:

Diferentemente dos tipos despóticos de governo que podem se sustentar através do mero uso da força, a democracia representa uma forma de dominação consentida, na qual as decisões necessitam ser permanentemente fundamentadas e justificadas, dependendo sempre da anuência da comunidade política para que possam ser implementadas (COSTA, 2002, p. 15).

Sérgio Costa reconhece a força política das estruturas sistêmicas, como os partidos e a mídia, mas enxerga outras nuances nesta realidade, com papel destacado para a atuação dos movimentos sociais na cena política:

Persistem, para além do espaço público transformado em mercado, um leque diversificado de estruturas comunitárias e uma gama correspondente de processos sociais (de recepção e reelaboração das mensagens recebidas e de interpenetração entre os mais diferentes microcampos da esfera pública), cuja existência confere precisamente consistência, ressonância e sentido ao “espetáculo político”, ancorando-o novamente no cotidiano dos atores (COSTA, 2002, p. 23).

Quando fala em processos sociais de recepção e reelaboração de mensagens, Costa traz à discussão o tema da comunicação de massa, como um importante elemento a ser considerado no relacionamento entre o sistema e o mundo da vida. Não há como negar o papel dos meios de comunicação de massa como mediadores da relação entre as estruturas clássicas de poder e a sociedade civil. Diferente da maioria e baseado em reflexões de Cohen e Arato, Costa diz que seria equivocado acreditar que a mercantilização da comunicação social operada pela mídia comercial teria destruído as interfaces entre a sociedade civil e o Estado. Segundo ele, há também na cena, “um processo coetâneo de modernização do mundo da vida, possibilitado pela desprovincialização, expansão e criação de “novos públicos” e nos *loci* de realização de formas críticas de comunicação” (COSTA, 2002, p. 23-24).

Costa defende que, além das tradicionais influências do dinheiro e dos fluxos de comunicação da mídia para a sociedade, há também um movimento na direção oposta, vindo do conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do Estado a que se denomina sociedade civil. O autor argumenta que “a esfera pública conforma [...] o contexto público comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade de convivência e de tolerância mútua” (COSTA, 2002, p. 27). Instância que, por um lado, assegura os direitos da sociedade civil e, por outro, dá legitimidade para as ações das organizações públicas e privadas, a esfera pública é o lugar de debate livre e de deliberação democrática a respeito dos temas de interesse de uma coletividade, assim definida:

Rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo (HABERMAS, 1997, p. 92).

Quanto mais robusta e plural a esfera pública, maior o gradiente de democracia de uma sociedade. Para Habermas, as esferas públicas autônomas têm como base a sociedade civil, que é distinta tanto do sistema econômico como da administração pública (HABERMAS, 1997, p. 22). Segundo o autor, as esferas públicas estão relacionadas a uma idéia específica de democracia: aquela que está apoiada no conceito de discurso e que “parte da imagem de uma sociedade descentrada, a qual constitui – ao lado da esfera pública política – uma arena para a percepção, a identificação e o tratamento de problemas de toda a sociedade” (HABERMAS, 1997, p. 24).

A atuação política da sociedade civil nas esferas públicas é caminho para a cidadania, conquistada e mantida pelas pessoas e pela coletividade nos processos de comunicação e de interação, desde que esses processos sejam constituídos por interlocutores qualificados para a argumentação e motivados para o entendimento. Neste sentido, quem garante a moralidade pública das organizações é a existência de ambientes plurais, favoráveis à confrontação de idéias e propícios à deliberação interessada no bem da coletividade. Esses ambientes plurais são também um dos caminhos para consolidar e manter a soberania do povo, definida por Habermas (1997, p. 24) como poder produzido comunicativamente ou resultante “das interações entre a formação da vontade institucionalizada constitucionalmente e as esferas públicas mobilizadas culturalmente”.

O debate vigoroso das esferas públicas autônomas conforma, ademais, a opinião pública, que é o instituto de legitimação ou desqualificação das ações de pessoas públicas e de organizações públicas ou privadas. Segundo Habermas (1997, p. 32-33), “a formação da opinião, desatrelada das decisões, realiza-se numa rede pública e inclusiva de esferas públicas subculturais que se sobrepõem umas às outras, cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas e que [...] formam um complexo “selvagem” que não se deixa organizar completamente”. Essa é, na opinião do autor, contraditoriamente, a maior fragilidade e a maior força da esfera pública geral, em comparação com a esfera pública parlamentar, por exemplo:

Devido à sua estrutura anárquica, a esfera pública geral está muito mais exposta aos efeitos da repressão e de exclusão do poder social – distribuído desigualmente – da violência estrutural e da comunicação sistemicamente distorcida, do que as esferas públicas organizadas do complexo parlamentar, que são reguladas por processos. De outro lado, porém, ela tem a vantagem de ser um meio de comunicação isento de limitações, no qual é possível captar melhor novos problemas, conduzir discursos expressivos de auto-entendimento e articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades (HABERMAS, 1997, p. 33).

A expressão do pensamento livre das esferas públicas gerais é fundamental para a criação da pluralidade sem a qual não há democracia viável. Para manter a riqueza e o colorido da cena política é preciso que um número cada vez maior de grupos desfrute de condições favoráveis para a exposição dos seus argumentos e conte com um ambiente acolhedor desses argumentos por parte da coletividade: “Parece fundamental que as diferentes subculturas, na medida em que apresentam reivindicações que tenham conseqüências para o conjunto da comunidade nacional, tenham a possibilidade de dirigir suas vozes genericamente” (COSTA, 2002, p. 33).

Ciente da força do mercado, do governo e da mídia na cena política, Costa propõe um duplo papel para as organizações civis em relação às estruturas sistêmicas e às do mundo da vida: a co-responsabilidade “pela tradução e transmissão para a órbita político-institucional dos anseios difusos gestados nos interstícios do tecido social” e, no sentido inverso, o “enraizamento dos valores democráticos nas práticas cotidianas” (ibid, p. 36). Para o cumprimento desse papel é necessário que as organizações e lideranças evitem apenas orbitar em torno das estruturas clássicas de poder, em nome da conquista de direitos das coletividades por eles representados, bem como que também evitem ficar apenas no espaço “doméstico”, desenvolvendo práticas que, embora educativas, pouco influenciam os processos políticos da sociedade como um todo.

Segundo Sérgio Costa (2002, p. 78), no Brasil, mesmo os espaços de comunicação primários, como padarias, telefones públicos e outros, têm relevância política e conformam uma teia social complexa e ordenada, intermediária entre o espaço doméstico e o público: “A exceção de poucos pontos geográficos bem delimitados do território urbano, nos quais pessoas anônimas circulam indiferente ao entorno social, observa-se situações cotidianas marcadas pela ocorrência de uma comunicação interpessoal intensa e efetiva” (COSTA, 2002, p. 93). Tudo isso faz o autor concluir que:

A esfera pública brasileira cada vez mais se consolida como um sistema intermediário capaz de absorver e processar temas e opiniões de segmentos sociais e culturais diversos, transmitindo aos cidadãos e ao sistema político os conteúdos informacionais processados (COSTA, 2002, p. 79).

A produção das esferas públicas, efetivada nas vozes, manifestações ou reivindicações da sociedade civil, entretanto, na opinião do autor, não tem um valor imanente. Costa opõe sociedade civil ao sistema político-partidário, definindo-a como o campo relativamente autônomo ao qual se vincula um conjunto de atores que “não querem ser assimilados nem às estruturas partidárias nem ao aparelho de Estado” (COSTA, 2002, p. 61). Segundo ele, para serem validadas, as pautas da sociedade civil devem ser submetidas ao confronto de idéias na arena da esfera pública, lugar onde se “pode colocar à prova a universalidade de seus argumentos, mostrando a relevância para o conjunto da sociedade de seus pleitos” (COSTA, 2002, p. 165).

Essa é a mesma linha de reflexão da professora Rousiley Maia (2008b, p. 213), analisando o processo de inserção de pontos de vista singulares em fóruns ampliados de deliberação: “Para que enfoques pré-políticos de interpretação de necessidades e orientações valorativas ganhem um *status* político, eles precisam conquistar reconhecimento público e ser processados em esferas públicas alargadas”. Por esse raciocínio, Costa e Maia defendem que a participação dos movimentos sociais no debate público contribui para que as necessidades de um grupo particular sejam conhecidas pelo conjunto da sociedade e também para que a sociedade avalie a possibilidade de acolher modificações de regras de vida comum a partir do que alguns enxergam como oportunidade de melhoria para todos. Maia assevera, porém, que a simples oportunidade de apresentar propostas e pontos de vista não é suficiente para obter o respaldo da coletividade: “Para ser minimamente eficiente no processo de deliberação, um interlocutor precisar ter a capacidade de iniciar um diálogo público sobre um dado assunto, de tal maneira que ele receba séria consideração dos outros” (MAIA, 2006, p. 161).

Convém enfatizar que, na concepção desta autora, deliberação não tem o sentido usual de tomada de decisão em determinada circunstância, mas refere-se ao modo como se desenvolve a conversação pública que antecede e legitima a tomada de decisão em ambientes de democracia discursiva. Nesse contexto, o termo deliberação tem o sentido de “processo aberto de discussão e reflexão no momento em que dois ou mais agentes expressam e consideram pontos de vista e avaliam as razões envolvidas em uma dada questão” (MAIA, 2006, p. 153).

Para Maia, só pode ser tomado como tema de “interesse comum” aquilo que resulta de um processo de deliberação pública (MAIA, 2008a, p. 163), sendo mais legítimo o processo que melhor atender a gradação de condições ideais para o desenvolvimento da deliberação: (a) inclusividade de temas e participantes; (b) razoabilidade dos argumentos; (c) não-tirania; (d) igualdade moral e política entre os participantes; (e) escuta respeitosa e justificação recíproca dos argumentos; (f) reversibilidade das opiniões (MAIA, 2008b, p. 198; 2008c, p. 329).

Rousiley Maia adverte que nem sempre a apresentação pública de pontos de vista de pessoas e grupos colabora para a ampliação ou para o fortalecimento da democracia, como o comprova a existência de grupos que “advogam o ódio e a intransigência; organizam-se em torno da xenofobia, do racismo, da homofobia ou da intolerância religiosa” (MAIA, 2008b, p. 214). De um modo geral, entretanto, a constituição de grupos ou atores coletivos é o que viabiliza a superação das desigualdades deliberativas, como a assimetria de poder, desigualdade no acesso aos meios de comunicação de massa e pobreza política quanto às condições de enfrentamento do debate público: “Atores coletivos desenvolvem diversos elementos – habilidades cognitivas, oportunidade de aprendizagem, escrutínio crítico e motivação para a ação – que os capacita a superar as desigualdades deliberativas” (MAIA, 2008a, p. 183-184).

Segundo a autora, os atores públicos desempenham um papel fundamental quanto à tradução de problemas ou demandas surgidas “em ambientes restritos ou pequenos grupos, numa linguagem que seja pública, isto é, compreensível para uma audiência mais ampliada de cidadãos e, ainda, fomentar o debate com públicos diversificados” (MAIA, 2008b, p. 213). O mais relevante, entretanto, é que o exercício da conversação pública dos atores coletivos impacta tanto a configuração social quanto a percepção que as pessoas e grupos têm de si mesmos:

Falando e ouvindo os outros, considerando pontos de vista uns dos outros, as pessoas podem subverter as premissas de discursos e representações hegemônicas, alterar o encadeamento de causalidades e subverter juízos

morais sobre a própria condição [...]. Constrói-se, assim, uma tematização de valores considerados relevantes enquanto grupo ou uma narrativização sobre situações comuns. Este é o primeiro passo para o combate contra injustiças sociais e a conquista da auto-estima (MAIA, 2008b, p. 210).

Superação de injustiças e conquista de auto-estima são dois aspectos de alta relevância para o povo brasileiro como um todo e, mais ainda, para comunidades de baixa renda, como o Jardim Nova Goiânia que está no centro desta pesquisa. Este é, em outras palavras, um caminho eficaz para a superação de problemas históricos e para a conquista da plena condição humana.

2.2 A ação que faz da pessoa um “Ser Humano”

A sociedade brasileira expressa significativo desencantamento com a política no seu sentido sistêmico, isto é, com o funcionamento do aparato partidário e eleitoral, estruturado em função de atender as regras da democracia representativa. A euforia dos períodos pré-eleitorais geralmente é sucedida por uma recorrente frustração com o desempenho dos políticos profissionais, o que, de tanto se repetir, dá a sensação de que o problema não reside apenas na traição dos eleitos, mas também na falta de compreender a ação política e, principalmente, na atuação ou propalada falta de atuação política dos brasileiros nos longos intervalos entre um e outro pleito.

Não faltam explicações de como e por que a sociedade brasileira chegou a esta situação de “fraca” cultura política, sobre a qual Bezzon afirmar haver certo consenso entre os cientistas políticos. Segundo a autora, pode-se dizer que “a sociedade brasileira tem como herança cultural a maneira de se fazer política através do coronelismo, do clientelismo e a instituição de relações patrimonialistas de poder” (BEZZON, 2004, p. 18). Focando a discussão na estrutura brasileira de poder, Lara Bezzon identifica os problemas da falta de continuidade entre as formações político-partidárias que se sucedem e, principalmente, o privatismo como traço dominante da estrutura social e da cultura política nacional. Em outro artigo do mesmo livro, Luciana Miotto (2004, p. 100-101) defende que, entre todos, o maior dos problemas é que “a verdadeira política perdeu seu poder, já que o espaço público está vazio ou foi tomado pelo capital”.

Se há um descrédito absoluto na política e se a verdadeira política perdeu seu poder, como podemos ler os crescentes movimentos anti-globalização, contra as guerras e o imperialismo em todo o mundo? Serão apenas festivas as manifestações ambientalistas ou de afirmação do orgulho gay? Essas e tantas outras criativas formas de mobilização social se não são manifestações políticas, que natureza têm?

Talvez o problema não seja apenas a falta de atuação política do povo brasileiro, mas, em alguma medida, uma certa miopia dos analistas que enxergam como “política” apenas as movimentações que estão na órbita dos partidos, das eleições e do aparato do Estado. Na obra “A condição humana”, a filósofa alemã Hannah Arendt discute a política num sentido amplo. Publicada originalmente nos Estados Unidos, em 1958, a obra faz uma separação inicial entre vida contemplativa e vida ativa, esta última compreendida como a realização de três atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação.

O labor, ou atividade do animal *laborans*, refere-se às ações determinadas pela necessidade, aquelas que não têm começo nem fim definidos e que correspondem “ao processo biológico do corpo humano” (ARENDR, 1987, p. 15). O trabalho ou atividade do *homo faber* refere-se a atividades distintas das primeiras pela utilidade daquilo que é produzido. É pelo trabalho que o ser humano transforma o mundo, constrói ou fabrica, de modo artificial, um *habitat* distinto do que a natureza dispôs para ele. Não é o labor nem o trabalho, entretanto, que humaniza as pessoas ou que distinguem o ser humano de outras espécies. Segundo Arendt, a ação é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, [que] corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDR, 1987, p. 15).

Hannah Arendt não trabalha com o conceito de “natureza” humana e sim com o de “condição” humana e não crer na possibilidade de conhecermos a primeira: “Se temos uma natureza ou essência, então certamente só um deus pode conhecê-la e defini-la” (ARENDR, 1987, p. 18). A autora também não despreza a vida contemplativa, mas critica a sua supervalorização, afirmando que “o enorme valor da contemplação na hierarquia tradicional obscureceu as diferenças e manifestações no âmbito da própria *vita activa*” (ARENDR, 1987, p. 25). Para Arendt, a raiz dessa limitada dignidade da vida ativa tem origem clara: “O cristianismo, com sua crença num outro mundo cujas alegrias se pronunciam nos deleites da contemplação, conferiu sanção religiosa ao rebaixamento da *vita activa* à sua posição subalterna e secundária” (ARENDR, 1987, p. 24).

A queda do império romano e a promoção do cristianismo à posição de religião exclusiva do Ocidente são os dois eventos históricos que, segundo a autora, marcaram esse rebaixamento de status da vida ativa. A queda do império e a ascensão do cristianismo, juntos, tornaram “fútil e desnecessária qualquer busca de imortalidade terrena; e conseguiram [...] transformar a *vita activa* e o *bios politikos* em servos da contemplação” (ARENDR, 1987, p. 30). Segundo a autora, a Igreja conseguiu piorar um

pouco mais este cenário quando, na Idade Média, transferiu todo o foco da esfera pública para a esfera privada, transformando o antigo sentido da “polis” como lugar de debate das coisas de interesse público em espaço de controle e repressão e consagrando o feudo como uma casa ampliada, com o senhor feudal exercendo o poder sobre os servos da forma tirânica como o *pater família* da *oikos* grega mantinha subjugados mulheres, crianças e escravos (ARENDR, 1987, p. 44).

O pensamento de Hannah Arendt, evidentemente, caminha na direção oposta do que foi realizado pela Igreja na Idade Média, propondo uma reabilitação da vida ativa, como lugar de realização das potencialidades da pessoa humana:

A tarefa e a grandeza potencial dos mortais tem a ver com sua capacidade de produzir coisas – obras e feitos e palavras – que mereceriam pertencer e, pelo menos até certo ponto, pertencem à eternidade, de sorte que, através delas, os mortais possam encontrar o seu lugar num cosmo onde tudo é imortal exceto eles próprios (ARENDR, 1987, p. 27-28).

Diferente da via cristã, portanto, o caminho da imortalidade apontado por Hannah Arendt reside na vida ativa, onde os seres humanos realizam obras e pronunciam palavras de tal significação para a humanidade que, não podendo mais ser esquecidos por gerações, de certa forma os fazem atingir o ideal da imortalidade. Que poderosa ação, porém, é essa a que se refere Hannah Arendt, capaz até de imortalizar mortais?

Trata-se da ação política, cujas condições e atributos são descritos em “A condição humana”, cinco dos quais destacaremos a seguir: (a) liberdade, (b) pluralidade, (c) protagonismo, (d) articulação de discurso e prática, (d) e publicidade. A ação de que fala Hannah Arendt só pode ser realizada quando se rompe o isolamento. Ação política exige comunhão. Por isso, afirma a autora, “só a ação é prerrogativa exclusiva dos homens; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros” (ARENDR, 1987, p. 31). Nem toda agrupamento humano, evidentemente, é lugar de realização de ação política. Para tal, é imprescindível que os membros do grupo gozem de igualdade de condições para se expressarem com o máximo de liberdade – sendo essa a primeira condição ou o primeiro atributo da ação política de que fala Arendt.

Para essa reflexão, a autora analisa um período da Grécia antiga, marcado pela existência de duas instituições básicas: a casa (*oikos*) e a cidade (*polis*), sendo a primeira o lugar da tirania e da dominação do pai e a segunda, lugar dos grandes pronunciamentos e debates, realizados entre homens livres e em condição de igualdade de expressão. A casa era lugar de satisfação das necessidades e da fabricação das coisas úteis (labor e

trabalho) e a praça (*agora*), lugar dos discursos e grandes feitos (ação política). Arendt (1987, p. 39-40) sintetiza a diferença entre estes espaços afirmando que “o que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências”, enquanto que a *polis*, ao contrário, “era a esfera da liberdade e se havia uma relação entre as duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía condição natural para a liberdade na *polis*”.

As condições de liberdade de expressão são fundamentais para a ação política e, para qualificar ainda mais a *agora* ou esfera pública onde as pessoas livres se pronunciam, é imprescindível que essas pessoas constituam um grupo plural. Por um lado, quanto mais diverso o ambiente, torna-se mais exigente a manutenção das condições de liberdade de expressão. Por outro lado, é essa mesma diversidade que qualifica uma esfera pública. É muito fácil criar um ambiente onde todos podem se pronunciar livremente quando o conteúdo desses pronunciamentos é coincidente ou ideologicamente alinhado. O caminho apontado por Arendt, entretanto, é outro: liberdade de manifestação de pessoas autônomas, encorajadas a expressarem pensamentos originais.

Igualdade e diferença dos atores, por essa razão, constituem o segundo atributo e condição da ação humana, “pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDR, 1987, p. 16). Em outra parte da obra, a autora afirma que a pluralidade humana é a condição básica da ação e do discurso que tem o duplo aspecto da igualdade e da diferença, argumentando que “se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais” e, por outro lado, se não fossem diferentes, “os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender” (ARENDR, 1987, p. 188). Hannah Arendt conclui que “a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”, que se manifesta no discurso e na ação: modo pelo qual os seres humanos se manifestam uns aos outros (ARENDR, 1987, p. 189).

Esse ambiente livre e plural constitui um palco distinto dos festivais de cinema pelo menos no que diz respeito à importância dos atores no conjunto da obra. Enquanto os festivais consagram um único protagonista por filme, na esfera pública o protagonismo e o exercício da liderança são ou podem ser compartilhados por todos ou por um grande grupo, sendo esse o terceiro atributo da ação política em Hannah Arendt. A autora recorda que “agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como o indica a palavra grega *archein*, “começar”, “ser o primeiro” e, em alguns casos,

“governar”), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*)” (ARENDT, 1987, p. 190). Agir, nos termos da autora, significa inserção no mundo que depende, em última instância, da decisão e da iniciativa de cada pessoa. Essa inserção “pode ser estimulada, mas nunca condicionada, pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar” (ARENDT, 1987, p. 189).

Analisando a democracia grega, Norberto Bobbio (2000, p. 374) revela uma compreensão semelhante, ao afirmar que a diferença entre a arte política e as outras artes é que esta não se ensina, “e não se ensina porque é patrimônio de todos, e isso explica porque todos têm o direito de participar do governo da cidade”. Também reflete nesta perspectiva Luiz Martins, segundo o qual “cidadania, sociedade, democracia são produto de autoconstrução. Não podem ser dadas. A cidadania é como se fosse uma epifania, uma eclosão, um processo que ocorre de dentro para fora e não o contrário”⁵.

Essa compreensão destes temas equivale a dizer que o campo da ação política é tanto mais qualificado quanto as pessoas forem capazes de tomar iniciativas autônomas e aportarem pensamentos e propostas originais à coletividade. Segundo Arendt, a imprevisibilidade é inerente a todo início ou, diríamos, a toda iniciativa, donde conclui que, sendo o ser humano capaz de agir, “significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDT, 1987, p. 191).

O quarto atributo da ação destacado neste estudo diz respeito ao uso da palavra e a realização de atos feitos por pessoas livres participantes da *agora*. Nem todo ato ou pronunciamento configuram ação política. A perspectiva de Arendt supõe articulação de discurso (*lexis*) e prática (*praxis*) como os únicos atos das comunidades humanas considerados como ação política e “que exclui estritamente tudo o que seja apenas necessário e útil” (ARENDT, 1987, p. 34). É legítimo que os seres humanos labutem para atender necessidades biológicas e trabalhem para fabricar coisas úteis. Entretanto, essas atividades não bastam para distinguir e dignificar a condição humana que, em Arendt, só pode ser assim nomeada pela ação que articula em si ato e reflexão, a ação política.

Finalmente, para atender o quinto requisito da ação política, discussões e práticas devem girar em torno do que é público, no duplo sentido que a autora dá ao termo: público enquanto o que é visto e ouvido por todos e público enquanto “negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem” (ARENDT, 1987, p. 59 e 62). Isso quer dizer que a ação política tem uma forma pública, aqui nos referindo à

⁵ Conferência realizada pelo professor Luiz Martins para o Mestrado em Comunicação da UFG, no auditório da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, em Goiânia, 21/06/2007.

visibilidade com que as coisas públicas devem ser realizadas, e um conteúdo público, no sentido de discutir e agir sobre realidades de interesse comum ou temáticas que dizem respeito a um conjunto de pessoas, em oposição, àquelas que se referem a interesses de apenas alguns, constituindo, respectivamente, os campos das coisas públicas e das coisas privadas.

Quanto à visibilidade com que as coisas públicas devem ser tratadas, recordamos o pensamento kantiano citado por Bobbio (2000, p. 407-408), segundo o qual “todas as ações relativas aos direitos de outros homens, cuja máxima não é compatível com a publicidade, são injustas” e, adiante, ainda mais contundente, afirma que “manter em segredo um propósito, ou mesmo um pacto, ou, se fosse possível, qualquer providência pública, é por si só uma prova da sua ilicitude”.

Arendt vai além, refletindo não apenas no sentido da necessidade de agir às claras, mas afirmando que só é ação política aquela que é capaz de revelar o ator, o que supõe absoluta coerência entre o que se diz, o que se faz e o que se é. Segundo ela, “na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano” (ARENDR, 1987, p. 192). Adverte, porém, que o discurso e a ação só têm a qualidade reveladora quando as pessoas estão com as outras no simples gozo da convivência humana. Portanto, não acontece revelação quando as pessoas são “pró” ou “contra” outras pessoas, sendo o praticante de boas ações e o criminoso classificados como indivíduos solitários (ARENDR, 1987, p. 192-193).

Pelas reflexões feitas até aqui, conclui-se que a ação em Hannah Arendt supõe a construção de um ambiente plural, constituído por pessoas que gozam de iguais condições para expressarem livremente o que pensam e realizarem atos originais, feitos em público e motivados por interesses públicos, portanto, capazes de revelarem verdadeiramente o que essas pessoas são. Essas cinco condições de ação elencadas podem, ao mesmo tempo, ser tomadas como parâmetro para analisar a qualidade das ações políticas e dos espaços públicos que configuram a realidade presente e como impulso para qualificar essas mesmas ações e espaços. Quem sabe com a qualificação da ação política não conseguimos romper o desencantamento e a apatia de que falávamos no início deste capítulo?

Uma nova compreensão da política é ingrediente fundamental para estimular as pessoas a reacenderem a chama pelas questões de interesse público ou, nos termos de Hannah Arendt, para não se reduzirem à condição consagrada pela modernidade de

meros supridores de necessidades ou fabricantes de coisas úteis e, verdadeiramente, se humanizem. Neste processo é fundamental também que as pessoas estejam convencidas de que o modelo de sociedade que estão construindo é realmente o mais adequado ao tempo em que vivem e ao mundo que cotidianamente edificam com as suas mãos. Neste contexto cabe a reflexão a respeito da democracia enquanto sistema político e também como parâmetro para estruturação das relações ancoradas no mundo da vida.

Quando se fala de democracia no Brasil, é difícil não fazer associação imediata com as campanhas eleitorais, com seus comícios, programas partidários em rede nacional de rádio e televisão, urnas eletrônicas, profusão de pesquisas, cabos eleitorais e todo um aparato em que práticas arcaicas, como a compra de votos, se misturam a novas tecnologias como a apuração eletrônica, rápida e, até provem o contrário, isenta de fraude – constituindo-se num raro artigo brasileiro de exportação inclusive para países do chamado primeiro mundo.

Essa associação de democracia com sufrágio universal, embora não pareça ao senso comum, é coisa recente e rara na história política nacional. Que são duas décadas em meio milênio de história? No caso do Brasil, duas décadas são, a uma vez, pouco e muito tempo: pouco tempo se considerarmos o espaço de maturação democrático, comparado nosso país a outras nações que estão neste caminho há séculos; muito tempo, porém, se considerarmos que o Brasil jamais viveu um período ininterrupto superior a vinte anos de sucessões presidenciais e em todos os demais níveis, feitas com ampla participação popular e lideradas por civis. Se transformássemos os 500 anos do Brasil em uma linha cronológica de um metro de comprimento, os períodos chamados democráticos (1946-1964/ 1985-2008) somariam míseros 8 centímetros, com a agravante de terem sido intercalados pela mais recente e uma das mais truculentas ditaduras militares da nossa história, a de 1964-1985.

Diante desse quadro, reconhecemos a legitimidade das insatisfações da sociedade brasileira com as complexas relações entre Executivo e Legislativo, marcadas por avalanches de escândalos de corrupção, de conhecimento público na atualidade e de existência líquida e certa mesmo no tempo em que deles não se tinha conhecimento. Há muito o que se modificar neste ponto e na democracia brasileira como um todo. A direção desse aperfeiçoamento, entretanto, parece-nos que reside na própria via democrática. Que outro sistema político favorece a que um número maior de cidadãos decida, com o máximo de liberdade, os destinos do seu país?

2.3 Cidadania comunicativa ou comunicação instituinte de cidadania

Participação, liberdade e igualdade são três componentes que se revezam na maioria das reflexões a respeito do conceito de cidadania, sobre o qual muitos autores e autoras falam, frequentemente apontando indícios mais do que discutindo a sua natureza. Na virada do milênio, José Murilo de Carvalho escreveu a obra “Cidadania no Brasil”, fazendo um balanço da nossa história e condição, em grande medida observando o processo brasileiro com base nas categorias cunhadas por Marshall na análise do processo de construção da cidadania inglesa. Já na introdução, Carvalho reflete o que a maioria faz e que ele mesmo faria na maior parte do seu livro: “Tornou-se comum desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos” (CARVALHO, 2008, p. 9).

Na obra, Carvalho faz um detalhado e bem escrito relato de como e quando estes direitos foram sendo consolidados ao longo da história brasileira, identificando uma inversão na ordem das conquistas, quando se compara o Brasil à Inglaterra: enquanto os ingleses partiram dos direitos civis, para os políticos, chegando aos direitos sociais, a cidadania brasileira estaria se forjando pondo a pirâmide inglesa de ponta a cabeça:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular [Vargas 1930/ 1945]. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito de voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime [Ditadura Militar 1964/ 1985]. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população (CARVALHO, 2008, p. 219-220).

A expansão bizarra do direito de voto a que se refere o autor, diz respeito ao contingente de brasileiros incorporados ao processo eleitoral, em plena ditadura militar, quando o número de eleitores passou de 12,5 milhões, em 1960, para 65,6 milhões, em 1986, o que representa uma passagem do eleitorado de 18% para 47% da população, equivalente a um aumento de 161% (CARVALHO, 2008, p. 167). Esse fato mostra que a simples mecânica dos processos eleitorais não basta para qualificar uma democracia, uma vez que um regime ditatorial pode, como o fez no Brasil, realizar inúmeras eleições, ampliar o número de votantes e, ainda assim, restringir a possibilidade de debate, de expressão do pensamento, de organização e de escolha minimamente livres.

Esse episódio da ampliação do eleitorado sob a mais recente ditadura brasileira é uma boa ilustração do problema que Carvalho enxerga no fato dos direitos sociais terem antecedido os direitos políticos e os direitos civis na sociedade brasileira, o que, segundo ele, explicaria a excessiva importância que o povo brasileiro dá ao Poder Executivo, associada à recorrente busca de um messias político, além de ser responsável também por uma “visão corporativista dos interesses coletivos” (CARVALHO, 2008, p. 222). Esse fato lembra, ademais, a afirmação que o autor faz já na introdução da obra quanto à complexidade e historicidade do fenômeno na cidadania:

O exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. Dito de outra maneira: a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isso quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras (CARVALHO, 2008, p. 9).

Carvalho poderia acrescentar, ademais e para complexificar a equação, que as conquistas não garantem perenidade, uma vez que vários direitos plasmados em lei não se efetivam na prática e, mesmos os que se efetivam, estão sempre sujeitos a serem revogados. Ademais, como o próprio Carvalho reflete, criticando o biólogo francês, Louis Couty que, em 1881 teria afirmado que o Brasil não tem povo, e o deputado Gilberto Amado que, em 1925, teria repetido a argumentação que justificaria tal afirmação, a cidadania precisa ser discutida para além do sistema normativo: “As afirmações de Couty e Amado pecam por adotar uma concepção de cidadania estreita e formal, que supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, sobretudo o uso do direito do voto” (CARVALHO, 2008, p. 66).

Nesse contexto, Carvalho opina que a interpretação da vida política de países como o Brasil exigem a observação de outras modalidades de participação popular na definição dos destinos da nação. É exatamente esse esforço que ele faz, discutindo desde as lutas abolicionistas, que teria sido a única alteração importante, em termos de cidadania, nos 108 anos da Independência à Primeira República (1822-1889), até a promulgação da “Constituição Cidadã” e o impedimento do primeiro presidente civil eleito após a ditadura militar, num raro processo conduzido dentro da legalidade (CARVALHO, 2008, p. 17 e p. 205, respectivamente).

Entre a abolição e o *impeachment*, Carvalho analisa contribuições para a formação da cidadania brasileira dadas por revoltas, rebeliões, reações e outras manifestações de defesa de direitos ou expressões de “um sentimento, ainda que difuso, de identidade

nacional” (ibid, p. 67), como a luta dos Cabanos (PE e AL, 1832), a Cabanagem (PA, 1835), a revolta dos Malês (BA, 1835), a Balaiada (MA e PI, 1838), para ficar apenas nos exemplos do período da regência. Apesar do esforço, Carvalho conclui a sua obra, falando de cidadania pelo crivo marshalliano dos direitos civis, políticos e sociais, destacando, no fim das contas, somente o que ganhara espaço no marco legal. Por esse raciocínio, o desafio à cidadania brasileira, na atualidade, residiria no campo dos direitos civis, particularmente quanto à superação das desigualdades que, segundo ele, é um problema, sobretudo, de “natureza regional e social” (CARVALHO, 2008, p. 208).

Para ilustrar seu argumento, Carvalho fala dos 24,5% de analfabetismo funcional do Sudeste, em 1997, contra 72% no Nordeste rural, no mesmo período; ou dos 9% de analfabetismo entre homens brancos, contra 22% entre homens negros e pardos, na mesma data, entre outros exemplos. Chama a atenção, porém, a ausência da categoria “gênero” como um campo revelador ou intensificador da natureza das desigualdades, quando a maioria das estatísticas aponta que, além de região e raça, a discriminação também tem fundas raízes no patriarcalismo, sendo as mulheres em geral muito mais desfavorecidas que os homens das mesmas regiões, raças e classes sociais.

Essa ausência das mulheres no panorama de desigualdades montado por Carvalho se explica, talvez, quando mais adiante o autor apresenta certas lutas, entre as quais as de gênero, como um dos fatores que, na opinião dele, teriam contribuído para a fragmentação da identidade nacional e, portanto, constituiria um dos entraves à consolidação da cidadania na atualidade: “Os movimentos de minorias nos Estados Unidos contribuíram [...] para minar a identidade nacional ao colocar ênfase em identidades culturais baseadas em gênero, etnia, opções sexuais etc.” (CARVALHO, 2008, p. 226).

Embora o trabalho de José Murilo de Carvalho seja muito significativo, pela sensibilidade com que aprecia os movimentos e lutas populares, frequentemente desconsiderados nas abordagens da história política do país, é no mínimo difícil adotar apenas essa perspectiva se queremos identificar o processo de construção da cidadania numa comunidade periférica, como o Jardim Nova Goiânia, sobre a qual nos debruçamos nesta pesquisa. Se há algo que move os moradores de comunidades como esta na consolidação de um ambiente democrático e de uma condição cidadã, esses movimentos são muito mais sutis que revoltas, rebeliões e mobilizações similares e os seus efeitos e resultados também passam longe dos sistemas de normas e leis, embora não sejam menos importantes para a vida e a dignidade das pessoas e para o tecido social.

Para captar essas sutis movimentações é necessário desacostumar o olhar e desenvolver outras sensibilidades, mudança simbólica drástica, similar a que retratam os relatos da literatura judaica que, em certas épocas, falam de um Deus que se manifestaria entre raios, trovões e terremotos, para outras épocas em que a manifestação divina era percebida numa discreta “brisa suave”. Uma autora que defende a necessidade de desconstruir conceitos e desenvolver outras sensibilidades no campo da cidadania é Maria Custódia Jorge Rocha⁶, professora da Universidade do Minho, em Portugal, que em artigo publicado recentemente faz uma crítica à chamada cidadania moderna que, segundo ela, apresenta-se “como um princípio eminentemente liberal” e, como todo processo de institucionalização liberal, está restrito a uma “lógica de monoracionalidade”, e que, ademais, “está em íntima associação com o modelo de produção capitalista e com a sua expansão” (ROCHA, 2008, p. 1721).

Segundo a autora, o pretense universalismo do conceito liberal de cidadania na verdade limita-se a uma igualdade jurídica ou formal, que não tem mecanismos nem interesse em promover a superação das desigualdades existentes, principalmente entre homens e mulheres: “O universalismo dos *direitos do homem* mais não é do que um *universalismo abstracto* [grifos da autora], na medida em que parecem incluir todos os seres humanos mas, na realidade, exclui muitos deles e, sobretudo, muitas delas” (ROCHA, 2008, p. 1721). Enquanto muitos autores e autoras só enxergam cidadania nos marcos da legalidade, Maria Custódia, muito ao contrário, argumenta que “boa parte dos obstáculos que, na prática, se interpõem à plena realização da justiça, da igualdade e da cidadania é de natureza não-legal” ou, ainda mais grave:

A lei, sendo embora uma afirmação política, pode ver a sua efectividade esgotada em si mesma porque, ou não é regulamentada, ou não tem qualquer aplicação directa com o problema que supostamente pretende regulamentar, ou porque não são criadas as condições necessárias para a sua aplicação, ou porque esta é aplicada seletivamente ou, pura e simplesmente, porque a lei, desviando-se para fins antagônicos dos propostos, pode tornar-se um instrumento de dominação social devidamente adaptado às exigências da economia global mas não em sintonia com as exigências de uma cidadania global e eminentemente comunicativa (ROCHA, 2008, p. 1723).

Na sua tese de doutoramento, Maria Custódia também reafirma a crítica à perspectiva formal de cidadania, falando especificamente da condição das mulheres que, segundo ela, foram silenciadas ao longo da história, muitas vezes com o respaldo do aparato normativo:

⁶ Em todos os textos de Maria Custódia Jorge Rocha está mantida a ortografia lusitana, conforme publicados.

Foi-lhes negado o direito de cidadania, o direito à palavra e à participação no espaço público mesmo que ao som dos princípios de igualdade, liberdade e fraternidade. É certo que também a igualdade jurídica entre homens e mulheres é facto recente. Contudo [...], a igualdade entre as pessoas não depende apenas da norma jurídica. Muitas formas de diferenciação assimétrica existentes nas funções exercidas pelos homens e pelas mulheres escapam ao Estado e ao direito e estes, por si mesmos, podem ser importantes difusores de segregação (ROCHA, 2005. p. 455).

Na mesma obra, Maria Custódia faz um levantamento de autoras e autores críticos à compreensão liberal de cidadania, que fazem um esforço de redefinição deste conceito, alinhando-o a novas formulações de termos como esfera pública e democracia. O ponto comum entre estes autores e autoras é a defesa da superação da clássica dicotomia entre espaços público e privado, propondo a politização de todas as dimensões do cotidiano (ROCHA, 2005, p. 82).

Embora não sejam citadas no estudo de Maria Custódia, duas autoras latino-americanas que apóiam esta dissertação e que também apontam novas perspectivas de compreensão da cidadania são a chilena Nuria Cunill Grau e a argentina Maria Cristina Mata. Cunill Grau (1998, p. 132) fala de cidadania como toda reivindicação de liberdade e de igualdade, afirmando que “a participação cidadã expressa o reclamo à liberdade, tanto quanto à igualdade dos sujeitos sociais para tomar parte em ações públicas, com base em uma compreensão ampla da política e do próprio âmbito público como “espaço” dos cidadãos”.

Nessa compreensão, o lugar de exercício da cidadania extrapola as fronteiras do aparato legal ou os limites do Estado, afirmando a autora que “a cidadania não se exerce exclusivamente em relação às instituições político-estatais, mas se exercita e, sobretudo, se pode construir em relação a qualquer esfera onde os princípios da igualdade e da liberdade para todos sejam desafiados” (CUNILL GRAU, 1998, p. 146). Nesse sentido, é coerente entender as esferas públicas como espaço de contradição, onde pode se exercitar tanto a cidadania como a reprodução dos sistemas de dominação: “As associações da sociedade civil e os próprios movimentos estão, por sua vez, expostos ao desenvolvimento de padrões de dominação em seu interior. Por isso, para influir sobre a estrutura de dominação externa, eles mesmos precisam ser guiados pelos princípios da cidadania” (CUNILL GRAU, 1998, p. 147).

A autora destaca o “associativismo crítico” da sociedade civil, direcionado à reconstrução das esferas públicas, como condição de participação “no processo de construção de cidadania” (CUNILL GRAU, 1998, p. 147.) que, ademais, também pode ser construída através das práticas sociais baseadas na solidariedade, na medida em que

essas práticas “contribuem para desenvolver condições éticas para a criação de um tecido associacional crítico, comprometido com o fortalecimento da democracia” (CUNILL GRAU, 1998, p. 149).

Essa visão ampla de cidadania, como construção coletiva possível de ser realizada em diversos espaços sociais de interação, também é compartilhada por Maria Cristina Mata⁷, professora da Universidade de Córdoba, Argentina, que define cidadania como “práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder y, por consiguiente, como práctica que implica el participar efectivamente en la elaboración de las reglas que, con validez de norma instituida o legitimada, tiene capacidad de ordenar la vida en sociedad” (MATA, 2006, p. 8). Assim como Nuria Cunill Grau, Mata compreende cidadania para além das relações com o Estado, definindo-a como todo modo de aparição das pessoas nas esferas públicas, desde que estas aparições sejam feitas na condição de sujeitos:

La práctica ciudadana nombra no sólo el ejercicio de deberes e derechos de los individuos en relación con el Estado, sino un modo específico de aparición de los individuos en el espacio público caracterizado por su capacidad de constituirse en sujetos de demandas y proposición respecto de diversos ámbitos vinculados con su experiencia (MATA, 2006, p. 8).

Essa compreensão de cidadania como participação nos espaços públicos na condição de sujeito é estendida pela autora para a relação da sociedade civil com a mídia, definindo cidadania comunicativa como “el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública, y el ejercicio de ese derecho” (MATA, 2006, p. 8). Concordamos que a relação da sociedade civil com a mídia enquanto conjunto de empresas de comunicação deve migrar do campo das relações mercadológicas para o espaço das interações políticas, quando as pessoas falam do lugar de cidadãs e não apenas de consumidoras.

O conceito de comunicação pública, já aprofundado nesta dissertação, entretanto, extrapola a definição de Maria Cristina Mata expressa no artigo em referência que a restringe às posturas cidadãs da sociedade civil para com a mídia. Por essa razão, nos identificamos com a reflexão de Maria Custódia Jorge Rocha (2008) que, embora não faça a síntese conceitual⁸, oferece os elementos necessários para o que se poderia entender como relações instituintes de cidadania ou “Cidadania Comunicativa Instituinte”.

⁷ Todas as citações da autora foram mantidas na língua original da publicação.

⁸ Em contato realizado com a autora através de correio eletrônico, em 20/12/2008, foi confirmado que Maria Custódia não chegou a conceituar o que seria “Cidadania Comunicativa Instituinte”, nem na sua tese de doutoramento (2005), nem em artigo publicado recentemente (2008), embora tenha utilizado a expressão no título deste artigo e oferecido os elementos para uma possível formulação deste conceito.

No artigo, a autora fala do advento de “outras formas de racionalidade que foram, por vezes não de um modo planejado, questionando a racionalidade de algumas irracionalidades, a legalidade de algumas injustiças, a legitimidade de algumas formas de dominação”. Rocha também aponta contradições, como as estruturas que sustentam as assimetrias ao mesmo tempo em que duelam com vozes que se erguem contra essas mesmas assimetrias. Destas contradições, Maria Custódia infere que “o poder e o discurso não são só estruturas de dominação mas também relações de poder instituintes e eminentemente comunicativas que se desenvolvem numa multiplicidade de configurações políticas, sociais e organizacionais” (ROCHA, 2008, p. 1724/5). A autora fecha o artigo, propondo a ampliação do conceito e de exercício da cidadania:

Ultrapassar as fórmulas político-jurídicas de cidadania, favorecer a sua construção e vivência na empresa, na escola, na rua, em casa, repolitizar a política apresenta-se como uma das possibilidades, mesmo perante os constrangimentos, que os homens e as mulheres têm para transformar um princípio político constitucional – o princípio legítimo da cidadania instituída – num exercício político vivido nas esferas públicas e privadas e nas esferas da intimidade – o exercício legítimo da cidadania instituinte, pela comunicação (ROCHA, 2008, p. 1727).

Essa compreensão de cidadania como uma condição aberta, sempre sujeita a reelaboração e ampliação, remete ao conceito de Arendt de cidadania como direito a ter direitos que, segundo Celso Lafer (1988, p. 154), seria o primeiro direito humano na compreensão arendtiana. A tese de Hannah Arendt da cidadania como direito a ter direitos foi consagrada, em diversos posicionamentos da corte estadunidense, como no caso *Trop v. Dulles* em que Warren afirma que a “cidadania não é uma licença que expira com a má conduta”, observando, ademais, que “a cidadania não se perde cada vez que um dever de cidadania é esquivado. E a privação da cidadania não é uma arma que o governo pode usar para expressar seu descontentamento com a conduta de um cidadão, por mais repreensível que esta conduta possa ser” (LAFER, 1988, p. 162).

Essa afirmação equipara cidadania ao conceito de dignidade humana, isto é, como valor inalienável, que sob nenhuma condição pode ser subtraído à pessoa. Segundo Lafer (1988, p. 151), Arendt afirma “que os direitos humanos pressupõem a cidadania não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substantivamente a condição humana [...], perde a sua qualidade substancial, que é de ser tratado pelos outros como um semelhante”. A cidadania em Arendt, portanto, além de valor inalienável, é a substância da condição humana e o que possibilita interações sociais cuja origem e destino são o princípio da fraternidade.

3 META-INTERAÇÕES: COMUNICAÇÃO PARA ENTENDER COMUNICAÇÃO

O objetivo geral da pesquisa que está na base desta dissertação é identificar aspectos promotores de cidadania comunicativa, revelados na memória e na percepção que moradores do Jardim Nova Goiânia têm das interações comunicacionais de que participam, especialmente com a Petrobras no município de Senador Canedo, GO. A formulação deste objetivo, evidentemente, é resultado de longo processo de maturação, como se pode perceber nas suas sete versões, conforme quadro sinótico (Apêndice A) registra os esforços despendidos, ao longo de dois anos, e as contribuições recebidas de textos, colegas, professores e das pessoas participantes da pesquisa.

Uma vez que se pretende analisar memórias e percepções, a investigação situa-se no campo da pesquisa qualitativa, com base no pensamento de Minayo, Deslandes e Cruz Neto (1994), segundo os quais “o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”. Estes autores argumentam que, para lidar com essas realidades:

As Ciências Sociais [...] possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO, 1994, p. 15)

Os autores afirmam ainda que a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais se preocupa com “um nível de realidade que não pode ser quantificado” e completam o raciocínio, explicando que esse tipo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis” (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO, 1994, p. 21).

Do ponto de vista da Comunicação, como Ciência Social Aplicada, esta pesquisa toma como objeto a interação social ou interação comunicacional, como a define o professor José Luiz Braga (2001, p. 17-18), referindo-se aos “processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam as diversas ações e objetivos em que se vêem engajados [...] e toda e qualquer atuação que solicita co-participação”.

Para proceder a coleta de dados, optamos pelo enfoque multimétodo, como o apresenta Gaskell (2007, p. 78), devido à complexidade da realidade estudada e para viabilizar uma maior aproximação ao universo de sentidos, conceitos, memórias e percepções das pessoas participantes da pesquisa. Para isso, foram utilizadas as técnicas da análise documental, da entrevista em profundidade e do grupo focal, esta última, entretanto, com as especificidades de sua aplicação no campo das pesquisas sociais.

A análise documental foi utilizada para definir toda a parte conceitual da pesquisa e para estudar práticas recomendadas, normas, procedimentos e padrões de execução que orientam e normalizam a relação da Petrobras com as comunidades vizinhas às suas instalações. Também foi utilizada essa técnica para estudar os documentos relativos ao Jardim Nova Goiânia, levantados junto à Escrivania Criminal e de Fazendas Públicas do Fórum de Senador Canedo, à Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás e à Prefeitura Municipal de Senador Canedo, através do Departamento de Geoprocessamento e do Departamento de Controle Imobiliário da Secretaria Municipal de Planejamento; do Departamento de Habitação; do Departamento de Legislação; e do Departamento Tributário da Secretaria Municipal de Finanças; e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Os dados obtidos em documentos, entretanto, tiveram um papel secundário nesta pesquisa. Eles foram buscados apenas quando as pessoas entrevistadas enfatizaram acontecimentos que teriam sido registrados oficialmente. No momento da redação, os documentos foram apresentados apenas quando o contexto de apresentação da argumentação das pessoas ouvidas o exigia.

3.1 Entrevista em profundidade: escuta interessada e atenta

Para obter dados relativos às percepções dos moradores, realizamos em primeiro lugar uma série de entrevistas em profundidade, dialogando com nove pessoas, em sete sessões, duas das quais com a participação simultânea de dois informantes, o que não descaracteriza a técnica, conforme argumentação de Jorge Duarte (2008, p. 64). Essas atividades foram desenvolvidas entre os meses de agosto e novembro de 2008, tendo como critério básico a seleção de pessoas que morassem no Jardim Nova Goiânia e que, pela natureza das atividades que desenvolvem, exercessem algum tipo de liderança na comunidade. Os aspectos mais marcantes do perfil do grupo de pessoas entrevistadas são os seguintes:

- Sexo: 4 mulheres e 5 homens;
- Faixa etária: 4 com idade superior a 51 anos e 5 na faixa dos 30 aos 49 anos (sendo que, destes, 4 têm menos de 40 anos);
- Tempo de escola: 1 não freqüentou escola; 4 freqüentaram de 1 a 8 anos; e 4 freqüentaram de 9 a 15 anos;
- Tempo de moradia no bairro: 1 entrevistado mora no bairro há 3 anos; os demais, moram de 7 a 18 anos. O tempo médio de residência do grupo na localidade é de aproximadamente 12 anos.
- Atividades exercidas pelos entrevistados junto aos moradores do bairro⁹: (2) ex-presidentes da Associação de Moradores; (2) comerciantes; (2) líderes de grupo de oração da Igreja Católica; (1) pastor; (1) professor; (1) agente de saúde da família; e (1) líder de grupo de distribuição de hortifrutigranjeiros coletados no Ceasa.

Consideramos que os dados acima qualificam os entrevistados como informantes-chave desta pesquisa, principalmente porque as atividades que exercem os põem em grande contato com os demais moradores e possuem um tempo longo de moradia no bairro, portanto, conhecem a história da comunidade, muitas vezes como atores dos fatos mais marcantes. Aqui cabe enfatizar que o critério de seleção de participantes de pesquisas qualitativas foge às formulas estatísticas comumente aplicadas:

A amostra, em entrevistas em profundidade, não tem seu significado mais usual, o da representatividade estatística de determinado universo, está mais ligada à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa (DUARTE, 2008, p. 68).

Ao invés de “amostragem”, Gaskell, por sua vez, defende que é mais adequado o emprego do termo “seleção”, quando se trata de entrevistas individuais e grupais, título de artigo no qual esse autor reflete sobre entrevista em profundidade e grupo focal:

O termo “seleção” é empregado explicitamente em vez de “amostragem”. Isso porque a amostragem carrega, inevitavelmente, conotações dos levantamentos e pesquisa de opinião onde, a partir de uma amostra estatística sistemática da população, os resultados podem ser generalizados dentro dos limites específicos de confiabilidade (GASKELL, 2007, p. 67).

Fazer generalizações, evidentemente, não é o que se pretende com esta pesquisa e sim “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre um assunto em questão” que, segundo Gaskell (2007, p. 68), é a finalidade real da pesquisa qualitativa.

⁹ O número de funções ultrapassa o de entrevistados porque alguns têm mais de um papel na comunidade.

Ainda sobre a seleção das pessoas participantes das entrevistas em profundidade, é importante destacar que o trabalho de mapeamento foi realizado junto com os próprios entrevistados. Nas considerações finais de cada entrevista, sempre perguntávamos que outro morador da comunidade a pessoa entrevistada indicava para uma próxima entrevista, considerando os assuntos que foram tratados na conversa. Dessa forma, fomos, por um lado, agilizando o acesso às pessoas, uma vez que chegávamos a elas já recomendados por alguém da comunidade e, por outro lado, fomos configurando um mapa da rede de relações entre líderes da comunidade, conforme ilustração a seguir, que retrata as conexões feitas no encadeamento das entrevistas e dos grupos focais.

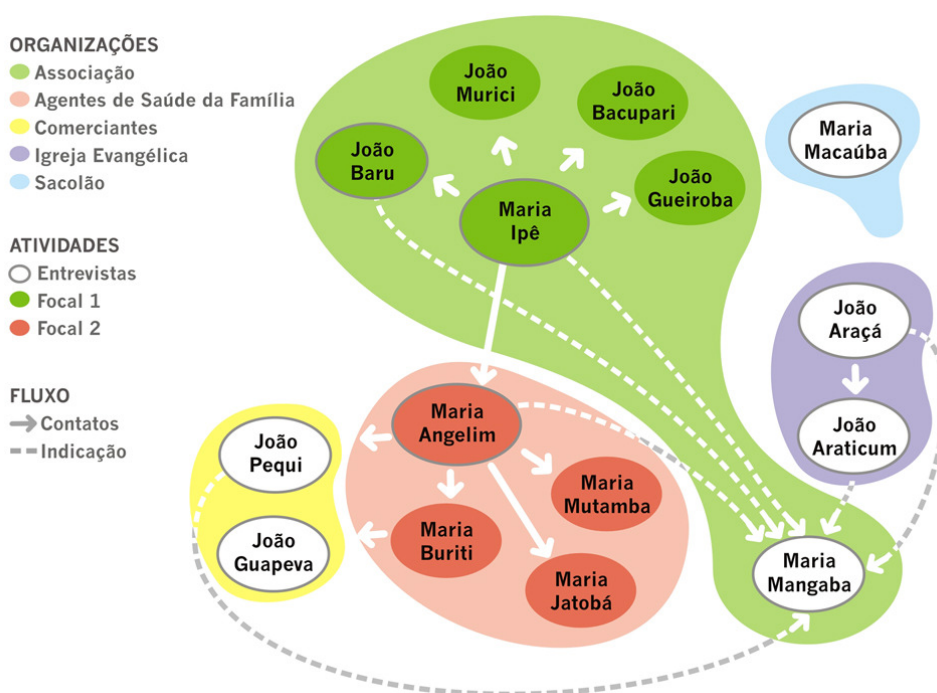


Ilustração 6: Mapa da Pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da coleta de dados em campo

Esse diagrama deixa claro o papel fundamental para essa pesquisa que tiveram duas instituições do Jardim Nova Goiânia, que são a Associação de Moradores e o Programa de Saúde da Família, sobre os quais falaremos no próximo capítulo. O grupo de distribuição de hortifrutigranjeiros coletados no Ceasa e a Igreja Evangélica também foram importantes para enriquecer o espectro de opiniões sobre o tema, porém, não se mostraram instituições muito expressivas do ponto de vista da ação coletiva de potencialização de cidadania comunicativa. Por essa razão, não investimos no desdobramento de contatos viabilizados pela rede social destas duas organizações.

Um segundo aspecto que destacamos na leitura do diagrama acima diz respeito ao papel de duas mulheres, Maria Angelim e Maria Ipê¹⁰ que, além de concederem entrevistas e participarem de grupos focais, foram as principais articuladoras junto aos demais moradores. A colaboração dessas mulheres foi o que abriu as portas das casas e criou disponibilidade interna, rompendo o receio e a insegurança que as pessoas normalmente têm de receber um desconhecido, ainda mais quando esse desconhecido pretende conversar sobre assuntos que, em algum momento, podem ser delicados ou gerar receio de comprometer a imagem pessoas e instituições.

Importante registrar que essa dificuldade de chegada sem a mediação de alguém conhecido e confiável foi experimentada na etapa de pré-teste. Na primeira atividade, mesmo tempo feito um contato telefônico prévio, no qual nos apresentamos e tentamos explicar o objetivo do trabalho, e apesar da atividade ter sido acompanhada pela orientadora da pesquisa, ainda assim a conversa com a moradora foi bastante tensa, tendo-se observado que certas informações foram omitidas, tendo sido reveladas apenas numa segunda conversa, quando já havíamos conquistado um pouco a confiança da entrevistada. Por essa razão é que adotamos a estratégia de pedir a mediação de um morador no agendamento das entrevistas, de modo que iniciássemos o trabalho após a superação do receio de receber e conversar com uma pessoa que não seja de confiança.

Para a elaboração do roteiro de entrevista ou tópico-guia (conforme Apêndice B), seguimos as orientações de Gaskell (2007, p. 66), segundo o qual esse instrumento “não é uma lista extensa de perguntas específicas, mas, ao contrário, um conjunto de títulos de parágrafos”. O autor recomenda que o roteiro não ultrapasse uma página e que seja usado como um lembrete ao pesquisador “de que questões sobre temas sociais científicos devem ser apresentadas em uma linguagem simples, empregando termos familiares, adaptados aos entrevistados” (GASKELL, 2007, p. 67). Essa flexibilidade na abordagem ao tema pesquisado, aliás, é uma das principais qualidades da entrevista em profundidade (DUARTE, 2008, p. 62). Segundo Jorge Duarte, essa característica traz duplo favorecimento, uma vez que “permite ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente a pergunta”.

¹⁰ Para cumprir o compromisso de não identificação das pessoas entrevistadas e participantes dos grupos focais, utilizamos nomes fictícios, uma vez que foram dados depoimentos a respeito de autoritarismo político, negligências ambientais, vandalismo, tráfico de drogas e outros assuntos delicados que podem expor as pessoas a algum tipo de perseguição política ou represálias. Nomeamos as mulheres de “Maria” e os homens de “João”, de modo que as pessoas que leiam essa dissertação tenham ciência das distintas contribuições de mulheres e homens, evitando, assim, as generalizações androcêntricas que, frequentemente, resulta no anonimato das mulheres. Os sobrenomes foram tomados de árvores do Cerrado, bioma no qual essa pesquisa se desenvolveu e cenário de toda a vida que antecede e transcende esta investigação.

Além de cuidar para que as sessões fossem conduzidas com a flexibilidade requerida nas entrevistas em profundidade, procuramos, ainda, realizá-las em um ambiente favorável ao entrevistado: todas as sessões foram realizadas nas residências das pessoas informantes, geralmente em finais de semana, em dia e horário acordado conforme a disponibilidade de tempo de cada uma.

Quanto ao aspecto de registro das entrevistas, realizamos duas experiências, na etapa de pré-teste do roteiro ou tópico-guia, usando a estratégia de tomar notas durante a conversa com os informantes. Nosso receio era de que o uso do gravador inibisse os entrevistados. Fazer anotações durante a entrevista, entretanto, também apresentou diversos inconvenientes, entre os quais a perda de contato visual com as pessoas, o risco de não acompanhar com a suficiente atenção os raciocínios que estavam sendo desenvolvidos e a impossibilidade de captar integralmente falas importantes que deveriam ser reproduzidas tal como foram formuladas.

Após conversar informal com o professor Luiz Mello¹¹, optamos por fazer a gravação das entrevistas definitivas, de modo a ter liberdade para acompanhar a entrevista, dando a devida atenção ao informante, valorizando todas as suas contribuições e evitando, ainda, o inconveniente de dar pistas sobre o que consideramos relevante e irrelevante na fala das pessoas, o que inevitavelmente acontece quando o entrevistador interrompe ou retoma o processo de registro durante as entrevistas.

Uma nota que consideramos importante fazer diz respeito à imprevisibilidade relativa a experiências em que se opta por uma forma de captação de informações num ambiente no qual o controle não está tão fortemente nas mãos do pesquisador. Em nosso caso, seis das sete sessões aconteceram na presença de crianças ou de outras pessoas da família, tendo acontecido algumas interrupções para tomar providências domésticas ou outras medidas. Em três casos, durante a entrevista, as pessoas entrevistadas tomaram a liberdade de chamar outra pessoa para participar da conversa. Diante dessas interferências tivemos sempre o cuidado de deixar as pessoas bem à vontade, deixando as crianças brincarem, as mães darem ordens na casa e broncas nos filhos; acolhendo as contribuições dos informantes que não estavam previstos; e não esboçando nenhuma preocupação com pausas e retomadas na gravação, uma vez que o gravador, àquela altura, já havia perdido importância na cena.

¹¹ Luiz Mello é doutor em Sociologia pela UnB, professor adjunto da mesma disciplina na UFG e coordenador do Ser-Tão – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. Em diversos momentos desta pesquisa, contamos com o olhar apurado e com as observações sensatas do professor Luiz Mello, sobretudo em aspectos metodológicos.

Por essas razões, não consideramos que esses fatores tenham representado uma dificuldade na condução das entrevistas, senão que constituem expressão da forma integrada e livre das pessoas tratarem os assuntos e da capacidade que têm, especialmente as mulheres, de fazer várias atividades simultâneas sem perda de foco. Por outro lado, é possível que essa habilidade seja reflexo da assimetria existente entre homens e mulheres que no ambiente privado se expressa na sobrecarga de tarefas domésticas, responsabilidade unilateral pelo cuidado de filhos e netos, entre outras coisa.

Ao todo as entrevistas resultaram em 310 minutos de gravação, o que equivale a um tempo médio de 44 minutos por sessão. A diminuição da duração das entrevistas, como mostra o gráfico a seguir, foi um dos indicadores do momento adequado de encerrar o emprego dessa técnica, porque refletia a progressiva diminuição de novidades aportada pelas pessoas entrevistadas sobre as questões postas em discussão.

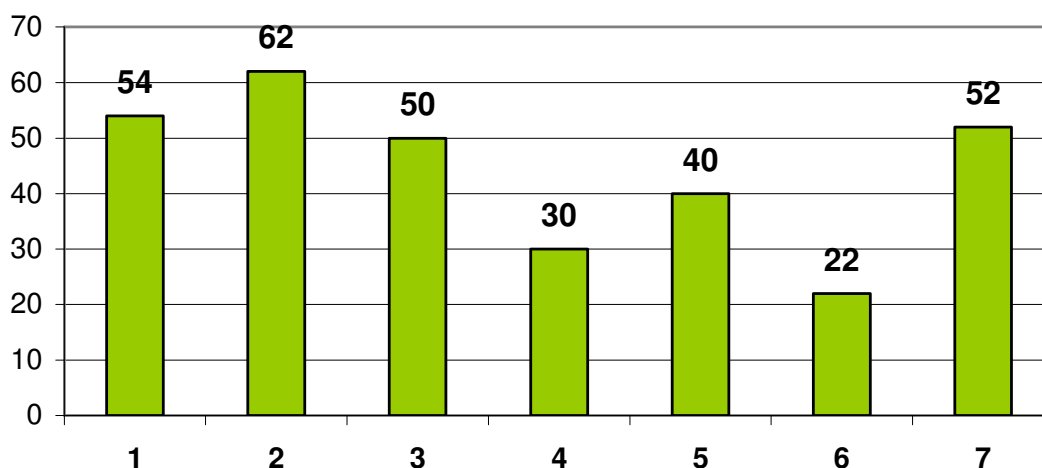


Ilustração 7: Tempo de duração das entrevistas (em minutos)
Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

O aumento no tempo de duração da sétima e última entrevista em profundidade ao invés de indicar a necessidade de realizar mais entrevistas, na verdade apontou o momento de iniciar o emprego da última técnica que foi o grupo focal. Essa entrevista forneceu uma quantidade de informações em perspectiva confrontante com os dados anteriormente levantados, exigindo portanto não mais a simples coleta de opiniões, mas a criação de um ambiente em que as contradições fossem discutidas pelos moradores: esse é o papel do grupo focal, técnica sobre a qual discorreremos no item que segue.

3.2 Grupo focal: polêmicas e divergências em debate

A coleta de percepções sem confronto de idéias ou num contexto de debate é a principal distinção que os autores fazem entre as técnicas denominadas, respectivamente, entrevista em profundidade e grupo focal. Para Duarte (2008, p. 62), entrevista em profundidade é uma “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. Já o grupo focal tem como objetivo “estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas do grupo dizem” (GASKELL, 2007, p. 75).

Assim também refletem Otávio Cruz Neto, Marcelo Rasga Moreira e Luiz Fernando Mazzei Sucena que nomeiam grupo focal de “fala em debate”, uma vez que “todos os pontos de vista expressos devem ser discutidos pelos participantes”. E assim a definem:

Técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 5-6).

Para estes autores, a principal característica do grupo focal é que essa é uma técnica através da qual a reflexão é “expressa através da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 5). Segundo eles, o crescimento do uso da técnica do grupo focal teve grande impulso na década de 1980, motivado por abundante uso desta ferramenta principalmente na pesquisa de mercado e na política partidária, a primeira com vistas a “captar os anseios dos consumidores, definindo padrões a serem seguidos pelas empresas em futuros lançamentos” e a segunda para fazer “mapeamento e elaboração do perfil dos eleitores, influenciando diretamente na definição das diretrizes e ações dos partidos e candidatos” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 3).

No artigo citado, os autores advertem, entretanto, para o risco de se fazer o simples transplante da técnica do grupo focal da pesquisa de mercado para a pesquisa social, devido à incompatibilidade estrutural que há nas contradições existentes entre os pares “mercado x sociedade civil, consumidor x cidadão, mercadoria x ser humano” (CRUZ NETO; MOREIRA; SUCENA, 2002, p. 3). Nesse sentido, a forma de condução do grupo focal em pesquisa social, apresentada por estes autores e empregada nesta pesquisa foi bastante despojada, entre outras razões, pela indisponibilidade de recursos financeiros para locação de sala, contratação de empresa especializada, oferecimento de lanches, realização de filmagem, entre outros aspectos.

Por outro lado, fizemos todo o esforço necessário para fazer o emprego rigoroso da técnica do grupo focal em pesquisa social, de modo a obter resultados confiáveis, como o comprova, por exemplo, a seriedade com que foram selecionados os participantes, montado o roteiro e as questões-chave e mobilizadas as equipes de apoio. Para a seleção dos participantes, seguimos as orientações de Maria Eugênia Belczak Costa (2008, p. 185), que recomenda que as pessoas tenham “nível socioeconômico e acadêmico semelhante, para evitar inibições e constrangimentos”, bem como as orientações de George Gaskell (2007, p. 69), que defende o emprego de grupos “naturais”, ao invés de grupos estatísticos ou taxonômicos, argumentando que nos grupos naturais, as pessoas interagem conjuntamente, uma vez que elas podem partilhar um passado comum ou ter um projeto futuro comum. Essa idéia é reforçada pela argumentação de Rousiley Maia a respeito da conversação cotidiana:

Em ambientes protegidos da publicidade, em pequenos grupos entre amigos, colega de trabalho ou parentes, as pessoas podem sentir-se mais livres para revelar suas opiniões, sem inibições ou medo do ridículo. Podem exprimir mais facilmente suas ansiedades, seus temores, seus sentimentos e suas insatisfações. Podem, assim, tematizar experiências, questões pessoais e sociais, do ponto de vista dos próprios concernidos ou afetados (MAIA, 2008b, p. 208).

Por essas razões, optamos por realizar um grupo focal com pessoas vinculadas à Associação de Moradores e outro com Agentes de Saúde da Família, ASF, que, como dissemos anteriormente, despontaram na pesquisa como duas instituições do Jardim Nova Goiânia que têm intervenções mais explicitamente alinhadas com a perspectiva da cidadania comunicativa. As sessões aconteceram, respectivamente, entre os dias 25 e 26 de novembro de 2008, imediatamente após a realização da última entrevista em profundidade.

Na elaboração do roteiro e na estruturação da dinâmica de condução dos grupos focais (conforme Apêndice C), baseamo-nos em experiência relatada por Cruz Neto, Moreira e Sucena (2002), propondo uma duração de aproximadamente duas horas de trabalho, com meia hora dedicada a questões introdutórias (acolhida, apresentação das pessoas, esclarecimentos de objetivos), uma hora para a discussão das questões-chave e meia hora para o encerramento, incluindo considerações finais de cada uma das pessoas presentes, agradecimento e coleta de assinaturas dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, que também foram obtidos junto aos participantes das entrevistas em profundidade.

Para a discussão, propomos quatro questões-chave, seguidas de várias diretivas de aprofundamento. Embora essas questões sejam bastante próximas das que compõem o roteiro das entrevistas em profundidade, no grupo focal tínhamos o interesse específico de vê-las debatidas pelos participantes, algumas vezes com base na apresentação de respostas antagônicas a respeito de determinado tema dadas por participantes das entrevistas em profundidade.

Além das falas, é inerente a essa modalidade de pesquisa um interesse de se perceber como as pessoas se portam durante o grupo focal. Por essa razão, essa é uma técnica tanto mais rica quanto possa ser conduzida por uma equipe integrada e capacitada para exercer papéis distintos e complementares. Em nosso caso, contamos com o apoio voluntário de Rosi Martins, Wolney Fernandes Oliveira¹², Maria de Fátima Garbelini¹³ e Gardene Leão¹⁴, sendo que os dois primeiros atuaram como relatores e as duas últimas como observadoras. Em cada uma das sessões o pesquisador desempenhou o papel de mediador das discussões, sempre com apoio de um/a relator/a e de uma observadora.

Após cada uma das sessões, foram realizadas conversas rápidas com a equipe de trabalho, nas quais foram feitas considerações do campo da relatoria (gestos, entonações, estados de espírito e outros aspectos de linguagem não verbal) e do campo da observação (envolvimento dos participantes em cada etapa da discussão, acertos e falhas da técnica em si, quanto à correta preparação de espaço e condução dos trabalhos, entre outros aspectos). Além das conversas, os colegas voluntários também nos entregaram anotações feitas durante a atividade que, na etapa de análise dos dados, foram importantes para a compreensão dos sentidos das falas documentadas.

O grupo focal com antigos membros da diretoria da Associação de Moradores foi realizado na residência do casal Maria Ipê e João Baru, que já haviam sido entrevistados e colaboraram na mobilização desta pesquisa, indicando pessoas a serem entrevistadas e nos acompanhando em visitas a diversas famílias, realizadas para convidar as pessoas a participarem da sessão do grupo focal. Das nove pessoas convidadas, cinco compareceram e a atividade teve praticamente duas horas de duração.

¹² Rosi Martins é atriz e Wolney Oliveira, *designer* gráfico, ambos alunos do Mestrado em Cultura Visual, da UFG e bastante sensíveis para captação de aspectos da linguagem não verbal.

¹³ Além de atuar como observadora de uma das sessões dos grupos focais, a professora Fátima Garbelini, orientadora desta pesquisa, também acompanhou o pré-teste do roteiro das entrevistas em profundidade, tendo pelo menos dois contatos diretos com a comunidade analisada neste estudo.

¹⁴ Gardene Leão é relações-públicas e atua no Setor de Comunicação da ONG Casa da Juventude.

A opção por realizar a atividade numa casa deu-se pelo fato desse espaço ser costumeiramente usado para reuniões da Associação de Moradores e também do grupo de oração da Igreja Católica, do qual alguns entrevistados são membros. Esse aspecto da religiosidade do casal que cedeu a casa para realização da atividade foi bem presente, uma vez que a esposa tomou a iniciativa de, no início e ao final da sessão, convidar as pessoas a ficarem de pé, darem-se às mãos e rezarem. Isso, entretanto, não pareceu comprometer a qualidade da participação das pessoas, que demonstraram bastante espontaneidade e liberdade de falar sobre todos os temas, ao longo da atividade.

Nos registros de Rosi Martins, relatora do primeiro grupo focal, foi destacada a maneira como Maria Ipê se preparou e preparou o ambiente para a atividade: colocou uma toalha branca e longa e um vaso de rosas sobre a mesa; dispôs cadeiras na área coberta à direita da entrada da residência, usada para realizar diversos tipos de reuniões; providenciou café, suco e biscoitos para os convidados; cuidou da aparência pessoal, estando bem vestida e maquiada; tomou a iniciativa de fazer diversos telefonemas para que as demais pessoas não atrasassem etc. Boa parte destas providências foram tomadas no transcorrer do grupo focal o que, como dissemos antes, reflete tanto a habilidade das mulheres de conduzir diversos assuntos simultaneamente, quanto a assimetria na divisão dos trabalhos domésticos, uma vez que nenhuma das tarefas foi assumida pelo esposo, que também estava presente e participou da atividade.

O segundo grupo focal teve quatro participantes e, a pedido das ASF, foi realizado num final de tarde na Escola Celina de Souza Amaral, única escola da comunidade. A atividade teve algumas inadequações no ambiente, apontadas pela equipe de apoio (Wolney Oliveira e Gardene Leão), na reunião de feedback feita ao término dos trabalhos. A primeira dificuldade foi que a sala disponibilizada pela Escola não tinha cortina e estava voltada para o Oeste, o que causava uma entrada forte e progressiva do sol das 17h00 que, no horário de verão do Centro-Oeste, ainda é bastante forte. Tentamos contornar a situação, convidando as participantes e levarem cadeiras para o corredor da escola, o que resolveu o problema do sol, mas trouxe um problema na disposição, uma vez que uma das participantes ficou muito lateralizada em relação ao mediador e, talvez por essa razão, tenha sido uma das que menos participou da discussão, porque foi menos mobilizada pelo olhar de quem conduzia o debate. Ademais, final de tarde é hora de limpar a escola, o que é feito com muita pressa, arrastando mesas e carteiras, provocando um barulho tão alto que desconcentrava as pessoas. Esse barulho causou incômodo a ponto de uma das participantes tomar a iniciativa de ir conversar com as zeladoras.

Outra dificuldade foi os cerca de 40 minutos de espera até que as participantes chegassem. Para não causar maior desconforto, tentamos ocupar o tempo aplicando uma técnica de identificação das quadras, em um mapa do bairro que plotamos em tamanho A0, sobre o qual fomos colocando informações disponibilizadas pelas ASF, enquanto aguardávamos a quinta colega que, ao final, não veio. Nesse mapa (conforme Apêndice D) foram identificadas as 22 quadras do loteamento, identificadas as áreas de atuação de cada ASF, indicados comércio e igrejas de cada quadra, uma vez que segundo Maria Mutamba, “igreja e boteco é o que mais tem no Jardim Nova Goiânia”.

Apesar dessas dificuldades, tanto o primeiro quanto o segundo grupo focal foram fundamentais para se consolidar certas percepções a respeito do bairro e parece terem transcendido o objetivo inicial que era apenas coletar informações para uma pesquisa acadêmica. Nas considerações finais das atividades, vários participantes revelaram que a oportunidade de discutir a situação do bairro despertou vontades e desejos de atuação em vista da construção de melhores condições de vida para eles e para a comunidade:

Gostei e gostaria que voltasse de novo. Às vezes isso aí poderia dar até mais frutos pra frente, né?! Porque tava assim meio desativado, agora com essa conversa vai ativar de novo muitas coisas. E também agradecer o Walderes por ter escolhido a comunidade Nova Goiânia pra fazer esse trabalho. Porque acho que ele escolheu nós aqui é... Tudo tem sua importância, né?! Eu gostei da fala de todo mundo. O que todo mundo falou... foi muito importante, foi coisas concretas que aconteceu. Se nós tivesse discutindo isso mais antes seria melhor porque já tinha mudado muitas coisas também. Só que tava meio apagado (JOÃO BARU).

Eu achei interessante a conversa porque, assim, de uma forma ou de outra, esclarece... Às vezes a gente tem uma dúvida, tem aquele desejo, mas fica bem escondidinho lá e, de repente, conversando, por exemplo... a gente fica sabendo, né? No caso... os direitos em relação às indústrias: a gente já sabe que tem direitos, mas não sabe quais direitos. Vamos procurar saber dos nossos direitos! Que não são nossos, pessoais, mas de toda a comunidade... (MARIA BURITI).

Essas e outras falas nos fizeram entender o pensamento de George Gaskell (2007, p. 73) que, do alto de duas décadas experiência, afirma que “toda pesquisa é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo”. Em nosso caso, trata-se de uma meta-interação, uma vez que interagimos para entender os processos interacionais e comunicativos existentes e, embora não o prevíssemos, participamos da criação de uma atmosfera bastante propensa a outras interações cidadãos¹⁵.

¹⁵ Todas as pessoas participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, elaborado conforme modelo disponibilizado pelo Comitê de Ética da UFG.

3.3 Tratamento de dados: leitura de discursos e silêncios

O tempo das entrevistas em profundidade somado aos dois grupos focais resultou em 517 minutos ou 8 horas e 37 minutos de gravação. Para o tratamento destes dados, contratamos o serviço de sete pessoas, uma vez que optamos por fazer uma transcrição que respeitasse a sintaxe das falas, registradas o mais próximo possível da forma como foram pronunciadas, o que implicou em um trabalho grande e lento. As entrevistas transcritas estão disponibilizadas em mídia eletrônica anexa, organizadas em nove arquivos, num total de aproximadamente 235 laudas, aproximadamente 365 mil caracteres com espaços ou uma vez e meia o tamanho desta dissertação.

O esforço feito para ter todas as entrevistas e participações integralmente transcritas deve-se à preocupação de respeitar as falas das pessoas entrevistadas e ao desejo de fazer uma leitura do que, no seu conjunto, essas falas revelam a respeito do processo instituinte e fortalecedor de cidadania comunicativa, evitando o erro técnico ou o deslize ético recorrente, advertido pelos autores do campo das metodologias estudadas, que é o uso descontextualizado de falas das pessoas entrevistadas como mera ilustração de conceitos assumidos à priori pelo pesquisador.

Também em consonância com os autores estudados, após receber as transcrições, empregamos um tempo razoável para confrontar os registros feitos pelos transcritores com o áudio das gravações. Embora demorada e cansativa, essa etapa da pesquisa foi fundamental para que nos apropriássemos das entrevistas e para fazer o registro das primeiras intuições a respeito dos temas que deveriam ser desenvolvidos nos capítulos finais da dissertação. Nessa etapa inserimos alterações nos textos transcritos, especialmente na pontuação, para tentar manter um pouco do vigor, da cadência e do ritmo em que as falas foram feitas, o que normalmente é muito prejudicado na passagem da gravação para o texto escrito.

Após a conferência das transcrições, realizamos o trabalho de tabulação que, no caso dessa pesquisa, consistiu em fracionar o texto em perícopes, isto é, unidades das conversas que constituem um bloco temático que pode ser associado a outros, gerando unidades de sentido. Para esse trabalho, criamos uma planilha no Excell, também disponibilizada na mídia eletrônica anexa a esta dissertação, com as seguintes características:

- As cinco primeiras colunas foram reservadas para registro dos critérios de identificação sociológicas através dos quais se pode fazer análise qualitativa dos dados. A saber: sexo, faixa etária, escolaridade, tempo de moradia no bairro e número

da entrevista por ordem cronológica. A sexta coluna foi utilizada para identificar se a informação foi obtida em uma entrevista em profundidade ou num grupo focal.

- As transcrições das entrevistas foram mantidas na íntegra, inclusive com as interferências do pesquisador, de modo que as falas, quando utilizadas, sejam sempre associadas ao contexto discursivo em que foram pronunciadas.
- Além da enumeração, também foi utilizado o recurso do preenchimento das células com uma cor diferente para cada entrevistado. Esse recurso facilita a visualização de quantas e quais as pessoas que emitiram opinião a respeito de determinado assunto.
- As colunas posteriores à apresentação das perícopes foram reservadas para fazer a classificação dos temas abordados. Essa categorização foi feita de acordo com a lista de temas-foco utilizada no processo de entrevistas que, por sua vez, nasceu do referencial teórico estudado no processo de aprofundamento do tema da pesquisa.
- A utilização de uma segunda, terceira ou quarta sub-categoria foi sendo feita na medida em que o volume de intervenções dentro de um mesmo tema ia tornando a análise impraticável.
- Após a conclusão da fase inicial da categorização foi realizado um processo de limpeza ou reordenamento da tabulação, reclassificando aquelas perícopes cuja classificação original não agrupou um número significativo de intervenções.
- Para esse agrupamento de temas foram utilizados os recursos do auto-filtro, congelamento de painéis e sub-totalização possibilitados pelo Excell, de modo que a visualização das falas de uma mesma natureza fosse viabilizada, porém, sem perder o fluxo da entrevista nem o contexto no qual as colocações foram feitas.

Na etapa de análise dos dados, ficamos bastante atentos à recomendação de Maria Eugênia Belczak Costa (2008, p. 190) quanto à necessidade do pesquisador distinguir as respostas espontâneas daquelas que são socialmente aceitas ou que representam um esforço do entrevistado, tentando adivinhar o que o pesquisador gostaria que ele dissesse sobre o tema em discussão.

Essa preocupação deveu-se, sobretudo, ao fato do pesquisador prestar serviços à Transpetro, desde 2002, na Supervisão do Programa de Relacionamento da companhia com as comunidades situadas nas imediações do Oleoduto São Paulo – Brasília, do qual o Jardim Nova Goiânia é uma das 54 comunidades participantes. Embora essa associação à Petrobras não tenha sido enfatizada pelo pesquisador, ela era conhecida por boa parte das pessoas ouvidas e esse conhecimento teve repercussão em algumas falas, como explicitaremos nos capítulos seguintes.

No processo de elaboração da dissertação, especialmente, dos capítulos de apresentação dos resultados, após a tabulação das entrevistas, fizemos um inventário de todas as perguntas e questões levantadas ou sugeridas nos capítulos do referencial teórico. A preocupação de fundo era encontrar uma maneira de apresentar os dados coletados de uma forma que dialogasse com os fundamentos apresentados no referencial teórico. Inicialmente pensávamos usar a fórmula clássica de separar em capítulos distintos os resultados e, depois, a análise. Na produção do texto, entretanto, esse esquema se mostrou inadequado uma vez que o próprio agrupamento de capítulos e seções de resultados e análises já nasceram do diálogo com os capítulos e seções do referencial teórico e pareceu-nos demasiado artificial dispor os dados coletados em campo sem apresentar imediatamente qual o crivo pelos quais esses dados foram julgados relevantes, em detrimento de milhares de outros dados que preteridos ou não selecionados para integrar o corpo desta dissertação.

Mesmo advertidos do risco de diluir a parte analítica da dissertação, optamos por apresentar dados e análises simultaneamente, entre outras razões para, numa dissertação que pretende discutir as possibilidades de comunicação instituinte de cidadania por parte de pessoas e grupos socialmente desfavorecidos, não dispor as falas dos sujeitos da investigação numa espécie de interstício ante de um *gran finale* em que o pesquisador dialogaria com os teóricos sobre a cidadania de um terceiro interlocutor distante e silenciado.

Finalmente, produzimos um CD-ROM para disponibilizar a grande quantidade de documentos, artigos, fotografias, produzidos e analisados ao longo de todo o mestrado e que foram fundamentais em nosso processo de criação, embora não caibam na síntese que é uma dissertação. O CD-ROM foi programado pelo *web-designer* Bruno Galiza, está disponível na contracapa deste trabalho e seu mapa de conteúdos constitui o Apêndice E.

4 SINUOSOS PERCURSOS INSTITUINTES DE CIDADANIA

A indagação de partida que orientou a aproximação à realidade do Jardim Nova Goiânia era saber se havia e, em caso afirmativo, como se expressavam os movimentos de geração e fortalecimento de cidadania na comunidade. Sabíamos, de antemão, que naquele ambiente não encontraríamos vestígios de revoluções, nem organizações sólidas e com elevado nível de autonomia como prescrevem idealizadas descrições de esferas públicas, muito menos experiências bem sucedidas de participação popular na definição de regras de vida comum que alterassem o que está posto nos sistemas formais.

Recusamos, por outro lado, as fórmulas tão críticas quanto estéreis que só enxergam passividade, alienação e não-cidadania quando analisam, através de parâmetros exógenos e às vezes exóticos, a história e a realidade do povo brasileiro. A convicção de fundamental com que nos dirigimos à comunidade vem de Hannah Arendt, registrada no final do segundo capítulo desta dissertação: cidadania é valor inalienável, substância da condição humana, portanto, forte ou frágil, precisa ou ambígua, instituída ou em processo de construção, está presente na história e realidade do povo brasileiro e também no Jardim Nova Goiânia.

Essa convicção foi-se erigindo ao tempo em que a escuta das lideranças do Jardim Nova Goiânia ia se dando, bem como quando o referencial teórico a respeito das interações sociais, especialmente os autores e autoras citados no segundo capítulo desta dissertação, nos ajudava a compreender e distinguir as características dos grupos existentes naquele bairro e a originalidade de cada um destes grupos no processo de instituição da cidadania da população local.

Nesse processo, quatro grupos foram se destacando, a saber: o Sacolão Popular, as Igrejas, o Programa Saúde da Família e a Associação de Moradores. Além de pertencerem a esses grupos, as pessoas ouvidas na pesquisa sempre mencionaram um ou vários quando contaram a história do bairro, quando fizeram memória das contribuições e dos obstáculos à obtenção de melhorias para a população, quando projetaram o futuro ou quando relataram alianças e tensões da população local com atores externos que interferem no dia-a-dia da comunidade.

4.1 Consciência de origens, destinos e pertencimentos

Visto do alto, nas coordenadas 16°54'76"S com 49°06'49"W, o Jardim Nova Goiânia é um dos aglomerados mais a oeste da região central do município de Senador Canedo, localizado às margens da GO-403, aprovado a 6 de janeiro de 1978, através do decreto nº 23, lavrado à mão nas páginas 108 e 109 do livro de decretos do Município de Bela Vista de Goiás. O registro em cartório do loteamento foi feito no mesmo ano, a 1º de março, no livro 2B, folha 23, matrícula 627, R-4, em nome da Barro Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda, que pertencia aos sócios Paulo Borges Teixeira e Joaquim Chevalier de Aquino.

Da criação do Jardim Nova Goiânia levaria ainda uma década para Senador Canedo se emancipar, reunindo principalmente territórios remanescentes de Goiânia e de Bela Vista de Goiás, após três eventos marcantes: o plebiscito que manifestou a vontade da população para a criação do município, realizado a 15 de novembro de 1987; (b) a sanção da Lei 10.435, pelo então governador Henrique Santillo, criando o município a 9 de janeiro de 1988; e, finalmente, a instalação do município a 1º de junho de 1989, data em que se comemora o aniversário da cidade a cada ano.

Quando foi criado, o Jardim Nova Goiânia ficava a cerca de 3 quilômetros do aglomerado urbano do então distrito de Senador Canedo e a léguas de qualquer infraestrutura urbanísticas. Não há elementos para afirmar categoricamente, mas só as secretas alianças entre políticos e empresários explicaria a viabilidade de empreendimentos desta natureza e nestas condições. Em duas palavras: especulação imobiliária. A própria data de criação, 1978, véspera a aprovação da nova lei de parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/1979) reforça essa hipótese. E que empreendedores aprovam loteamentos no meio do nada? No caso específico do Jardim Nova Goiânia, o segredo pode estar na linhagem a que pertence um dos sócios da Barro Preto Empreendimentos Imobiliários: Paulo Borges Teixeira era filho de Pedro Ludovico Teixeira, nada menos que o fundador de Goiânia. Essas circunstâncias talvez expliquem curiosos detalhes como o fato do decreto de aprovação do Jardim Nova Goiânia não contar com assinatura do então prefeito de Bela Vista, José Francisco Teles, conforme Anexo A, ou a falta de precisão no mais básico dos elementos de um loteamento: a quantidade de lotes. O decreto fala de 621 lotes (art. 1º); o carimbo do projeto urbanístico tem uma anotação manual de "620 lotes"; e relatório do Departamento de Receita, da Secretaria de Finanças do Município de Senador Canedo, emitido em janeiro de 2009, inventaria 652 imóveis entre vagos e edificados, conforme figuras a seguir:

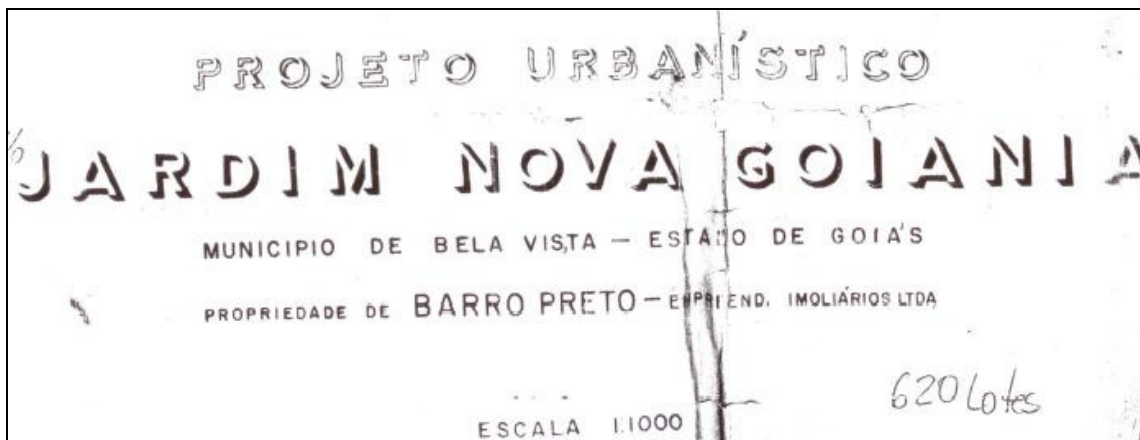


Ilustração 8: Detalhe do Carimbo do Projeto Urbanístico do Jardim Nova Goiânia
Fonte: Secretaria de Planejamento, Prefeitura de Senador Canedo

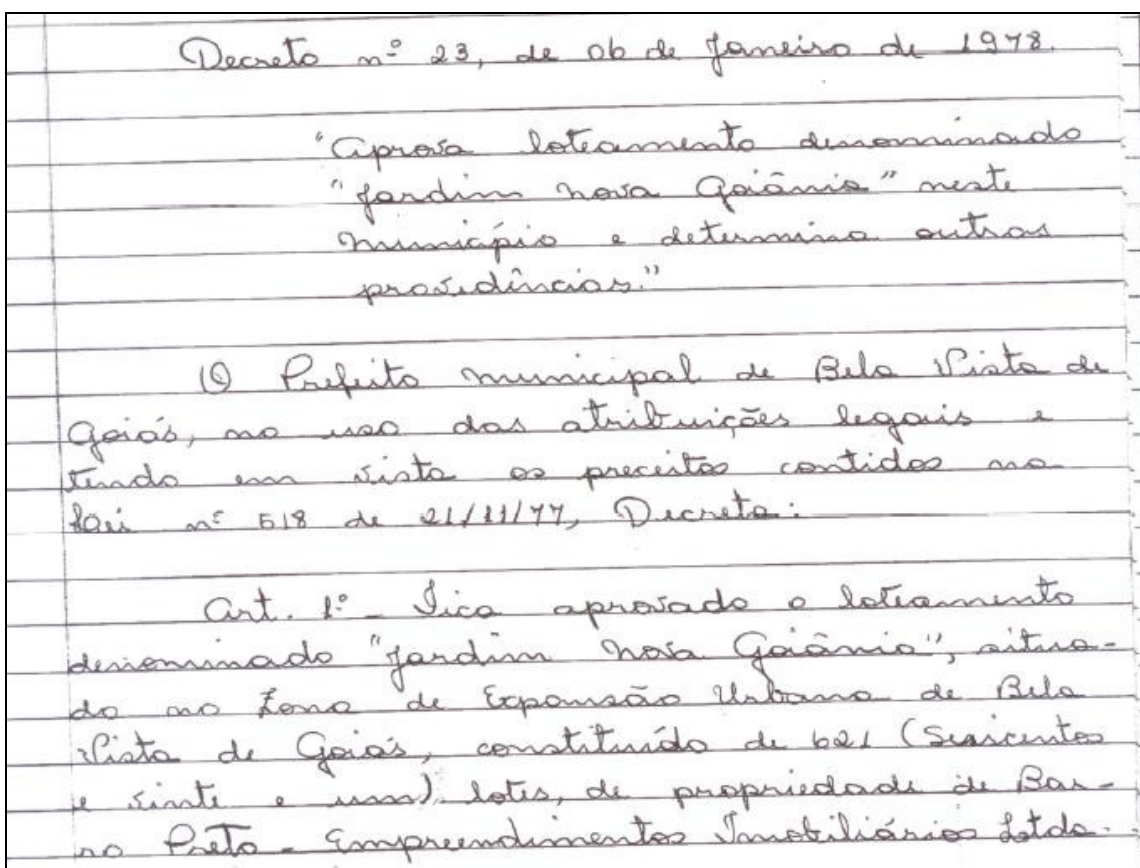


Ilustração 9: Detalhe do Decreto de Criação de Aprovação do Jardim Nova Goiânia
Fonte: Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás

Transitando pelas ruas do Jardim Nova Goiânia, 30 anos após a sua fundação, o que se vê é uma abundância de lotes com vegetação alta intercalando igrejas, bares e muitas casas em interminável processo de construção, distribuídos em 22 quadras. No mapeamento das cinco Agentes de Saúde da Família, especialmente para esta pesquisa¹⁶, transparece a fisionomia do bairro, composto por cerca de 500 famílias, totalizando uma população de 1.874 habitantes, sendo 1.250 adultos e 624 crianças e adolescentes. Dois índices chamam a atenção: há 6% de analfabetismo na população adulta e também 6% de todos os moradores têm acesso a um plano de saúde:

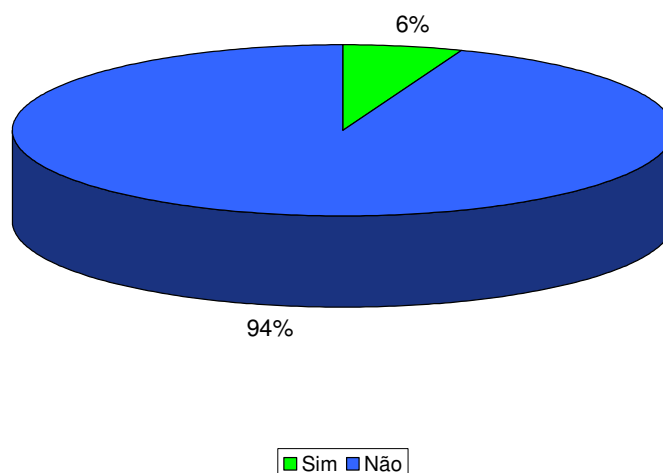


Ilustração 10: Analfabetos maiores de 15 anos e moradores que têm plano de saúde
 Fonte: Programa Agentes de Saúde da Família, Micro-área 7, Senador Canedo

Descendo mais à intimidade do bairro, acessamos discursos com que moradores fiam a vida e tecem a história, tramando fatos, memórias, sensações, dores, prazeres, impressões, dissabores, venturas, espantos e outras misturas do que foi vivido, testemunhado ou guardado de “ouvir não-sei-quem dizer”. Por este viés, mais relevantes do que os atos formais de fundação do loteamento, celebrados em cartório e prefeitura, as ocupações irregulares ou “invasões”, como foram nomeadas pelas pessoas participantes desta pesquisa, é que despontam como o fato fundante do Jardim Nova Goiânia. Todas as pessoas entrevistadas e participantes dos grupos focais relataram, em diversas versões, como teria se dado esse processo:

¹⁶ Ele levantamento foi feito com a tabulação de algumas informações disponíveis na chamada “Ficha A”, na qual os Agentes de Saúde da Família fazem um cadastro para cada família que está sob a sua responsabilidade. Não foi possível usar os dados já consolidados porque algumas agentes de saúde acompanham moradores da zona rural ou de quadras de outros bairros e a enfermeira coordenadora do grupo de Programa Saúde da Família consolida os dados de micro-regiões, como um todo. As fichas também não foram disponibilizadas para o pesquisador para não ferir a cláusula de sigilo que normatiza a relação do ASF com cada uma das famílias por ele acompanhadas.

Eu sempre tive essa visão de que Jardim Nova Goiânia só cresceria com uma invasão. Eu era casada na época e o meu ex-marido tinha essa visão, tinha essa... a mesma visão que eu tinha. A gente queria ver o bairro é... ampliado; o bairro... do jeito que se encontra hoje ou melhor, com certeza, que a gente tem que buscar melhora, que não é só isso que a gente quer. E a gente deu início a incentivar as pessoa que não tinham moradia própria pra poder tá vindo pra cá, pra isso aqui crescer, pra gente ver a amplitude do setor. E com isso, nós tentamos ajudar uma família a invadir, a prefeitura... nessa praça bem aqui, a prefeitura veio e embargou a gente; deu intimação pra tirar... E, a gente foi trabalhando essa idéia com o povo e... começaram as invasões divagarinho; começou uma, tirou; começou duas, tirou; daí a pouco, o povo veio de uma vez e começou a formar o setor; o setor veio a ter esse desenvolvimento... (MARIA MANGABA).

Na realidade, isso aqui era uma fazenda. Como a maioria dos loteamentos. E aí resolveram fazer loteamento e colocaram na mão da imobiliária. Eram dois sócios. Um faleceu e o outro desistiu. Então, algumas pessoas já haviam comprado seus lotes e pagado. E tudo. Tava certinho! E tinha alguns que não tinham sido vendidos ainda: pertenciam ainda à imobiliária. Então, foram esses que foram invadidos. Mas não foi nenhum movimento organizado. Vamos supor: tinha um parente que morava aqui: "Ó, o pessoal tá invadindo lote". Aí tinha outro parente dele de longe. Só que tinha aqueles que tinha comprado e pagado. Então, a pessoa vinha ali instalava sua barraquinha. O dono vinha e tirava, ou tentava ao menos tirar, né? (MARIA ANGELIM).

Não há elementos para dizer com exatidão se a ocupação do Jardim Nova Goiânia foi resultado ou não de ação política mobilizadora, como relatou Maria Mangaba. Chama a atenção, porém, que o episódio não tenha sido corroborado por nenhuma das demais pessoas ouvidas nesta pesquisa. O que nos parece é que o depoimento de Maria Mangaba é excessivamente interessado em realçar a contribuição da própria entrevistada na formação do setor e, se é assim, ao invés de valor histórico, esse depoimento torna-se valioso por que revela a existência de um modelo de liderança centralizadora atuante no bairro, aspecto sobre o qual refletiremos mais detidamente, numa outra seção deste mesmo capítulo.

O que nos parece mais provável é que o processo de ocupação do bairro tenha sido fruto de uma série de pequenas ações fragmentadas, espontâneas e desorganizadas, como a descreveu Maria Angelim e a maioria das pessoas ouvidas. Duas pessoas entrevistadas cujas informações também se alinham às de Maria Angelim são João Pequi e Maria Jatobá, ela Agente de Saúde da Família e ele comerciante e ex-corretor da Imobiliária Ideal Imóveis e Representações Ltda, concessionária de vendas de lotes do Jardim Nova Goiânia, ambos residentes no bairro há 14 e 20 anos, respectivamente:

Olha, as pessoas pobres, sem moradia, ia chegando aí, ia pegando os lotes vagos e construindo. [...] eles iam chegando aos poucos e fazia seus barraquinhos de lona, de madeirite; uns vendia os direito, qualquer 300 reais, 500 reais, e mudava e o outro comprava o direito e passava pra dentro e foi indo assim. Muitos que requereu o lote ai vendeu o direito e foram embora (JOÃO PEQUI).

Pessoas limpavam os lotes e vendiam por cinqüenta reais, cem reais o lote. Só porque limpavam, falavam que eram donos. Aí, chegavam à noite, vinham e montavam a barraquinha lá. E passava pra frente. A maior parte foi passada pra frente. Então hoje tá até difícil de tá comprando lote por aqui. Eu vendi uma casa que eu tinha no Uirapuru, e pra não perder todo dinheiro falei: “Eu vou investir aqui mais perto de casa, né?”. Comprei um lote aqui, mais foi difícil pra achar um lote com documento. Muito complicado aqui os documentos desses lotes aqui (MARIA JATOBÁ).

Das 15 pessoas ouvidas nessa pesquisa, entre grupos focais ou entrevistas em profundidade, apenas uma relatou ter participado das ocupações irregulares, estando a casa onde vive ainda sem reboco nem muro: Maria Macaúba é potiguar, migrou por vários estados e chegou ao bairro, vindo de uma periferia de Goiânia a convite do pai que era morador do Jardim Nova Goiânia e avisou que pessoas estavam ocupando os lotes baldios, justamente como outras pessoas ouvidas relatam. Assim como Maria Macaúba, muitos entrevistados afirmaram que a maioria dos “invasores” tinham origem nordestina, designados genericamente como “baianos”. O quadro da “invasão” e dos “invasores” foi pintado pelos que se fixaram no Jardim Nova Goiânia pelas vias legais em tons jocosos que não disfarçam uma dose de desprezo:

Eu lembro bem que, na época, quando veio essa invasão aqui do Jardim Nova Goiânia, veio também a criação da Morada do Morro. Aí, eu lembro bem que tinha um padre da igreja do Morada do Morro, que falava e pedia pra que os parentes dos baianos que moravam aqui não ligassem pros parentes deles da Bahia [dizendo para eles] virem pra cá. Porque estava ficando difícil, porque chegava aqui não tinha casa. Eles falavam que chegava aqui tudo era fácil, tinha casa, tinha igreja. Todo mundo tinha comida com fartura... E o padre não estava dando conta mais! (riso) Eu lembro que era o Padre José e então ele falava: “Então vocês não ligam mais, porque eu estou quase é mandando os baianos daqui de volta, porque aqui não tem como ficar mais, não tem casa...”. Porque eles falavam que aqui era fácil conseguir uma casa aqui. Chegava aqui, não conseguia... Não conseguia trabalho, não tinha comida... Aí ficava difícil... (MARIA BURITI).

No meio desses depoimentos a respeito dos baianos, dados num grupo focal, Maria Buriti e Maria Jatobá tiveram o cuidado de intercalar a advertência de que aquilo não era preconceito: estavam apenas “falando a realidade”. Em todo caso não disfarçaram a determinação de se distinguirem dos migrantes, nem o desconforto de terem sido confundidas com os “invasores”, como bem expressou Maria Angelim, outra participante da mesma atividade:

É que dava a sensação que todos nós tínhamos invadido os lotes [...] ficou todos como invasores. Só que não era. Eu não era, a Maria Jatobá não era. A gente já tinha comprado o lote há mais tempo (MARIA ANGELIM).

Se, por um lado, há uma semelhança no interesse das pessoas entrevistadas em se diferenciarem dos “baianos” e dos “invasores”, por outro lado, as opiniões a respeito da ocupação irregular do bairro como tal foram menos unânimes. Das pessoas ouvidas, apenas Maria Jatobá fez uma leitura negativa das “invasões”, assim mesmo parece ter mudado de opinião no decorrer dos debates do grupo focal.

Antes de avançarmos na apresentação do que a pesquisa constatou a respeito da opinião da população sobre o processo de ocupação do Jardim Nova Goiânia, cabe enfatizar que essa dinâmica da mudança de opinião, presente neste contexto e em outros momentos dos grupos focais representa o atendimento de um dos requisitos para a constituição de condições ideais para a constituição de um ambiente de democracia deliberativa (MAIA, 2008b, p. 198). A coragem de reverter opiniões dadas publicamente supõe alto nível de confiança e certeza de que se caminha numa direção comum.

Retomando a reflexão a respeito do processo de ocupação do bairro, a pesquisa apontou que a maioria das pessoas ouvidas, como Maria Angelim, por exemplo, afirmou que as “invasões”, ao invés de terem sido negativas, foram justamente o fato que propiciou o desenvolvimento do Jardim Nova Goiânia:

O Nova Goiânia foi um setor invadido, né! Tinha tudo pra ser um setor assim... Tipo... com umas casas mais bem feitinhas, mas foi invadido. Aí teve um problema com a imobiliária, né, que era de dois donos, as pessoas perceberam que não tinha dono, tinha dono mas, na realidade estava desprotegido o terreno, né. Aí o pessoal começou a invadir, e bagunçou muito, né. Até mesmo para os que já tinha aqui legalizado (MARIA JATOBÁ).

Na verdade os benefícios todos que vieram foram depois da invasão. [...] Tudo depois da invasão... Por isso que a gente falou... Em questão de benefício... Tudo bem que houve aquele alvoroço, vindo gente de tudo que é lugar. Mas questão de benefício foi depois (MARIA ANGELIM).

Os benefícios e o desenvolvimento de que falaram as pessoas entrevistadas parece uma ficção para quem vê o bairro de longe ou de fora, mas é nítido e indiscutível para quem o vê desde o seu interior, tendo como pano de fundo a descrição que as pessoas pioneiras fazem a respeito das origens da comunidade:

Na época e eu fui corretor deles. Aí, eu morava lá no Jardim Novo Mundo e tentava vender os lotes lá mesmo porque aqui ninguém queria comprar. Eu vendia para as pessoas lá da Vila Moraes, Vila Nova, Setor Universitário e mostrava o mapa do loteamento e tentava vender. Mas naquela época, eu fiquei parece que seis meses vendendo lote, tentando vender esses lotes aqui, mas na época ninguém queria comprar, porque o Senador Canedo era só um miolim lá; não tinha posto de gasolina, não tinha posto de saúde, não

tinha acho que nem delegacia, energia era nalgumas ruas lá no centro e ninguém queria comprar lote aqui... Falava: "Comprar lote lá naquele mato lá... Senador Canedo tá a três quilômetros lá na frente, não tem praticamente quase nada e essa Nova Goiânia vai levar 50 anos pra virar cidade" (JOÃO PEQUI).

Quando eu mudei praqui, se contava as casas; eram cinco, incluindo duas chácara, né? Provavelmente (riso) sou quase pioneira daqui [...] Jardim Nova Goiânia era um bairro com impossibilidade de crescimento; a gente não tinha visão de crescimento daqui. Era mato pra tudo quanto é lado. Cê olhava aqui era um deserto; a gente fazia trilha aqui por dentro pra chegar em Senador Canedo (MARIA MANGABA).

[Senador Canedo] era uma currutelazinha, poucos habitantes, aqui na Nova Goiânia só tinha acho que três morador... só tinha três morador. Não tinha telefone, não tinha linha telefônica e nem telefone. Pra mim telefonar eu tinha que ir lá na praça do Palmito, usar o orelhão lá na Praça do Palmito, aquele telefone que colocava ficha (JOÃO PEQUI).

Para quem viveu a realidade acima descrita, as atuais condições do bairro, evidentemente, são muito melhores, justificadas com uma lista generosa de destaques feitos quando pedíamos para as pessoas compararem o que Jardim Nova Goiânia era antes ao que é agora ou simplesmente comentarem as mudanças ocorridas no bairro:

Houve algumas melhorias, por exemplo, como é?... reforma do colégio ali embaixo também... E... teve essa melhoria. E... algumas obras que eles fizeram recentemente sobre as praçinhas, pequenas, ali, mas é alguma coisa pra se ocupar, né? Serve pras crianças, é uma área de lazer (JOÃO ARAÇA).

A Celg pôs energia aqui, mas por nossa conta. Os moradores, nós pagamos a energia junto com a prestação do lote. E aí eu acabei de pagar os lotes, escreitei e tô aqui até hoje esperando mais melhora, mas já melhorou cem por cento, né? Não tinha telefone, hoje tem telefone, tem esse colégio, posto de saúde, energia, iluminação nas ruas que não tinha, água também, não tinha água da rua, nem asfalto, hoje tem. Então melhorou cem por cento. Quem comprou e seguiu até hoje ou tá morando aqui tá bem. Mora num setor bom, que é Setor Nova Goiânia, na entrada aqui da cidade. Quem teve medo e não comprou, às vezes tá morando de aluguel até hoje (JOÃO PEQUI).

Tem duas praças aqui na Nova Goiânia. Aqui embaixo tem um campinho. Acho que ele vai fazer outra praça aqui embaixo. [...] E tudo arrumadinho aqui; visto o que aqui tava: tudo arrumadinho aqui! E ali no Jardim Canedo também, aqui na Boa Vista também. Eu passei vi só de longe, eu não sei o que é, mas tem um lugar, um galpãozinho muito bonito ali em cima. Eu vi pelo banco do ônibus que é pra fazer um bucado de trem lá, um bucado de binifício pras pessoas (MARIA MACAÚBA).

A mudança das características do bairro, confirmando a percepção das pessoas entrevistadas, principalmente no aspecto de ocupação do bairro, podem ser vistas no contraste entre imagens de satélite de 2002 e 2007, a primeira cedida gentilmente pela Gerência de Terminais Terrestres e Oleodutos da Transpetro no Centro-Oeste, e a segunda, disponível no Google Earth:



Ilustração 11: Imagem de satélite do Jardim Nova Goiânia, em 2002
Fonte: Arquivo da Transpetro no Centro-Oeste



Ilustração 12: Imagem de satélite do Jardim Nova Goiânia, em 2007
Fonte: Google Earth.

Embora as imagens impressionem pela intensidade da ocupação num curto espaço de tempo, a sensação da ocupação do bairro comum entre as pessoas ouvidas não se confirma quando analisamos os dados objetivos de fornecidos pelo Departamento de Receita da Secretaria de Finanças do Município de Senador Canedo. Emitido em janeiro de 2009, o relatório apresenta duas informações básicas que são a proporção de ocupação dos imóveis do setor e a natureza desses imóveis. Neste segundo aspecto, predominam os imóveis residenciais (548), sendo complementados por uma relativamente grande rede de pequenos comércios (41) e, ainda, 63 unidades classificadas como “de outro tipo”: indústria, religioso, administração pública, serviços, misto ou chácara. O mais impressionante deste relatório é que, após 30 anos de existência, os imóveis edificadas do Jardim Nova Goiânia são 307, contra 345 vagos, ou seja, a ocupação territorial do loteamento ainda não chegou à metade do caminho, como mostra o gráfico a seguir:

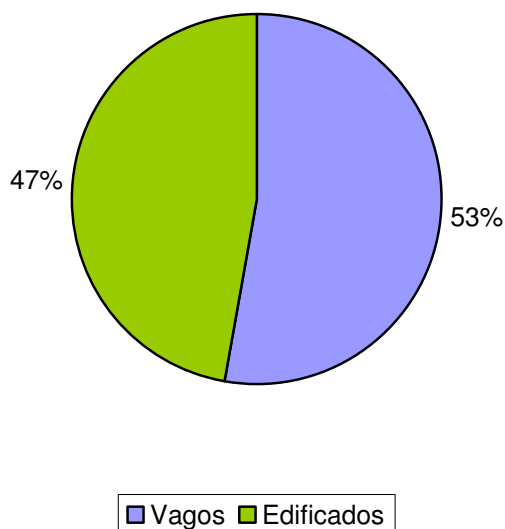


Ilustração 13: Percentual de ocupação dos lotes do Jardim Nova Goiânia
Fonte: Departamento de Receita da Secretaria Municipal de Finanças de Senador Canedo

De qualquer maneira, a recente intensificação do processo de ocupação e a também recente melhoria da infra-estrutura do Jardim Nova Goiânia impactaram não apenas as condições objetivas de moradia no bairro, mas também, e talvez mais significativamente e positivamente, a auto-estima dos moradores ouvidos e a percepção que têm do bairro e da cidade:

O pessoal aqui não tinha muito valor. O setor aqui era um mato danado aqui. Não tinha valorização nenhuma aqui. Chamavam aqui era “lobeira”. (risos) Agora que normalizou tudo aí, a gente subiu também (JOÃO BACUPARI).

Nova Goiânia que era um bairro rejeitado. Hoje é um bairro que todo mundo, muita gente que vem aqui, tem vontade de vir morar aqui. (pausa) Eu moro aqui desde janeiro de 94, não tenho nenhum inimigo, só amizade, me dou bem aqui (JOÃO PEQUI).

Antes quando a gente falava assim eu moro em Senador Canedo: "Nossa Deus me livre!!!"... Hoje já é o contrário. Quando você fala assim eu moro em Senador Canedo: "Nossa, lá tá bom, né?!!!" todo mundo comenta, a gente vê noticiário, então assim mudou muito. E Nova Goiânia teve esses benefícios, igual eu falei né, tinha muito lote baldio, muito lote sem construção, hoje é raríssimo ver um lote, ainda tem com certeza, mas a maioria já estão construídos e assim todo mundo tenta de uma maneira ou de outra ajudar. Já temos água encanada que não tínhamos na época né, era só de cisterna assim que eu mudei pra cá. Não tinha asfalto, depois de muito tempo que eu já estava aqui asfaltou algumas ruas; o resto do bairro todinho [ficou sem asfalto]... Então, o pessoal ficou decepcionado, né, com essa, como diz?, escolhe certas ruas e as outras ficam. E aí, de repente, nós já conseguimos! Então, assim, são conquistas que no dia-a-dia nós vamos tendo e que vai alegrando. É difícil, dificilmente você vai ver alguém falar que não gosta de morar no Nova Goiânia, existe com certeza, mas é raro, é um setor muito bom!!! (MARIA ANGELIM).

Essa mudança na auto-estima é fruto de um processo instituinte de cidadania e também alimenta um ciclo virtuoso de geração de mais cidadania, uma vez que abre a possibilidade para o estabelecimento das bases de relação com as demais pessoas, para sentir-se confortável na própria pele e, pouco a pouco, ir superando o peso “dos discursos hegemônicos e das representações estigmatizantes” (MAIA, 2008b, p. 210).

A memória do que era o bairro e a satisfação com as conquistas já realizadas não embotam, entretanto, a percepção que as pessoas entrevistadas têm sobre as limitações da comunidade ou o desejo de participar de um permanente processo de construção, algo que nos remete ao conceito arendtiano de cidadania, como “direito a ter direitos”. O compartilhamento de um passado comum e de uma opinião mais ou menos consensual a respeito do presente, forja uma espécie de opinião pública a respeito de quais seriam as prioridades para melhorar as condições de vida da comunidade. A lista começa com o pedido de regularização do fornecimento de água; reivindicação de oportunidade de cursar além do quinto ano na Escola Municipal Celina Amaral, único equipamento público instalado na comunidade; e maior presença de policiamento no bairro para coibir roubos, vandalismo e outras formas de violência:

Aqui no bairro o que podia melhorar ainda mais é uma guritinha pra ficar policial. Assim, porque eu já morei no Jardim Tiradentes, era pequeno mesmo, no... E lá tinha o posto policial, mas lá onde nós morava tinha um,

tipo uma casinha, sabe?! É só pra eles ficar ali, pra emergência [...] vamos supor que aqui acontece assim uma coisa, que um home discutiu com a muié, um home bater em muié... Cê sabe que sempre a agressividade é mais do lado do home, né?! Ou um muleque bater num idoso. Eu penso isso. Mas aí, quando vem acontecer isso, que liga lá que eles chega cá, né, o cara que já fez o serviço tá muito longe. Ai, ó... (MARIA MACAÚBA).

Tem fim de semana que joga trem, pega lixo e joga do lado dentro, ruma o pé no portão... tá um vandalismo aqui danado. Então a segurança... Outra coisa que eu ia falar pra ele:¹⁷ "Cê acha que a segurança do Canedo tá ruim? Tá boa não... Eu que moro aqui é que posso falar... Você mora lá nos condomínios de luxo, lá num vai dar jeito de eu ir lá, lá só entra com autorização. Agora aqui passa aí uns marmanjos...". É todo sábado! Eles vêm das festa, é uma bando de rapaz meio jovem e muié, meninas-muié. Aí eu já fui lá no comandante duas vezes e o comandante: "Olha, você não fala nada, porque é até perigoso". Aí eu disse: "Mas, perigoso por que?", falei pra ele. "Porque o cara souber que foi você, ele mata você!". O comandante falou pra mim... (JOÃO ARATICUM).

O pedido de maior presença de policiais no bairro foi respaldado, como acima, por diversos relatos de violência, como brigas de adolescente em escolas, incluindo ameaça de morte, envolvimento de pais e acionamento da polícia; brigas na vizinhança, até mesmo com enfrentamento de moradores à Polícia, que em algumas situações teria sido recebida a pedradas; queixas de ter sofrido ameaça de traficantes de droga, cuja presença na comunidade foi relatada por várias pessoas; assaltos a comércios, a residências e até a templos, entre outros.

Além de segurança pública, outros dois temas foram recorrentes quando se indagava quais as maiores necessidades presentes na comunidade do Jardim Nova Goiânia: creche e posto de saúde:

Uma creche seria excelente porque assim a maioria das mulheres aqui trabalham fora. Então sai, ou têm que, ganha pouco, e tem que pagar alguém pra ficar com as crianças, o que quase que não compensa muito e ou sai daqui pra ir pro Alvorada também ou Morada do Morro. Então uma creche seria ótimo, né? Posto de saúde é uma coisa muito solicitado aqui também para as pessoas não terem que sair daqui ir lá pro Alvorada (MARIA ANGELIM).

Olha, aqui tá faltando, falta uma creche aqui no setor, para as famílias que tem crianças pequena que as família aqui põe... levanta as criancinhas cedinho, põe na bicicleta as mães, os pais e vai levar na creche aqui, lá embaixo, na Morada do Morro ou no bairro Alvorada, lá embaixo, pra pôr a criança na creche pra mãe ou pro pai ir trabalhar. Então aqui ao lado, dentro da área do colégio, uma área muito grande que tem, um espaço muito grande pra construir uma creche ali dentro do colégio e fica no meio do setor e vai servir pra criancada da Nova Goiânia e Residencial Boa Vista também (JOÃO PEQUI).

¹⁷ João Araticum refere-se a uma reunião acontecida na comunidade, durante a campanha para as eleições municipais de 2008, à qual o candidato à reeleição, Vanderlan Vieira Cardoso, teria agendado presença e não comparecera, gerando certa frustração nos moradores.

Jardim Nova Goiânia precisa inicialmente, urgente, de uma creche. Aqui a gente sofre com as criança, eu vejo mãe aí que vai trabalhar e deixa criança trancada em casa!... porque eu conheço pessoas que fazem isso (MARIA MANGABA).

Nós num temos uma creche pros pais deixar as crianças aqui. Então isso foi uma das coisas que nós mais reivindicamos, né, na época que nós éramos frente à Associação - ASMOJANGO, que a gente queria uma creche aqui, um, um posto de saúde e nós ainda não tínhamos nem essas coisas aqui. E os imposto, o que?, tá tão caro. Por que que tá tão caro? Se devia ter, pra o senhor cobrar alguma coisa da gente, ele tinha que pôr coisas de qualidade.... um asfalto bom, a água, sem... sem... O esgoto. Como é que você vai pagar uma coisa que você num tem, num desfruta, assim, de um posto, de uma creche e a água vez em quando tá ai parada e acabando, né?! [...] Nós queremos uma creche aqui pra nós. Porque os pais daqui também, como é que faz?... aqui de manhã pra ir deixar lá, pra depois ir pro serviço... Então a creche aqui pra nós seria bem, já que os impostos são pagos, num são? Bem, então se eles lá também pagam os impostos deles... Merecem uma creche? Merecem! Mas nós também merecemos uma aqui também, uma qualidade de vida melhor, pra nós, nossos filhos (MARIA IPÊ).

O tom indignado da fala de Maria Ipê também foi presente em momentos de diversas entrevistas, quando os participantes da pesquisa comentavam terem “ouvido dizer” que a creche desejada pelos moradores do Jardim Nova Goiânia seria construída no Residencial Bela Vista, um bairro vizinho, recentemente instalado, cujo terreno ainda era um cerrado à esquerda do Jardim Nova Goiânia, como está registrado na fotografia da página 90. Essa indignação nos remete, ademais, à afirmação de Nuria Cunill Grau (1998, p. 132 e 146), segundo a qual há indícios de cidadania toda vez que uma pessoa ou uma coletividade faz reivindicação de igualdade e manifesta desejo de tomar parte de ações públicas ou quando essas manifestações significam uma resposta da sociedade civil a posturas ou políticas que, de alguma maneira, desafiam ou confrontam os princípios da igualdade e da liberdade.

Por outro lado, a construção de creche, posto de saúde ou qualquer equipamento público é o assunto que não diz respeito apenas a população de um bairro, mas ao conjunto de moradores do município e, por essa razão, essa é uma decisão que ultrapassa os limites da comunidade. Nesse sentido, parece faltar às pessoas do Jardim Nova Goiânia ouvidas nesta pesquisa a sensibilidade recomendada por Sérgio Costa (2002, p. 165) e Rousiley Maia (2008b, p. 213), segundo os quais é necessário que as reivindicações de grupos particulares seja levado ao debate público para que seja conquistado o respaldo necessário e uma causa particular passe a ser entendida e tomada como de interesse da coletividade.

4.2 Aproximações e afastamentos de estruturas sistêmicas

Nos depoimentos e debates realizados com as pessoas participantes desta pesquisa a respeito das mudanças ocorridas no Jardim Nova Goiânia e em Senador Canedo, um evento e um personagem são constantes: as eleições municipais de 2004 e o empresário Vanderlan Vieira Cardoso. Nas eleições em referência, Vanderlan foi eleito prefeito, pelo Partido Liberal, PL, interrompendo um ciclo de 16 anos sob a direção de um mesmo grupo político, liderado pelo casal Divino e Laudenir Lemes, do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, ele à frente da prefeitura de Senador Canedo em três dos primeiros quatro ciclos eleitorais após a emancipação, e ela representando o município na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, de 2002 a 2006, ficando na suplência do posto no mandato seguinte.

Quando Senador Canedo foi emancipado, Divino Pereira Lemes assumiu a prefeitura e fez o seu sucessor, Thomaz de Aquino Correa Miranda, que além de político é dono da RTR Empreendimentos Imobiliários, situada em Goiânia. No terceiro processo eleitoral, Divino Lemes voltou ao cargo de prefeito e, com a introdução da lei de reeleição, emplacou o seu terceiro mandato. A alternância de poder aconteceu em 2004, quando o empresário do ramo alimentício, Vanderlan Vieira, derrotou Dr. Alsueres Mariano Correia Júnior, ex-secretário de saúde e correligionário de Divino Lemes e foi confirmada nas eleições de 2008, quando Vanderlan foi reeleito, batendo nas urnas desta vez o próprio Divino Lemes, com elevadíssimo índice de 80% dos votos válidos.

Uma parte das entrevistas desta pesquisa aconteceu no mês de agosto e, a outra, em outubro e novembro, isto é, nos períodos imediatamente anterior e posterior às eleições municipais de 2008. Talvez por essa razão as pessoas ouvidas não manifestaram abertamente seus alinhamentos políticos, certamente por conhecerem ou experimentarem histórias de perseguição política, insinuadas em frases reticentes (“você sabe que eu sou funcionário público...”) ou plenamente declaradas como veremos adiante. De um modo geral, entretanto, percebemos que o prestígio que o atual prefeito de Senador Canedo goza junto à população, expresso nos resultados das últimas eleições, é compartilhado pelas pessoas entrevistadas, inclusive por aquelas que fazem críticas à atual administração:

Ali pro rumo da Bela Vista também já foi tudo asfaltado, tudo iluminado e aqui ninguém vê sujeira em rua, não. Aqui quando ocê vira a esquina no nosso setor aqui tem varredor de rua, alimpa e tudo é limpinho. Num tem sujeira não, tem sujeira não. Tudo é organizadinho. O Alvorada também ali embaixo, muito organizado. É praça. É umas praça bonita, também que

tem aqui embaixo. E aqui são bonita. Eu passei no Alvorada ontante e é uma praça muito bonita ali embaixo. Muitas coisas bonitas. No Morada do Morro também do mesmo jeito. As venida tudo ele tá arrumando tudo, tá fazendo uma maravilha. Tá ficando quase do jeito do centro, né, que o Vanderlan tá deixando [...] quando a gente entrava dali e pra cá, não tinha essas coisas lindas que Canedo tem. Aqui era só o mato, era só o mato. E Vanderlan deixou, pra todo mundo ver, deixou Senador Canedo e ainda vai deixar mais, um cristal, bonito e bem organizado, pra onde você se vira, você vê benfeitoria que ele fez, só coisas boas (MARIA MACAÚBA).

Tinha o desenvolvimento, mas era mais lento, né. E depois da chegada do novo prefeito, do primeiro início do primeiro mandato do prefeito foram feitos novos benefícios, novas empresas né foi chegando se instalando em Senador Canedo, então foi gerando renda, oferta e tudo e eu creio que essa foi tipo assim o ponto chave pra mudança da cidade, em questão até de valorização (MARIA ANGELIM).

Eu acho esse prefeito muito arojado, ele tem postura, ele tem firmeza, ele é determinado, ele fala uma coisa: realmente todo mundo segue aquilo. O cara pensa muitas vez pra falar "não" pra ele. Então, até mesmo os vereadores respeita esse item dele, quando ele quer alguma coisa, ele impõe realmente e eles respeita, eles pensa muitas vezes para dizer "não" pra ele, porque realmente sempre ele tá certo, sempre ele quer o melhor... E ele tem feito um trabalho muito grande aqui no Senador Canedo, eu sou até mesmo um admirador dele devido a isto... (JOÃO GUAPEVA)

A fala elogiosa do João Guapeva a respeito de Vanderlan Vieira traz em si seu contraponto, que é um certo autoritarismo na forma de lidar com as demais lideranças e forças políticas do município. Essa é uma das razões para o desânimo de algumas lideranças do Jardim Nova Goiânia, como Maria Mangaba, que relatou, em dois momentos da entrevista, ter sido vítima de instrumentalização política por parte da atual administração, exemplificando com o que teria acontecido em uma campanha para arrecadação de alimentos para famílias do bairro que estavam passando por necessidades:

Nós arrecadamos o alimento, pegamos o carro pra ir lá entregar, isso tudo particular, não teve nada a ver com prefeitura, não. A prefeitura deu só tenda. Só!!! E nós arrumamo carro particular, fomos fazer essas entrega dessas alimentação, esse jornalista acompanhou a gente, fez tudo bonitinho. Quando foi na hora de sair no jornal saiu em nome de uma pessoa que tava no CRAS que ela...ela trabalhava como secretária de valorização humana. Não foi a associação quem fez! Quem fez foi essa senhora, a tal de Marcelita Manzi!... E aí, na hora da entrega, o jornalista ligou pra ela, ela já tava lá na porta da pessoa, só esperando pra se apresentar e entregar o que nós (!!!) tínhamos arrecadado. Mais uma decepção daquelas assim... E quando o jornal saiu, saiu que foi Marcelita Manzi que tava fazendo aquele trabalho... Ô, mas isso foi decepcionante!!! (MARIA MANGABA).

Hoje eu não me interesso muito em ajudar... Ajudar eu interesso! Particularmente, eu interesso, mas politicamente, não! Porque eu fui

muito... aí, como é que eu vou dizer? (pausa) Eu fui muito... Me jogaram de escanteio, quem tá no poder hoje... eu não sei por qual motivo... Tudo que eu ia buscar: não me ajudava, faziam questão de colocar um bloqueio, uma barreira muito grande na minha frente pra que eu não desse prosseguimento à minha situação, à situação de tá ajudando o setor... Até hoje eu não entendo o motivo que eles fizeram isso (MARIA MANGABA).

Esse episódio, evidentemente, não foi o único motivo do desânimo de Maria Mangaba. O que chama a atenção neste e nos demais depoimentos deste bloco é a capacidade das pessoas entrevistadas de analisar a realidade da região e a condução política local sem as costumeiras simplificações maniqueístas. Maria Mangaba e diversas pessoas ouvidas demonstraram enxergar os benefícios trazidos ao bairro e ao município com a mesma precisão com que fizeram a crítica ao poder político, apontando o que ainda não foi feito ou as limitações das ações implementadas na região:

Tem sido assim! Recorre à prefeitura... onde dá, o que deu é... o que a prefeitura tem ajudado é visível né, todo mundo tá vendo que a gente não tinha praça, a gente não tinha asfalto, a gente não tinha nada!!! Nosso setor era morto... E, tá aí, a resposta é bem visualizada... Só que a principal, que é educação dos nossos jovens, eu não vejo nada feito pra modificar essa situação (MARIA MANGABA).

Eu acho que o bairro tem muito a desejar ainda porque nunca tá bom às coisas, né, sempre tem que fazer mais e mais... é... mas eu acredito que, na verdade, o que teria que fazer era... pra mim uma coisa assim, uma coisa sublime mesmo, seria a saúde e a escola! A escola que eu digo não é só pintar a escola. Realmente ele reformou todas as escola, ele pintou com tinta boa, como o pessoal diz e tudo mais... Mas o que precisa mesmo reforçar é os professores: pagar a eles melhor, é... dá mais condições pra ele, porque o professor eu acho ele mais fundamental do que mesmo a própria escola! Porque o professor ensina o aluno de baixo de uma árvore e a escola só não ensina! Então depende muito do professor... Então essa visão eu tenho, não sei se ele também vai ter ou vai fazer alguma coisa pelos professores que até agora ele só fez mais por parte de... é... parte física (JOÃO GUAPEVA).

Outra coisa que eu acho falho, muito falho, eu já procurei também apoio pras famílias que os filhos tá começando ir pro mundo da...pra rua! Que tá saindo, se desviando, a gente procura apoio junto ao projeto, junto ao, ao...Conselho Tutelar, o que é que eles dizem? A gente liga ou vai lá e eles: "Não, nós vamos lá tal dia". Marca o dia e nunca vieram na casa de uma dessas pessoas que eu passei: "Não, a gente só pode atuar depois que eles já tiverem na marginalidade". Aí já não adianta mais! Se você pode resgatar um cidadão antes, pra que que você vai esperar ele virar um marginal pra resgatar? É só pra levar a fama? Eu não acho isso certo! Então isso tem que mudar, isso não pode continuar desse jeito, porque pra gente resgatar o cidadão que tá lá embaixo no chão pra poder mostrar pra sociedade que o cara é marginal?! Isso aí eu acho que não é importante, o importante é você lutar antes de que aconteça o pior pr'aquele cidadão. Eu acho que o correto é isso, e eles infelizmente espera primeiro a coisa acontecer pra depois atuarem. Tanto é que cê vai procurar ajuda no Cais pra poder colocar uma criança num projeto que tem aí da prefeitura, a

primeira coisa que alegam é: “Ele tá usando drogas? Ele é usuário de drogas? Ele tá dormindo fora? Ele tá... Essa criança tá prostituindo?”. Aí a gente...nossa! Eu fico com muita raiva disso, por que...um caso pra eles cê tem que provar que não vale nada pra eles resgatar!... E eu acho que deveria existir um meio de evitar que essa juventude chegue a esse ponto (MARIA MANGABA)

De um modo geral, percebe-se nos entrevistados uma visão madura a respeito do atual prefeito de Senador Canedo, reconhecido e valorizado pelas mudanças físicas realizadas na cidade, porém, criticado pela forma autoritária de tratar as lideranças, bem como pela falta de ações mais consistentes de valorização do capital humano como, por exemplo, o investimento na carreira dos professores e outros cuidados que ultrapassem o zelo para com os não menos importantes aspectos estruturais e estéticos da cidade.

A percepção das pessoas entrevistadas dos alcances limitados das mudanças já realizadas é reforçada pelos índices oficiais de desenvolvimento da região que revelam uma série de ambigüidades. Dados do IBGE (2009) apontam que Senador Canedo cresceu 9,3% no período de 1991 a 2000, crescimento mais alto da região metropolitana de Goiânia e um dos mais altos do país, que fez o município saltar de 23.905 para 44.266 habitantes. E o ritmo de crescimento continua acelerado. Atualmente, Senador Canedo tem uma população estimada em 74.687 habitantes.

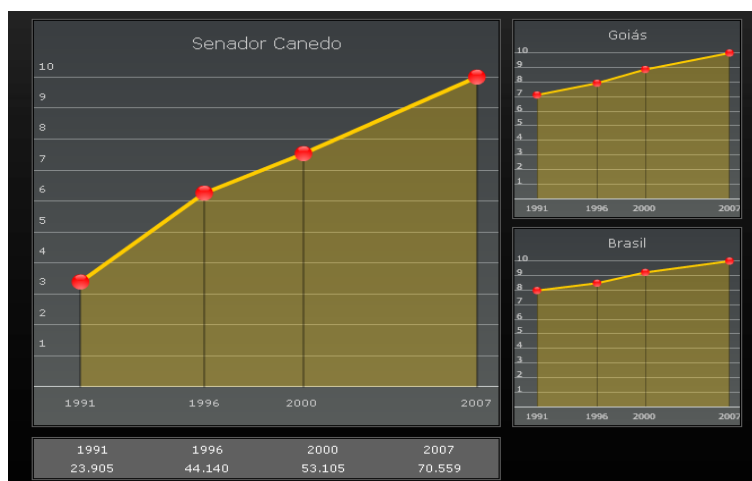


Ilustração 14: Evolução da População
Fonte: IBGE, 2009

Além do aumento da população, Senador Canedo teve ainda um expressivo e acelerado crescimento na arrecadação, impactando a evolução do PIB do município, como mostra o gráfico a seguir, segundo o qual o município arrecadou em 2004 quatro vezes o se arrecadava 5 anos antes:

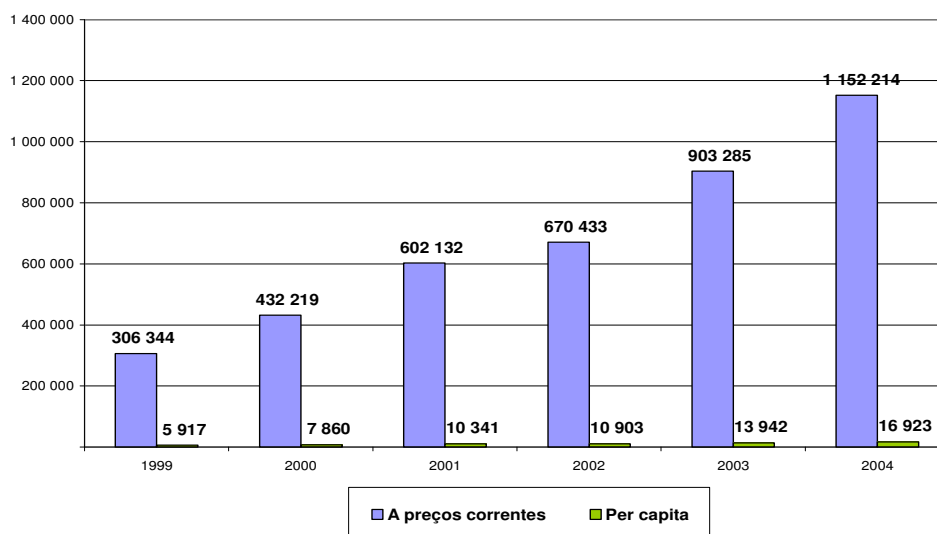


Ilustração 15: PIB de Senador Canedo
Fonte: IBGE/ 2009

Senador Canedo iniciava, assim, sua corrida aos primeiros postos de arrecadação de ICMS, atingindo, em 2007, o terceiro lugar entre os 246 municípios do Estado de Goiás. Que representou, então, para a população de Senador Canedo todo esse desenvolvimento populacional e econômico do município? Qualitativamente, parece que ainda pouco ou nada. É verdade que os indicadores sociais de Senador Canedo evoluíram significativamente na década de 1990. Insuficiente, porém, para posicionar bem o município no hanking brasileiro do Índice de Desenvolvimento Humano de Municípios, IDH-M, que em 2000 situou Senador Canedo no posto 2.460, entre os 5.508 municípios avaliados:

	Renda	Longevidade	Educação	IDH-M
1991	0,550	0,657	0,694	0,634
2000	0,618	0,710	0,860	0,729

Ilustração 16: Evolução do IDH-M de Senador Canedo
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Se, por um lado, cresceu O Produto Interno Bruto e melhoraram os indicadores sociais, por outro, aumentou a desigualdade na renda do município. O Índice de Gini, que quanto mais alto indica maior desigualdade, aponta que Senador Canedo passou de 0,41 em 1991 para 0,46 em 2000, isto é, o aumento de riquezas serviu apenas para aprofundar o fosso que separa os mais pobres dos mais ricos.

Embora não se baseiem em dados estatísticos, de um modo geral percebemos capacidade das pessoas entrevistadas de compreender a situação local e, além disso, competência para fazer interconexões entre passado e presente, realidades locais e nacionais, ora raciocinando do particular para o geral ou fazendo o movimento analítico inverso, às vezes chegando a conclusões próximas de uma teoria conspiratória:

Porque aqui, a gente ainda não é tanto, tem lugares que é piores que aqui, que as pessoas tão muito mais mal informadas e, às vezes, tá mais afastada dos recurso e, às vezes, muitas das vezes, enganado pelo poder público: às vezes ele só quer mesmo arrecadar o dinheiro e não faz nada, como se diz, pro binifício do povo do lugar (JOÃO ARAÇÁ).

A Prefeitura, para montar uma escola para capacitar funcionários para trabalhar vai gerar gastos. E não fica barato. Eu sei que não fica. Então, se a comunidade exigir, sabe? E a gente tem o direito disso... Juntos, em grupo, um grande grupo: "Nós temos direito, por isso nós queremos". Aí sim, eles vão ser obrigados a fazer. Se você tiver o direito, mesmo. Mas como as pessoas não tem conhecimento, então vai passando despercebido, né? (MARIA BURITI).

Os presidentes de antigamente tinha preocupação na qualificação dos brasileiros. Mesmo se eles roubassem lá fora. Porque, quando eu era criança, ou lembrava, quem tinha que terminar o 2º grau tinha que terminar ou magistério, ou contabilidade ou química. Já saía já com qualificação para o emprego. E o SENAI dava apoio, fazia estágio nele por conta do Governo. Depois que veio a democracia já inventaram o "não, não tem qualidade" e desmancharam tudo. Quem quiser fazer qualificação tem que pagar. [...] Então, se funcionasse mesmo hoje a qualidade brasileira pra todo mundo, dava um choque térmico em matéria de trabalho, porque não tem trabalho pra todo mundo. [...] O próprio presidente, ou o próprio governante não tem saída, não temos emprego pra todo mundo. Não temos saída. Não pode ter médico, não pode ter muito odontólogo, não pode ter veterinário demais... [...] Tem advogado colega meu vendendo lote. Os advogados mais perto da profissão, hoje, é os agentes da polícia civil, que já tá lá e conhece os bandidos. [...] Não é assim? O senhor forma em administração e o senhor vai trabalhar no Carrefour como administrador? Nunca. Nunca. Só se for parente de alguém de dentro (JOÃO GUEIROBA).

A teoria que João Gueiroba desenvolveu para explicar a dificuldade das pessoas trabalharem nas áreas em que são formadas sugere uma saudade da ditadura militar e, por razões de outra natureza, é bem próxima da metáfora criado por João Baru a respeito do sistema educacional:

Já vejo a educação aqui... vamos pôr no Brasil, né, eu já vejo a educação na escola é como a tartaruga. A tartaruga ela chega na areia, em um certo tempo, e desova, vamos supor, ali na faixa de uns 80, 60 ovos... Então, aí sai aqueles tartaruguinho tudinho... Aqueles tartaruguinho, todo mundo pro mar... Nasceu ali, mãe não sabe nem pra onde que eles foi mais... Saiu todo mundo da areia ali e foi pro mar. Chegou no mar, se salva dois, um ou dois. Bem assim é a educação. Bem assim é a escola. [...] Quem é os filhotes de tartaruga?... Por exemplo, o pai vai lá e põe o seu filho na

escola, aí ele vai. Aí chega a 5ª série, a 6ª série... Se o pai não estiver ali: “Vamo, meu filho! Vamos, meu filho...” Aquele já sai fora, e já tem que sair fora porque tem que trabalhar, ele tem que trabalhar de auxiliar de pedreiro ou ele tem que trabalhar em outro trabalho pra poder se manter, então escola pra esse daí já foi... [...] na areia mesmo já come... Algum que sobrevive no mar. Então esse ali é comida para os predadores, né. Os predador maior, eles vão caindo no mar e já vão... Então alguns se salvam... Bem assim é a escola, o estudo aqui... Alguns é que chegam na Faculdade (JOÃO BARU).

Para algumas das pessoas entrevistadas a falta de acesso à educação teria também um sentido estratégico, enquanto política intencionalmente implementada com objetivo de manter a dominação dos políticos sobre a população. Assim refletiu João Bacupari, em dois momentos do grupo focal:

Na sala de aula, hoje, tem um problema muito sério, que tem muitas pessoas despercebidas e não ver. Criaram uma lei aí, que não pode reprovar o aluno. Tem que passar. Quer que passe ele sem saber. Chega lá no terceiro ano e não sabe nada. Aí fica uma pessoa sem conhecimento nenhum porque ele passou sem saber. Tem uma lei que eles criaram aí, que o aluno tem que fazer um trabalho no caderno lá, faz umas coisinhas lá, e tem que dar nota pra ele... Aí por isso que tem essa qualidade do estudo. Aí chega lá na frente e não tem conhecimento. É desse tipo que tem hoje no Brasil. Uns formados que não sabem nada (JOÃO BACUPARI).

A parte do governo, do político, eles tentam sempre manter a classe média e pobre sempre no poder deles. Porque eles cresceram e chegaram no mesmo patamar deles lá, aí eles vai ter o mesmo nível de conhecimento. Então muitas coisas que eles faz hoje, é porque a pessoa não conhece, não tem instrução. Eles falam e eles acreditam. Eles não têm como descobrir, mesmo, a verdade da coisa. Depois que ele descobrir a verdade como é que é... Não entra mais nessa conversinha mole (JOÃO BACUPARI).

O primeiro aspecto que nos chama a atenção no conjunto de depoimentos desta seção é a insatisfação que as pessoas entrevistadas expressaram em relação a normas, práticas e lógicas dominantes. Esse posicionamento crítico nos remete às reflexões de Maria Custódia Jorge Rocha, segundo a qual um dos indicativos de cidadania é o “questionamento da racionalidade dominante, da legalidade de algumas injustiças e da legitimidade de formas de dominação” (ROCHA, 2008, p. 1724).

Realistas ou fantasiosas, críticas ou condescendentes, profundas ou superficiais, o que não pode ser dito das elaborações das pessoas entrevistadas é que elas são descoladas da história e da condição de vida de quem as elaborou e proferiu. Quando analisaram a realidade do bairro, essas pessoas falaram com a autoridade de quem expõe as marcas que trazem nos seus próprios corpos, revelando, por vezes, memórias que impressionam pela aspereza e dramaticidade, como a morte por falta de assistência

médica adequada da enteada de João Araçá ou a morte por complicações pós-parto de uma jovem senhora da Igreja por ele liderada; o atropelamento por uma viatura policial da filha de Maria Mangaba ou a morte por atropelamento do filho de João Murici, acidentes ocorridos no mesmo local e, segundo eles, pelo mesmo motivo que era a falta de uma rotatória; e a morte por assassinato de três filhos de Maria Macaúba, com idades entre 18 e 21 anos, no intervalo de dois anos:

Esses tempo pra trás mesmo, uma enteada minha tava em tratamento e arruinou de uma hora pra outra. Ela tinha recebido alta e arruinou de uma hora pra outra e a gente lutou de todas as formas pra ver se conseguia. Quando conseguiu uma viatura lá do corpo de bombeiro pra vim buscar ela aqui, já foi quase passando da hora como, de fato, ela chegou a falecer. Veio a falecer. E se às vezes, se tivesse uma condução pra, por exemplo, poder... fazer um transporte na hora certa que precisava, poderia ter evitado, não poderia? Porque tem, muitas vezes, doença que, às vezes, se cuidar na hora, correr na hora, ainda consegue ainda, né? (JOÃO ARAÇÁ).

Morreu assim, mesmo que nem um passarinzim... Morreu nos meus braços. E o outro... também morreu aqui dentro de casa... é! Morreu aqui dentro de casa mesmo! Porque levaram ele daqui... Pra mim ele já foi morto! Também morreu no meu colo. Só o outro que mataram ele e vieram avisar e, quando eu chego lá, já tava morto. (Pausa, baixando a voz) Eu vou fala pra você: eu nunca no mundo... Num gosto nem de falar. Mas é uma dor que tá preservada por dentro de mim... E essa dor só Deus pode tirar do meu coração! (MARIA MACAÚBA).

Além desses, outros relatos foram ouvidos, descrevendo a delicada convivência dos moradores com o tráfico de droga, os esforços pessoais para superar o analfabetismo, entre outras dificuldades compartilhadas pelos moradores do Jardim Nova Goiânia. Para o enfrentamento dessas dificuldades, além dos complexos movimentos de aproximações e afastamentos das estruturas sistêmicas de poder, a comunidade criou não menos complexas relações, iniciativas, organizações e mecanismo de interações entre os próprios moradores, sobre os quais nos deteremos a seguir.

4.3 Construção de ambiente solidário e favorável a debates e deliberações

Quando indagamos as pessoas participantes desta pesquisa a respeito da existência de espaços para realização de atividades coletivas, de pessoas ou grupos que elas consideravam que atuam para trazer algum benefício para a população, a resposta inicial foi sempre negativa. Se as entrevistas durassem apenas 15 minutos, sairíamos do bairro certos de que ali não há espaços de solicialização, não há práticas de solidariedade e muito menos oportunidade de debate de questões de interesse da coletividade.

Ao longo da conversa, entretanto, grupos e pessoas foram citados, donde desconfiamos que os entrevistados tinham uma imagem idealizada sobre o que seria uma pessoa ou grupo atuante ou, talvez, que a negação da existência tenha o sentido de não reconhecer o trabalho feito e de não conferir credibilidade àquelas lideranças e organizações.

Agrupamos as respostas obtidas em três blocos, de acordo com as características dominantes dos grupos quanto ao papel que exercem na comunidade para o fortalecimento da cidadania dos moradores. O primeiro grupo destaca-se pela prática de ações solidárias, com o complicador de serem demasiadamente próximos às ações do Estado; o segundo grupo não se mistura com o Estado, mas parece pouco capaz de lidar com as diferenças e promover integração para além das suas próprias fronteiras; e o terceiro grupo, mesmo com fragilidades, apresenta uma quantidade maior de elementos para a constituição de um ambiente plural, favorável ao debate e interessado no bem comum ou no interesse público.

4.3.1 Iniciativas sob risco de cooptação e isolamento

Dois dos grupos citados, com os quais iniciamos essa seção, são o Programa de Saúde da Família e o Sacolão Popular que, além de serem pouco citados, têm em comum uma ligação orgânica com o poder público municipal. O Programa de Saúde da Família é organizado a partir de equipes micro-regionais, compostas por um médico, um dentista, uma enfermeira, que é a coordenadora da micro-região, e um grupo de Agentes de Saúde da Família, ASF. No caso de Senador Canedo, os ASF são contratados por concurso público, desde que preencham o requisito de morarem há pelo menos dois anos no bairro e, inclusive, na quadra onde desenvolverá as suas atividades.

Excluído o grupo focal realizado com as ASF do Jardim Nova Goiânia, durante as demais atividades desta pesquisa o Programa de Saúde da Família foi citado apenas por uma pessoa, como um dos grupos que fazem trabalho assistencial na comunidade:

Nós, ó, temos conhecimento que tem agentes de saúde, né, agente de saúde, que vão nas casas, né, e tá sempre informando os postinhos, com uma ficha, né, que a gente tem, que eles levam pro postinho, sobre pressão arterial, diabetes, essas coisas toda, né?! Agora, se tem uma pessoa que faz o controle não chegou aqui em casa ainda não. Nós ainda não temos esse conhecimento. Pela minha área aqui é a Maria Angelim. [...] Ela tá sempre aqui procurando, como que tá as famílias, então isso é muito bom (MARIA IPÉ).

Durante o grupo focal com as ASF, perguntamos qual a opinião delas a respeito do fato das pessoas entrevistadas não terem citado o Programa de Saúde da Família entre as entidades que trazem benefícios para a população. Entre risos, brincadeira e falas sérias, as ASF manifestaram desapontamento e algumas possíveis explicações para esse fato, como apresentaremos, a seguir, na seqüência como a conversa se deu:

Pesquisador - Por que vocês acham que as pessoas não lembraram?
(pausa, seguida de risos)

Maria Angelim - Ingratidão.

Várias - Ingratidão.

Maria Buriti - Nossa!...

Maria Angelim - Mas a gente está acostumada com isso...

Pesquisador - Não, não vão bater no pessoal...

Maria Buriti - O Agente de Saúde, eu considero assim: o Agente de Saúde ele é a raiz. E aonde que dá firmeza na árvore? Não é a raiz?

Pesquisador - Ah...

Maria Buriti - A raiz fica por debaixo da terra, ninguém vê.

Maria Angelim - Ninguém vê... (risos)

Maria Buriti - Somos consideradas como a raiz. Somos o sustento. Porque assim... Quando você vê uma reunião com o Prefeito, eles colocam o Agente de Saúde como se fosse a flor. Mas na realidade nós somos a raiz. Porque nós deveríamos ser a primeira da...

Maria Angelim - Pirâmide...

Maria Buriti - Da pirâmide. Nós deveríamos ser a primeira, mas somos a última. Ficamos lá enterrados.

Pesquisador - Mas explica melhor: não estou conseguindo entender.

Maria Buriti - Assim: porque tudo da Saúde, nós é que caçamos a informação. Por exemplo, quando precisam de uma informação, é o Agente de Saúde que tem. Quantos hipertensos tem? É o Agente de Saúde que sabe. O nosso consolidado anual de família não bateu com o do IBGE... Porque o nosso é preciso. Nós estamos ali de casa em casa todos os dias. Nós sabemos quantos diabéticos tem, quantos hipertensos, quantas gestantes, quantas crianças menores de dois anos, quantos recém-nascidos num mês. Então essa informação nós passamos todos os dias. Então, não deveríamos ser a última peça da pirâmide. A flor, né? Mas nós somos a raiz. Nem a comunidade vê a gente.
(muitos risos)

Maria Buriti - Não é? Fica meia hora no sol quente, esperando a pessoa abrir a porta, insistindo. Fica meia hora esperando para entregar um encaminhamento. Lembra: "Oh, tem consulta"; "Oh, tem que fazer isso"...

Maria Jatobá - Tem gente que a gente visita há três, quatro anos e nem sabe o nome da gente.

Várias - É verdade.

Maria Jatobá - É verdade. Eu sinto assim... uma tristeza.

Maria Angelim - Enquanto nós temos 500 pessoas e lembramos da maioria...

Maria Jatobá - Sabemos até o nome dos cachorros...
(risos)

Maria Angelim - É verdade... Se você perguntar quem mora na quadra tal, lote tal, eu te falo o nome das pessoas todas. E aí chega lá na Secretaria pra marcar um exame: "Qual é nome de sua Agente de Saúde?" "Ah, não sei...".

Maria Jatobá - "É aquela gordinha" (risos)

Maria Angelim - Mas, aí é que tá: não tem só eu de gordinha... Então, eu sou a privilegiada... (risos)

Maria Angelim - Mas realmente... A gente brinca, mas...

Maria Buriti - A gente brinca, mas igual, sou uma das primeiras Agentes de Saúde. Quando começou o Programa, quando eu entrei, nem era PSF, era PAS... E tô acostumada com isso... Às vezes você chega na casa... quando você chega, igual agora, no PSF, tem uma visita domiciliar com um médico, um psiquiatra. Quando você chega lá eles falam: "Nossa! Quanto tempo você não vem aqui!"

Pesquisador - Na frente do médico e da enfermeira...

Maria Buriti - Na frente dos médicos e dos enfermeiros. Aí te desautoriza, porque você esteve lá na semana passada! Então é uma coisa...

Pesquisador - Entrega vocês...

Maria Angelim - Na realidade, nem entrega. Porque às vezes tem uma semana... Alguns dias e é "você sumiu!"

Maria Jatobá - Mas é no sentido de passar todos os dias, toda semana.

Maria Buriti - Aí eu falo: "Sumiu como?" Então é assim... Nosso trabalho é um trabalho de formiguinha, que é pouquinho. Mas na realidade, se você for olhar é muito. O trabalho do Agente de Saúde é muito importante. Então... Qualquer informação que a Secretaria de Saúde ou o Prefeito precisar a gente tem tudo.

Pesquisador - Minha surpresa na verdade foi não ter sido mencionado. Porque eu entendo a importância do trabalho. Na verdade eu queria escutar isso mesmo... Não dizer... Mas o que vocês acham sobre o que se passa com as pessoas na hora em que a gente pergunta, assim, sobre

quem são os grupos que fazem algum bem na comunidade, elas não lembram...

Maria Jatobá - Mas você está nos ajudando, porque agora nós vamos frisar esse ponto aí, para eles lembrar de nós.

Maria Angelim - Mas é interessante! Porque nem nós mesmas citamos nós mesmas aqui na entrevista.

Maria Jatobá - É verdade!

Maria Angelim - Só depois que ele falou é que nós fomos acordar, que nós também fazemos esse trabalho de ajuda. Gostei!

Para a pesquisa que estamos fazendo, é importante destacar a tensão existente entre ASF e moradores, que se deve, muito provavelmente, à posição ambígua do ASF que é alguém da comunidade e que, ao mesmo tempo, é a face mais visível do Sistema de Saúde do município e do país. Como tal, cabe ao ASF cumprir o papel de quem visita, conversa, orienta e cuida dos moradores e, outras vezes, ser aquele que proibir o acesso às raras oportunidades de atendimento médico e odontológico no posto médico da região.

Chama também a atenção o fato dos ASF não terem incluído os seus próprios nomes na lista dos que fazem “bem” à comunidade. Isso pode ser reflexo de pura modéstia, como também pode indicar que eles se sentem apenas colegas de trabalho e não membros de um grupo cuja missão seja participar do movimento pela construção de melhores condições de vida para a população. Nesse sentido, ser ASF pode representar uma maneira de ganhar a vida, que é legítima, mas é pouco para quem pretender gozar do reconhecimento dos moradores.

As ASF ouvidas nesta pesquisa, entretanto, descreveram o trabalho que fazem como algo que transcende as relações do mundo do trabalho, como fica evidente em falas de Maria Mutamba, em dois momentos distintos, que, curiosamente, era a participante menos ativa do grupo focal, até que foram postas em discussão as tensões da relação ASF e comunidade:

O mais interessante na comunidade, pra mim é uma gratificação boa, é a confiança que eles têm na gente. Porque tem coisa que a gente sabe, as meninas também sabem, que o pai ou a mãe não sabe, e a gente vai dar orientação. Porque o pai e a mãe não falam ou não sabem. [...] E as pessoas chegam e contam pra gente as coisas. E a gente tem aquela ética de sair da casa e acabou. O que eu ouvi numa casa eu não vou contar pra Maria Buriti. Porque cada uma tem o seu trabalho individual (MARIA MUTAMBA).

O Agente de Saúde como um todo, sei lá, de nós aqui, de nosso grupinho, cada pessoa faz o que gosta. Nem todos faz o que gosta, né. Vamos dizer assim... Eu particularmente sou Agente de Saúde há nove anos e gosto

demais de fazer o que eu faço. É muito gratificante a gente chegar numa casa, a pessoa tá triste, tá chorando, tá com problema... E a gente sai de lá, pelo fato de a gente tá lá, conversando, ficar um tempo com aquela pessoa, quando a gente sai de lá a pessoa tá sorrindo. A gente sai muito bem de lá. Às vezes a gente não ajuda com... A pessoa quer dinheiro, mas a gente não tem dinheiro pra dar. Mas a gente conversar com a pessoa ajuda demais. Às vezes a pessoa precisa só de uma conversa. E a gente ajuda. E a pessoa fala: "Você foi muito importante"... Mas nós somos importantes! Às vezes a gente não somos importantes para um grupo, mas tem gente muito carente de conversa. Carente de orientações. E a gente tá lá sempre, todos os dias, para estar ajudando. É muito gratificante. E a gente faz o que a gente gosta. Nem sempre as pessoas vêem isso (MARIA MUTAMBA).

Assim como o Programa Saúde da Família, o Sacolão Popular é uma iniciativa que articula recursos do poder público municipal, com participação, nesse caso voluntária, de pessoas da comunidade. Maria Macaúba é uma dessas voluntárias que nas quintas-feiras de cada semana passa o dia no Ceasa de Goiânia, coletando frutas, hortaliças e verduras doadas pelos comerciantes. A Prefeitura de Senador Canedo oferece uniforme e crachá para os voluntários, e faz o transporte deles e dos alimentos recolhidos. Tudo o mais é feito pelos próprios moradores. Quando retornam do Ceasa, o primeiro trabalho das pessoas voluntárias é a triagem dos alimentos, descartando o que não tem condição de uso. Depois é feita a partição dos alimentos para as pessoas que no final da tarde se aglomeram na frente da casa de Maria Macaúba:

É um dia inteiro trabalhando. É corrido. É corrido e eu, de qualquer maneira, eu tenho que ir, porque lá fora é eu mesma que comando o meu. Porque eu ando daqui, eu ando acolá e eu tenho que dar conta de tudo, né? [...] É difícil. Só que teve umas três semanas, teve uns feriados, teve uns trem atrapalhado, eu não sei de que, deles lá, né? Nós ia mas, chegava lá, não arrumava nada. Ficava numa dó. Chegava e ficava um monte de gente esperando. Aí eu só virava, "eu sinto muito", porque não vem nada. A primeira vez veio dez caixas. Da outra vez não veio nem três [...]. Aí eu também já cheguei, já fui falando. O caminhão apareceu também, viram as caixas tudo vazia. Aí só pegaram a sacolinha e voltaram. E a... ainda ficou insistindo achando que tinha e eu não queria dar, porque isso não acontece. Pode ser o último, mais fácil eu ficar sem. Aí, botei cada qual um pouquinho sacola, que tinha de um. Mas só sei que deu umas cinco sacolinhas. Aí elas foram embora, aí ficou. Aí na outra semana em diante, já fui trazendo mais. Aí graças a Deus, desse dia pra cá, chega aqui em casa, o caminhão vem cheio, quarenta caixas trago tudo cheio (MARIA MACAÚBA).

Dois aspectos chamam a atenção na conversa com Maria Macaúba: o primeiro é que ela é, a uma só vez, agente e destinatária da ação, o que propicia a instalação de desconfianças de outras pessoas atendidas pelo Sacolão Popular a respeito da justiça com que os alimentos coletados estariam sendo distribuídos. O segundo aspecto, presente em outro momento da conversa, diz respeito à possível instrumentalização

dessa atividade por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social, Semuds, insinuada por uma fala de Maria Mutamba a respeito de sacolas com a logomarca da administração Vanderlan Vieira que foram recolhidas por ocasião da campanha eleitoral:

Pesquisador - Mas como que é esse saco? É um saco que quem que dá pra senhora? Eu não entendi.

Maria Macaúba - É um saco que sempre a gente pega lá com a pessoa e traz...

Pesquisador - Lá no Ceasa...

Maria Macaúba - Não. Aqui na prefeitura. Ele dava o saco, mas devido ter entrado a política, aí eles tiraram o saco, pra num dizer que a gente tava...

Pesquisador - Fazendo campanha...

Maria Macaúba - É. Aí eles tiraram o saco. Aí já eu tinha dado os saco tudinho. Tavam novinho. Aí tive de pegar tudo de volta.

Pesquisador - Puxa vida...

Maria Macaúba - Aí peguei e dei outro saco branquinho, limpinho, sabe? Sem letra nenhuma. Aí organizei eles tudinho, porque você sabe que quando entra no tempo da política, tudo inventa uma história daqui, outra dacolá, né?

O cuidado que “mandaram” Maria Macaúba ter, obrigando a voluntária inclusive a recolher sacos já doados, parece ser uma preocupação exclusivamente focada em não fornecer elementos para um questionamento do ponto de vista da Legislação Eleitoral. Parece não haver questionamento sobre a moralidade de carimbar a logomarca da administração municipal em uma ação tão predominantemente realizada com base na ação voluntária de moradores. Tampouco se questiona a prática em si das doações em plena campanha eleitoral. O problema todo parece residir em não dar munção para futuros processos por compra de voto e não a compra de votos em si (na hipótese de que alguém vote no prefeito por que ganha alimentos inadequados para o comércio e que são transportados em carros do município...).

Em conversa com Delzira Meireles do Nascimento, Coordenadora do Sacolão Popular, funcionária comissionada da Semuds, ficou reforçada a sensação de instrumentalização da prática voluntária para fins políticos. A coordenadora não soube informar a origem do projeto, mas afirmou, sem muita convicção, que as pessoas sempre teriam ido ao Ceasa coletar alimentos com recursos próprios, inclusive de transporte, e o que a administração Vanderlan Vieira teria feito era dar uma “estrutura” para essa prática: crachá e avental para as pessoas voluntárias; uma kombi para transportar, a cada dia,

três voluntários de cada comunidade beneficiado pelo projeto; caminhão para buscar as 140 caixas usadas para coleta e transporte dos alimentos; e sacos de plástico resistente para acondicionar os produtos recebidos e triados.

No relatório anual sobre o alcance do Sacolão Popular, apresentado pela coordenadora como o instrumento a ser consolidado no conjunto de ações da Semuds em 2008, chama a atenção os números grandiosos de famílias atendidas e a quantidade de alimento que teria sido distribuído. Os números, porém, são absolutamente inconsistentes, uma vez que não há nenhum rigor no cadastramento das famílias, nem na coleta e distribuição de alimentos. Delzira sabe que 16 bairros são atendidos e tudo o mais são estimativas: cerca de 70 famílias seriam atendidas em cada bairro; cada família teria 5 pessoas; cada semana seriam doados 7kg de alimentos para cada família.

Do ponto de vista de reconhecimento por parte das pessoas que moram no Jardim Nova Goiânia e que foram ouvidas nesta pesquisa, o Sacolão Popular foi pouco lembrado, tendo sido citado apenas por duas pessoas entrevistada, além de Maria Macaúba que atua no projeto. Maria Angelim deu notícias mais precisas e João Araçá falou de um “negócio dumas verduras”, mas como algo desativado:

Tem até o projeto que busca verdura no Ceasa e que, às quintas-feiras, são feitas a distribuição. Tem aquelas famílias que são cadastradas né, procura... até tem uma pessoa aqui nessa quadra onde é feita a distribuição tá, na quadra k. Vai, pega a coleta e aí coloca lá e vai fazendo a cesta, no caso, e distribuindo (MARIA ANGELIM).

A gente via falar, esses tempo atrás aí, sobre negócio dumas verduras que eles trazia, lá do Ceasa pra repartir, depois nunca mais eu vi falar isso também. Que dizer, isso tudo faz parte do movimento do pessoal do bairro. [...] Tinha esse benefício aí. Agora, ultimamente nem sei como tá funcionando, se ainda existe, porque a gente não ouviu falar mais nada, né? E... então, o quê?, isso aí, assim como tem eu, tem muitos que nem sabe como tá a situação, né, é... do pessoal nesse sentido aí, porque tinha que ser mais esclarecido, não tinha? (JOÃO ARAÇÁ).

O curioso, ou trágico do ponto de vista de comunicação, é que a casa de João Araçá está na mesma quadra, praticamente fundo a fundo, com a casa de Maria Macaúba, local onde o Sacolão Popular distribui verduras para moradores a cada semana. Por longo tempo nos indagamos, e ainda agora, por que razão existe tão elevado nível de desinformação numa comunidade tão pequena.

Embora não tenhamos certezas absolutas, parece-nos que esse desconhecimento revela uma característica das interações sociais contemporâneas, que são cada vez menos influenciadas por aspectos geográficos, como vizinhança, por exemplo, e cada vez mais determinadas por questões de identidade, como sentir-se parte de um grupo,

compartilhar idéias e projetos de interesse comum. Nesse ponto entra o segundo grupo de organizações do Jardim Nova Goiânia mencionado pelas pessoas participantes desta pesquisa, que são os de natureza religiosa.

No mapeamento feito durante o grupo focal, as ASF identificaram pelo menos 7 igrejas no Jardim Nova Goiânia, todas elas evangélicas. Numa entrevista, foi relatada a existência de uma moradora que faz parte dos “Vicentinos” e um grupo, também católico, curiosamente nomeado por alguns de “grupo de oração” e imediatamente corrigido por outro participante como sendo um grupo de “CEBs”.

Do ponto de vista da discussão desta pesquisa, essa distinção é significativa, uma vez que as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, estão ligadas a um modelo de igreja que articula oração com intervenção social, enquanto que a Renovação Carismática Católica (“grupos de oração”), grosso modo, são uma espécie de reação à direita, afastando os fiéis de tudo o que seja classificado como político ou mundano.

A controvérsia que apareceu na pesquisa, entretanto, engloba as igrejas como um todo e versa a respeito das ações praticadas por esse grupo em benefício da comunidade. Algumas pessoas entrevistadas respondem a essa pergunta afirmativamente e outras fazem o contrário:

Da igreja Católica. Então nosso grupo é ‘Grupo Familiar Maria do Rosário’. A gente faz o terço nas casas e depois a gente lê a palavra de Deus, a gente junta o nosso grupo e vamos conversar, uma conversa de comunidade. Ali onde a gente coloca também, além da oração, a gente coloca as coisas da... comunidade. [...] A gente vai onde a pessoa pede. Seja aqui bem na entrada do conjunto, seja lá no final. Se a pessoa falar assim: “Hoje eu quero que vá fazer oração lá em casa.” Ai a gente vai pra lá, lá na última rua, logo ali perto do Boa Vista, porque o Boa Vista tem pessoas também que faz trabalho pra lá, então a gente faz isso na Nova Goiânia. [...] A gente abrange o social e o espiritual (MARIA IPÊ).

Sempre tem alguém usando a palavra de Deus, a Bíblia, né, pra tá evangelizando, pra tá mostrando alguns pontos pra eles. Mas essas pessoas... Assim... Parece que elas ficam tão fechadas que, às vezes, parece que elas ouvem por educação. Porque eles também têm as restrições deles. É igual a Maria Jatobá falou: “A gente não desiste”. Um dia a semente nasce, né. Não desiste, não. Quando eu tenho oportunidade, eu to falando. Mas quando dá oportunidade pra falar. Quando eu vejo que não tá naquele dia, a gente deixa pra lá. Mas eu não vejo nesse sentido, não. Eu vejo que a igreja tá sempre ajudando. Igual lá na minha rua mesmo. É uma rua complicada porque tem vários traficantes, usuários. Mas sempre tem reunião religiosa, não só evangélica ou católica, carismática. Então, sempre tem, sabe? E às vezes as pessoas estão evangelizando com som, né. As casas... Porque tem muitos evangélicos na rua, apesar de ter os traficantes, os usuários, mas também tem muitas pessoas cristãs e colocam músicas. De uma forma ou de outra estão sempre evangelizando as pessoas (MARIA BURITI).

A igreja envolve só eles e eles e pronto! Isso aí eu tentei até buscar e larguei porque esse pessoal são um núcleo, só eles mesmo e pronto. Infelizmente a minha visão é essa! (MARIA MANGABA)

Comparado ao primeiro grupo de organizações (ASF e Sacolão Popular), analisado no viés da contribuição que aportam ao fortalecimento da cidadania na comunidade, as organizações religiosas avançam no sentido de terem uma atuação que não se confunde com as intervenções do Estado, além de fomentarem agregação de pessoas em torno de uma identidade comum. O que não fica muito claro é se essa agregação é suficientemente aberta ao diálogo com outros grupos existentes na comunidade ou se, como afirma Maria Mangaba, as organizações religiosas fomentam grupos auto-centrados que, portanto, não preencheria o importante requisito da ação comunicativa, que é a constituição de esferas públicas plurais (COSTA, 2002, p. 27; ARENDT, 1987, p. 188).

Embora determinada e muito criativa, a atuação das igrejas, especialmente a partir do relato de Maria Buriti, parece de natureza estratégica mais do que de inspiração democrático-deliberativa. As ações parecem focadas no crescimento das próprias igrejas e derivadas de um sentido estreito de evangelização como prática colonialista de compreender a diferença sempre como erro e a outra pessoa sempre como alguém a ser “salva” do que ela é, e a ser resgatado para o interior do grupo ao qual eu pertencço. Neste contexto, parece-nos bastante elucidativa e aplicável a reflexão que a professora Rousiley Maia faz a respeito do alcance limitado do debate em ambientes com esse perfil, para a construção de esferas em que o confronto de idéias é acolhido e valorizado:

Em ambientes privados (reuniões em casa, entre a família ou os amigos) ou semipúblicos (encontros entre colegas de trabalho, em igrejas, em bares, na vizinhança), o acesso à conversação é controlado pelos indivíduos e tem-se, geralmente, um número reduzido de perspectivas. Pesquisas empíricas têm demonstrado que as normas sociais podem regular a natureza das discussões, e assim, reduzir a probabilidade de os participantes se engajarem numa discussão abertamente contestatória (MAIA, 2008, p. 207).

Nas falas das pessoas ouvidas nesta pesquisa, apenas a Associação dos Moradores desponta, não sem contradições, como uma organização capaz de articular diferenças, gerar uma identidade que respeita diversidades e promover debates tanto dentro da comunidade, quanto da comunidade para com estruturas sistêmicas que confrontam o Jardim Nova Goiânia.

4.3.2 Memórias e desejos orientados ao associativismo crítico

Se a “invasão” foi o fato desencadeador do crescimento do Jardim Nova Goiânia, a luta pela permanência no bairro e pela regularização da posse da terra está na origem da Associação de Moradores. Em 2001, 23 anos após a criação do loteamento Jardim Nova Goiânia, foi aberto um processo de reintegração de posse na Comarca de Senador Canedo, contra os “invasores”. Desse processo há poucas e fragmentadas notícias. Na Escrivania Criminal e de Fazendas Públicas do Fórum de Senador Canedo encontramos um segundo processo sobre o mesmo assunto, de número 200202635184, desta feita movido pelo Município de Senador Canedo contra a Barro Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda, através dos espólios de seus sócios falecidos. Na quarta das mais de 100 páginas deste processo, menciona-se o processo original da rusga jurídica, porém, indicando apenas o número dos autos (241/2001), informação insuficiente para localizar o processo nos arquivos do Fórum de Senador Canedo.

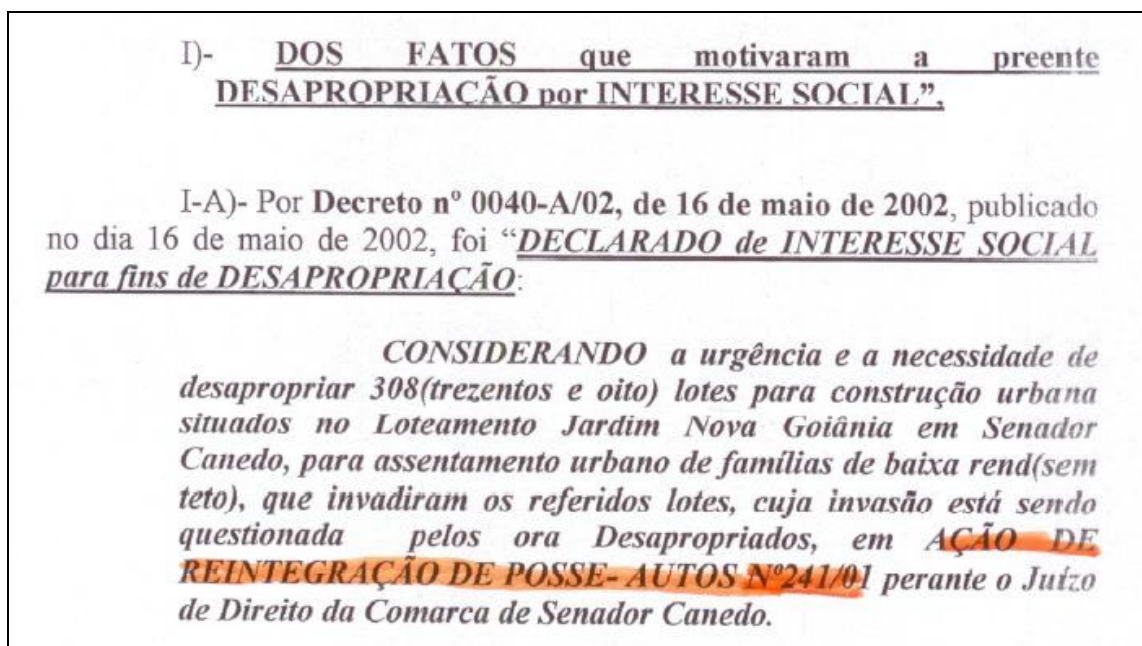


Ilustração 17: Trecho do processo de desapropriação do Jardim Nova Goiânia
Fonte: Escrivania Criminal e de Fazendas Públicas do Fórum de Senador Canedo.

O conhecimento dos moradores sobre a tramitação do processo de reintegração de posse aconteceu quando já estava próxima a definição por parte do juiz, de uma ordem de despejo, segundo relataram participantes do grupo focal com ex-membros da Associação de Moradores. No relato, apresenta-se também como a Associação atuou em vista da solução do caso:

João Bacupari - Tem um fato, muito importante, sobre a Associação. É de uma invasão de lote, que teve de uma imobiliária ai. Se não fosse através da Associação a gente não tinha descoberto esse problema que tava acontecendo. Que ia até o despejo do setor aqui. Então, através da Associação, de colegas da gente, que sabia que a gente tinha a Associação, que viu um homem lá e veio e comunicou com nós. E já tava no prazo assim... Uma semana só pra o juiz bater o martelo lá. Aí que nós juntou, o João Gueiroba aí, o advogado e correu lá. [...]

João Murici - Nós ficamos sabendo numa sexta-feira, na segunda era pra ter o despejo já. Que ficou sabendo, né. Que o juiz tava dando que na segunda-feira era o último prazo pra recorrer, né. Na segunda-feira... Na sexta-feira... sabendo que na segunda-feira era o último prazo pra recorrer, se não ia ter despejo.

Pesquisador - No caso, essa ordem de despejo era um processo movido pela imobiliária?

João Murici - É pela Imobiliária. A Imobiliária fez um levantamento aqui e jogou os lotes tudo como se fosse invasão [...]. Realmente tinha muito que era invadido, ne, mas a maioria não era invadido, era comprada. Tinha documentação, ne, (...) aqui mesmo tava no meio, como invasão. [...]

Pesquisador - E como é que você foi conduzido esse caso?

João Murici - Nesse caso aí, o Cosme tinha uma amiga dele que era advogada. Rapidamente o Cosme foi lá e buscou ela, né?

João Gueiroba - A importância da Associação é isso aí, né? Vamos lembrar agora. A importância da Associação. A doutora fez por bem, viu que a sociedade tava reunida e fez coletiva. Fez barato, né, fez 10 reais, né?

Vários - 10 reais de cada um...

Pesquisador - Uma ação coletiva...

João Gueiroba - Tá vendo a importância da Associação?

O temido despejo em massa não aconteceu, mas a solução definitiva do problema da regularização dos lotes do Jardim Nova Goiânia, em 2009, ainda parece como algo distante de se concretizar para a maioria dos moradores. Uma série de passos para o andamento do assunto está documentada no processo da já mencionada Ação de Desapropriação, nessa seqüência cronológica:

- 06/05/2002 – Assistente Social, Coracilde da Silva (CRESS 904 OR 19 Região) emite parecer advertindo que a não regularização da situação dos moradores de 308 lotes do Jardim Nova Goiânia “causará grande problema social”.

- 13/05/2002 – Prefeito de Senador Canedo, Divino Lemes, assina o decreto 133A/02, criando Comissão Especial de Avaliação de Bens, “com a finalidade de proceder avaliações de bens imóveis em geral com objetivos tributários, fiscais”.
- 14/05/2002 – A Comissão Especial de Avaliação de Bens, composta por Gilberto Tavares, Adevan de Jesus Morais e José Simão Serafim emitem laudo, avaliando cada um dos 308 lotes do Jardim Nova Goiânia no valor de R\$ 1.000,00.
- 16/05/2002 – O Prefeito Divino Lemes assina o Decreto 0040-A, declarando “de interesse social para efeito de desapropriação, 308 lotes do Jardim Nova Goiânia”.
- 27/08/2002 – Prefeitura Municipal protocola Ação de Desapropriação.
- 05/09/2002 – Procurador da Barro Preto Empreendimentos Imobiliários Ltda, Dr. Rogério Curado Gondin de Aquino (OAB/GO 20.129) protocola aceitação por parte dos herdeiros do valor proposto pela Prefeitura de Senador Canedo.
- 08/10/2002 – Promotor de Justiça, Dr. Glauber Rocha Soares, manifesta concordância do Ministério Público ao acordo celebrado.
- 27/11/2002 – O Juiz de Direito, Dr. Fernando Ribeiro de Oliveira, homologa o acordo.
- 31/01/2008 – Após 6 anos, Aline Vieira Tomás, Juíza Substituta, assina sentença determinando o arquivamento dos “autos com as devidas baixas”.

Nesse meio tempo, Divino Lemes, às vésperas das eleições de 2004, sancionou a lei 1015/04, a 15 de julho daquele ano, autorizando a “formalizar definitivamente escrituras de doações de lotes já ocupados provisoriamente por beneficiários da Ação de Desapropriação por Interesse Social”, conforme relação específica de proprietários de lotes do Jardim Nova Goiânia. Assunto encerrado? Longe disso: entre o início do processo em 2002 e a doação dos por parte da prefeitura, em 2004, muitos lotes foram vendidos apenas com contrato de compromisso de compra e venda.

A importância da desapropriação por parte da prefeitura é que, assim, aqueles lotes não escriturados, porque foram ocupados irregularmente ou por terem sido comprados a prestação, foram preservados do risco de ser incluídos na massa falida da Imobiliária. Como a doação foi nominal, porém, e a escrituração dependia do proprietário assumir os custos cartoriais, até hoje muitos lotes não podem ser escriturados:

Pra comprar um lote aqui tem que saber comprar. Porque de repente você compra um lote hoje, amanhã aparece o dono. Aqui pra comprar tá difícil. Porque quando eu fui comprar o meu também foi muito difícil encontrar um que tivesse documento, certinho, registrado em cartório. Pra combinar ir lá no cartório e fazer escritura. Porque até então, quando você ia no cartório, que pegava, ia no cartório não era daquele dono. É de outra pessoa. Então é difícil comprar lote aqui. Comprar um lote com documento que você pode ir lá e transferir (MARIA BURITI).

A participação da população e da Associação dos Moradores no enfrentamento do problema da regularização fundiária e de outros não é documentada, tendo registro apenas na memória e na tradição oral sendo, por isso, sempre passível de controvérsias. Alguns moradores ouvidos afirmaram, por exemplo, que as melhorias realizadas na comunidade foram fruto de ação do poder público, sem qualquer mobilização dos moradores. A maioria, entretanto, fez uma lista bastante ampla de assuntos e formas criativas como a população atuou para conquistar as melhorias do bairro:

A gente fazia reunião e aí convidava ele [o prefeito]. E sempre a gente tocava no assunto de creche e posto de saúde. Nós chegamos uma vez pedir pro prefeito Divino Lemes, depois pro prefeito Vanderlan e ele disse que ia fazer... (MARIA IPÊ).

[As coisas foram sendo conquistadas] a pedido dos moradores, né? As pessoas sentiram necessidade do colégio foi preciso pedir porque a Secretaria de Educação muitas vezes não tava nem lembrando ou sabendo se tinha necessidade (JOÃO PEQUI).

O padre José, que se envolveu muito, né. Devido a esses acidentes. Então eles se envolveram muito, né. E fizeram passeatas. Até que conseguimos esse trabalho aí, da rotatória (MARIA IPÊ).

Na realidade eu me lembro que, parece-me que, era o presidente da associação, mesmo, que na época saiu de casa em casa, mesmo, e pedindo a colaboração dos moradores e explicando, assim, o benefício que a escola traria para o nosso bairro, né. Os nossos filhos até então, os meus não, mas já tinha muitas crianças que saía daqui pra estudar em outros bairros, né. Então assim eles saíram de casa em casa e mostrando mesmo pra nós como seria bom a gente ter a escola próximo de casa, pros nossos filhos e também em questão de valorização. A gente sabe que tudo que vem, principalmente nesse sentido, vai valorizar o nosso setor né. Então foi feito esse trabalho. Até eu participei, tem minha assinatura lá (MARIA ANGELIM).

Tinha a área pra fazer a escola, trouxeram material, colocaram... De repente, pegaram, tirou o material pra fazer escola em outro bairro. Então o pessoal da associação, na época, fez um abaixo assinado, porque já tinha a área, tava tudo preparado pra fazer a escola e eles vieram, simplesmente, tiraram o material e levaram pra outro lugar. Houve essa manifestação pra escola (MARIA ANGELIM).

Fazia ofício pedindo...ajuda, pedindo, especificava, né, o que que a gente precisava, o que a gente queria e... Às vezes era ouvido, às vezes não (MARIA MANGABA).

Quando o Prefeito tava falando aqui, pedindo voto, eu falei: "Não, oh, precisamos de uma vaga lá [...], precisamos fazer pós-graduação, fazer mestrado, dá um jeito aí" (risos) (MARIA IPÊ).

Além de reuniões, abaixo-assinados, ofícios e pedidos diretos a representantes do poder público, os moradores também manifestam suas reivindicações em todos os espaços compartilhados pela população, na relação entre moradores e destes com funcionários de equipamentos públicos, entre outros, como relatou Maria Angelim, sobre a maneira que a população expressa seus desejos e vontades:

Ela faz na comunidade mesmo. É como diz, eles mostram a insatisfação em grupinhos de amigos reunidos, é numa oportunidade que tem de conversar com o agente de saúde ou com o médico, com alguém assim eles expõem mesmo o desejo. Vamos dizer, não entra muito, assim, eu não sei como é que funciona cem por cento a associação, igual eu te falei que eu nem sei se está tendo né por esses dias a associação... Mas assim a gente vê mais é a comunidade mesmo, são comentários que surgem sabe assim sempre, sempre nas conversas (MARIA ANGELIM).

Esse conjunto de pequenas iniciativas relatadas pelas pessoas entrevistadas a respeito do Jardim Nova Goiânia nos remete ao que Sérgio Costa define como uma das tarefas das organizações da sociedade civil que é levar ao sistema político as anseios difusos da comunidade (COSTA, 2002, p. 36). Outra tarefa dessas organizações, também analisada por Costa, diz respeito à forma como a organização comunitária se dá. A questão é saber até que ponto a comunidade é capaz de enraizar nas práticas cotidianas os valores democráticos. Neste sentido, percebemos a existência de tensões reveladas em memórias de lutas realizadas comunitariamente, em contraste com relatos bastante personalistas e ações isoladas de algumas lideranças, sem falar no excessivo destaque dado à figura do presidente de bairro, em detrimento da coletividade.

Maria Mangaba, a terceira e mais recente presidente da Associação de Moradores, fez diversas colocações que denotam o exercício de um modelo de liderança que não apenas não questiona quanto reproduz na comunidade as clássicas estruturas de dominação:

Outro dia até me surpreendi, com uma pessoa, uma determinada pessoa chegou em mim e disse "Maria Mangaba, eu vejo que Nova Goiânia tem um nome: esse colégio aí não devia chamar Celina Amaral"... Eu disse: "Mas porque cê fala isso?" "Que esse colégio devia ter seu nome! Porque dentro do nosso setor quem deu apoio, quem ajudou, quem... quem corria atrás da coisa aqui na época da invasão, quem fez o que fez pelo povo daqui foi você e esse colégio tá aqui, porque foi você que tomou iniciativa e fez esse colégio! Você não fez comprando material e buscando mão-de-obra, você fez acontecer o colégio aqui dentro. Que eu lembro do abaixo-assinado você na feira, cercando um a um, pedindo pra assinar esse papel e hoje quem leva a fama é Da Mata, quem leva a fama é fulano, é cicrano." E eu falei: "Não, mas pra mim isso não importa, não. Eu não quero fama, não. O que eu queria era só esse progresso (MARIA MANGABA).

A gente sabia da necessidade que tinha a população. Então eu tava sempre ali presente, ajudando... Nunca fui pública, nunca trabalhei em prefeitura, mas sempre tive o dom de ajudar as pessoas. Suponhamos: eu chegava numa determinada casa, a pessoa tava passando fome, tava passando necessidade...que que eu fazia na época? Saía pedindo de casa em casa! (MARIA MANGABA).

Na realidade esse bairro veio a crescer de noventa e cinco, noventa e sete pra cá, né, com a chegada dessa invasão, e com a minha... a minha loucura de entrar na política, né? Eu andei no prefeito, mostrando a necessidade do setor, de casa em casa, de barraco de lona em barraco de lona, mostrando a situação do setor e pedi a ele, encarecidamente, em nome desse povo aqui, que ele, ao ganhar, ao ser eleito, desse prioridade ao nosso setor, pra gente, junto, tá mudando a situação do setor. Aí quando ele ganhou a eleição e tomou posse, com menos de um mês, ele fez essa transformação no setor (MARIA MANGABA).

Me botaram vice, vice do João. E... com essa história de ser vice, registrou, fez tudo do jeito normal, cartório e tudo, mas o povo não se contentou; não aceitavam o João. Ficou aquela historia... O João é uma pessoa maravilhosa, um excelente cidadão, um pai de família, um ótimo vizinho, só que ele ficava parado, estacionado, ele não fazia nada acontecer. Então tudo, eu como vice, eu tava fazendo tudo que ele como presidente teria que fazer. Então, resumo: pra mim não adiantou nada. Porque quem tava presidindo, quem tava buscando, correndo, tudo era eu! Aí o povo contrariou. Aí fizeram aqui uma reunião, a mesa da Associação, era componentes 12 pessoas, né, o grupo era formado por 12 pessoa, fizeram uma mesa redonda e chegaram à conclusão de que não, que passaria o João pra vice e eu pra presidência (MARIA MANGABA).

Eu não tenho intenção política, já fui candidata a vereadora aqui, fui por experiência pra ver o gosto de como ser uma liderança dentro da política. Eu acho, não vou dizer dessa água não bebo, desse pão não como, né? Porque a gente nunca sabe o amanhã, mas até aqui não tenho pretensões políticas (MARIA MANGABA).

Os relatos das demais pessoas que participaram da Associação de Moradores se distinguem radicalmente das memórias de Maria Mangaba, começando por uma opção de linguagem que não é casual. Enquanto Maria Mangaba apresentou-se como protagonista dos principais acontecimentos do Jardim Nova Goiânia, as demais pessoas atribuíram essas conquistas a um “nós”, que é a Associação de Moradores. E a lista das ações que fizeram juntos é bastante ampla: campanhas de saúde (ginecologista, dentista); mutirão de limpeza do bairro; linha de ônibus e rotatória; asfalto; iluminação; água; coleta de lixo, entre outras conquistas.

A relação com o poder político, segundo os relatos, nunca foi muito tranqüila, com muitas promessas não cumpridas. Nada tão intenso, porém, quando o confronto de Maria Mangaba com a ex-secretária de Desenvolvimento Social, Marcelita Manzi, durante a campanha eleitoral de 2008, num estilo bastante autoritário:

Maria Mangaba - Aqui dentro do setor, quando ela chegava aqui, eu tirava as reuniões dela daqui de dentro, porque o que ela fez foi muito covarde. Ela podia ter chegado e pedido apoio à associação que ela teria tido, ela não precisava fazer, usar o método que ela usou pra poder crescer... Então a gente bloqueou todas as portas pra ela desse setor, porque ela fez isso com esse jornalista.

Pesquisador - Como é que a senhora fazia isso? De bloquear as porta?

Maria Mangaba - Comunidade! O povo!...

Walderes - Como é que funciona, me explique?...

Maria Mangaba - Olha, eu tenho amizade muito grande aqui dentro, um carinho muito grande, todo mundo que eu, vamos supor, se eu chegar aqui numa casa... “olha, tá acontecendo isso, assim, assim, assim e, olha, não aceita a reunião dessa pessoa na sua casa! Eu tirei umas cinco reunião, dessa forma, dela aqui dentro... Tanto é que aqui dentro ela não fez uma reunião!

Essa militância de Maria Mangaba na política partidária, como candidata a vereadora em tempos passados e exercendo um tipo de liderança ao estilo coronelista, com autoridade para abrir ou fechar portas a outras pessoas, foi interpretada por algumas das pessoas ouvidas como a causa da atual desmobilização da Associação dos Moradores. Essa atitude nos remete à advertência feita pela professora Rousiley Maia (2008b, p. 214) de que nem toda associação está alinhada aos valores da cidadania deliberativa. Ao que parece, nem toda iniciativa realizada em nome da comunidade está motivada por interesses da coletividade. Algumas pessoas ouvidas nesta pesquisa, por exemplo, acusaram Maria Mangaba de ter usado a presidência da Associação de Moradores para interesses particulares:

Ela queria candidatar e aí ela pegou, acho que pra poder vê se ganhava voto em cima da Associação. E aí não conseguiu nada disso. E agora ela deixou o trem parado. Deixou o trem enferrujar (JOÃO BACUPARI).

Na sede da Associação tem dois meios: um de ajudar e outro de aproveitar. A nossa foi de ajudar. Porque aqui não tinha nada. Não tinha nada mesmo. Então ajudou! A gente arregaçou as mangas da camisa e falamos: “vamos fazer alguma coisa”. Aí fizemos. Agora é aproveitar o que tá acontecendo. É aproveitar. Largou a Associação (...). A Associação pode mais. A pessoa gosta de escorar na Associação para se candidatar (JOÃO GUEIROBA).

Essa crítica à situação atual da Associação de Moradores foi feita também por parte de moradores entrevistados e que nunca participaram diretamente da diretoria da organização. As críticas feitas à desmobilização atual, em certo sentido, revelam a importância que os moradores conferem à Associação de Moradores:

Olha é... eles têm assim um presidente de bairro aí, mas eu nunca vi ele, eu acho que ele num... é... pelo menos aqui pra mim, ele nunca... Eu nem sei quem é! Eu nunca me manifestei para eleger ele e nem tão pouco sei quem é ele (JOÃO GUAPEVA).

Houve assuntança aí de... assim, de trocar de presidente de bairro, essas coisa aí... Anteriormente era até uma moço que congrega com a gente aqui, o irmão João, ele era um dos presidente do bairro, né. Depois eu não sei em questão do que que foi, ele foi tirado aqui do bairro aqui, né? E ele era uma pessoa que fazia muito pelo povo aqui, interessada, corria atrás, que ele é funcionário da prefeitura, né. E tinha veículo, né, nas suas mãos que às vezes facilitava de fazer esse tipo de trabalho. Agora, eu não sei porque que foi tirado desse cargo. E ele era uma pessoa adequada que fazia o trabalho aí, assim que era bom para o povo [...] Eu vejo falar aí de uma mulher que é presidente do bairro aí, presidente desse movimento aí... Mas, eu num vejo trabalho dela nenhum (JOÃO ARAÇÁ).

Essa valorização da Associação de Moradores e a lamentação pelo fato dela não estar ativa no momento foi explicada em algumas falas que enfatizavam a importância de ter alguém que represente a coletividade e que enfrente as estruturas sistêmicas na defesa dos direitos da comunidade:

Às vezes não tem uma pessoa pra poder fazer frente nesses assunto aí, então... Dificulta dessa maneira aí, porque às vezes a pessoa que não tem atividade nenhuma, não tem uma voz ativa, chega lá fala, ninguém ouve. E se tivesse alguém, por exemplo, pra poder assumir a responsabilidade, como um presidente dos moradores do bairro, por exemplo... ia chegar lá e reclamar, exigir, reivindicar esse pobrema (JOÃO ARAÇÁ).

Se você, chegando em um político daqueles lá e falar: “Eu quero falar com Prefeito, eu sou o presidente da Associação dos moradores do Jardim Nova Goiânia”, já muda. Se você falar “sou morador do Jardim Nova Goiânia”, já é uma outra coisa. Porque se você for em nome da Associação do Nova Goiânia, eles vão te atender de uma maneira. Se você for como morador do Nova Goiânia vai ser de outra maneira. Vai ser atendido de outro jeito (JOÃO BARU).

Tudo isso, às vezes, é falta... falta das pessoa ser orientada às vezes até pra exigir, pra cobrar, por exemplo, do poder público, né. Que se num cobrar, eles fica à vontade, né. Então, quando tem alguém pra orientar, pra poder incentivar e instruir, as pessoa fica mais assim, né. Por que que no país dos primeiro mundo muita coisa é mais diferente daqui? Porque o povo cobra, o povo faz passeata, faz é... aquelas... reclamação, então o governo anda apertado. Mas aqui, o povo é muito comodado, tá aí, sofrendo debaixo do peso da carga e num reclama (JOÃO ARAÇÁ).

Pela sua natureza, as categorias de análise não encontram correspondência plena em nenhuma realidade verificável, entretanto, são parâmetros suficientes para, na análise de realidades historicamente constituídas, distinguir tendências, afastamentos e aproximações dos ideais que se pretende atingir. No contexto da discussão central desta pesquisa, consideramos que as experiências dos primeiros tempos em torno da

Associação de Moradores são as iniciativas que preenchem a maior quantidade de requisitos do que se descreve como esferas públicas, enquanto campos de ação instituinte de cidadania. Aquelas experiências nos remetem ao que Nuria Cunill Grau chama de associativismo crítico comprometido com o fortalecimento da democracia e também nos lembra a definição de cidadania formulada por Maria Cristina Mata, como capacidade de ser sujeito em todos os âmbitos que se constrói o poder.

Embora com fragilidades e contradições, enquanto funcionava a Associação de Moradores, parece-nos que a comunidade do Jardim Nova Goiânia dispunha de mais mecanismos para participar dos debates públicos e exigir moralidade do poder público. Talvez a comunidade também estivesse melhor equipada para confrontar estruturas sistêmicas do poder econômico como, por exemplo, as empresas instaladas no entorno do Jardim Nova Goiânia, como veremos, a seguir, no quinto e último capítulo desta dissertação.

5 PETROBRAS E COMUNIDADES: OCASO E DEVIR

Ao longo de todo esse trabalho, especialmente no primeiro capítulo, algumas reflexões foram sendo feitas a respeito do que seria esperado da conduta de uma empresa que pretende ser reconhecida como sendo social e ambientalmente responsável e, ao mesmo tempo, fomos suscitando a dúvida e gerando expectativas a respeito do que encontraríamos de evidências na relação da Petrobras com a comunidade do Jardim Nova Goiânia. Antes de disponibilizar os dados, organizados segundo as nossas opções e leituras, é necessário fazer algumas considerações.

A primeira delas é que, por ser estatal, a Petrobras é uma empresa que se distingue da maioria das organizações econômicas e, embora não tenhamos encontrado reflexões específicas sobre a responsabilidade social de empresas públicas ou de economia mista, são muito evidentes as particularidades desse tipo de organização econômica. O vínculo de uma empresa pública com o Estado é orgânico, sendo, em certos quesitos, impossível separar o que seriam decisões estratégicas tomadas pelos seus gestores daquilo que representa implementação de decisões tomadas em obediências às nem sempre muito claras regras dos jogos da política partidária.

Os altos escalões das companhias públicas, por exemplo, são definidos em decorrência de alianças estabelecidas entre os partidos que compõem a base do governo. No caso da Petrobras, a atual presidência coube a Sérgio Gabriele, que é um executivo de carreira na companhia, mas poderia também ser dada a alguém que viesse do campo político, como é o caso da presidência da Transpetro, subsidiária integral da Petrobras que ficou na quota de cargos do PMDB, sob a direção do senador cearense, Sérgio Machado.

E não são nada claras as regras para definir até onde os cargos são definidos por critérios predominantemente políticos e onde começam as funções determinadas por competência técnica. Tampouco são claras as fronteiras das diretrizes e condutas assumidas pela empresa estatal, diante de alguns impasses: a condução da crise com a Bolívia, por parte da Petrobras, seria a mesma se ela não fosse uma empresa do Governo Lula? As regras para patrocínio, como a criação do Programa Petrobras Fome Zero, encontra correspondência em outro tipo de empresa que não estatal?

Poderíamos desfiar um rosário de perguntas, passando pela forma como a auto-suficiência em petróleo e a descoberta dos campos do pré-sal foram anunciados, até as regras de composição do preço de combustíveis que ora são definidas em função de amortecer as oscilações do valor do barril de petróleo no mercado internacional, ora são determinadas em função das expectativas de arrecadação do governo para os sempre ascendentes gastos e investimentos públicos.

Sobre alguns aspectos não cabe pergunta sobre a natureza da decisão, porque os dados são demasiadamente explícitos e evidenciam não apenas que foi uma decisão política, quanto a cor da tendência política que a determinou. A política de “primeirização”, por exemplo, implementada no Sistema Petrobras sob o governo Lula, quebrou praticamente uma década sem concursos e promoveu a contratação de mais de 21 mil empregados, aprovados em concursos realizados entre 2002 e 2007 (PETROBRAS, 2008a, p. 26). Esse número representa uma completa inversão do processo de enxugamento pelo qual passava a estatal que, muitos dizem, estava sendo preparada para a privatização nos governos Collor, Sarney, Itamar e primeiro governo de FHC:



Ilustração 18: Evolução do Efetivo da Petrobras 1989/2008
Fonte: PETROBRAS, 2009¹⁸

A falta de clareza sobre o que é decisão técnica ou política torna mais complexa, mas não impede a análise da conduta de empresas estatais sob o prisma da responsabilidade social e ambiental e, sobretudo, não isenta essas empresas de terem uma conduta pautada pela moralidade pública. Ao contrário: as exigências para elas devem ser ainda mais severas, uma vez que são empresas cuja propriedade é,

¹⁸ Esse gráfico apresenta apenas os empregados da holding.

majoritariamente, do Estado, portanto, é patrimônio da coletividade dos brasileiros e das brasileiras. Ademais, o vértice que analisamos neste trabalho, as interações comunicativas empresa/comunidade, é premissa de responsabilidade social para qualquer tipo de empresa, portanto, adequada para a verificação da experiência da Petrobras junto à comunidade do Jardim Nova Goiânia.

As reflexões deste capítulo foram organizadas em quatro seções, começando por uma análise dos princípios orientadores da relação da Petrobras com as comunidades, especialmente aquelas que são vizinhas das suas instalações; em seguida, apresentando os resultados da pesquisa de campo, nos quais percebemos críticas à conduta das empresas, resquícios de clientelismo nas expectativas que os moradores têm em relação às empresas e, finalmente, sinais do advento de um outro tipo de relacionamento, alinhado com a cidadania da população e com a responsabilidade social da empresa.

5.1 Sólidos princípios declarados

No dia 16 de maio de 2008, o valor da Petrobras foi estimado em US\$ 287,17 bilhões, conquistando, assim, o posto de terceira maior empresa das Américas (UNIVERSO ONLINE, 2008). Essa conquista se deu graças a uma combinação, entre exótica e esdrúxula, de fatores como as sucessivas altas do preço do petróleo; anúncio de campos gigantes de petróleo em águas ultra-profundas e a recente entrada da estatal no índice *Dow Jones Sustainability Indexes*, DJSI, da Bolsa de Nova York, cujo cálculo:

É feito a partir de uma média das cotações entre as trinta empresas de maior importância na bolsa de valores, as vinte companhias ferroviárias mais destacadas e as quinze maiores empresas concessionárias de serviços públicos (UNIVERSO ONLINE, 2009).

Meio ano depois, com o advento do que se anuncia como a maior crise do capitalismo, essas contas precisam ser refeitas, especialmente das petrolíferas, uma vez que o preço do barril de petróleo despencou cerca de 70%, segundo dados de Dalton Francisco Santos (2008), saindo do preço recorde de US\$ 147,24 para a casa dos US\$ 40 dólares o barril, entre julho e dezembro de 2008. Segundo o autor, que é engenheiro pleno da Petrobras e preside o Sindicato de Petroleiros de Alagoas e Sergipe, essas seriam as maiores oscilações do preço do petróleo num tão curto espaço de tempo, como mostram os gráficos a seguir.

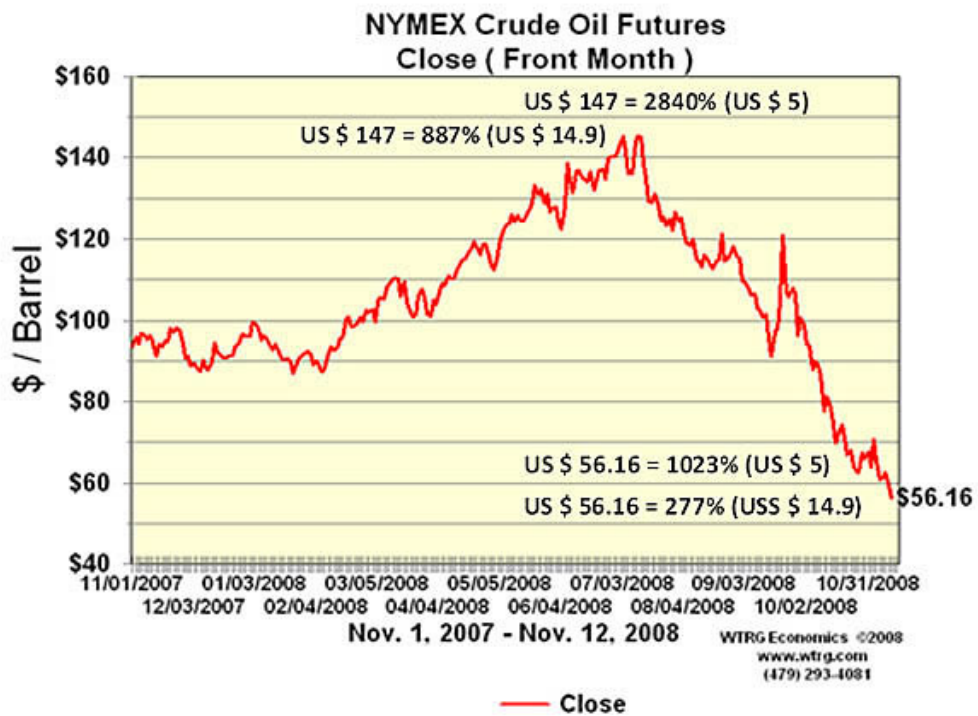


Ilustração 19: Oscilação do preço do petróleo em 2008
Fonte: SANTOS (2009)

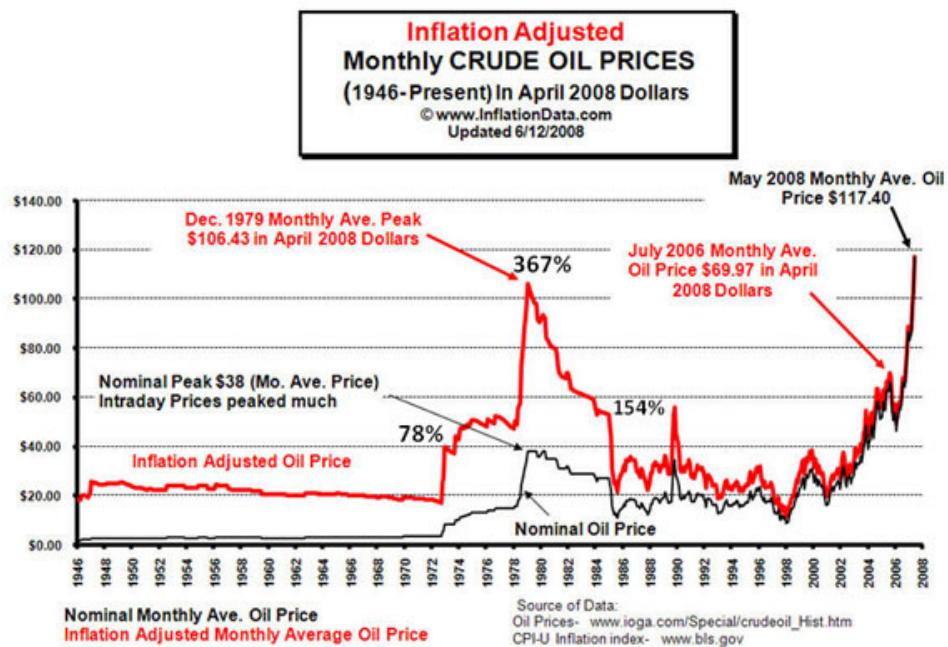


Ilustração 20: Oscilação do preço do petróleo de 1946 a 2008
Fonte: SANTOS (2009)

Aos 55 anos de idade, a Petrobras já passou e sobreviveu a outras crises do petróleo ao longo da segunda metade do Século XX. Em nenhuma delas, entretanto, parecia estar tão às vésperas de se posicionar entre as maiores petrolíferas do mundo, destacada pelas reservas de petróleo que possui, pelo domínio da tecnologia de exploração em águas profundas e premiada pelo desempenho em termos de responsabilidade social e ambiental.

Criada no dia 3 de outubro de 1953, pela lei 2004, sancionada por Getúlio Vargas, a Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras, atualmente está presente em 26 países de quatro continentes e se define como uma “sociedade anônima de capital aberto que atua de forma integrada e especializada em segmentos relacionados à indústria de óleo, gás e energia” (PETROBRAS, 2008c, p. 54)¹⁹. Segundo relatório anual da companhia, em 2007 a Petrobras teve uma receita líquida de R\$ 170.587 milhões, com lucros líquidos de R\$ 21.512 milhões, compartilhados por 272.952 acionistas, entre eles a União, que detém 55,71% do capital da empresa (PETROBRAS, 2008c, p. 3). Entre os números que expressam o porte da Petrobras, o relatório de 2007 lista 15 refinarias, 23.142 km de dutos e 154 petroleiros, operados por um contingente de 50.207 empregados próprios ou 68.931, considerando o Sistema Petrobras como um todo (PETROBRAS, 2008c, p. 29). Um significativo silêncio se faz no relatório anual da Petrobras a respeito dos 211.566 empregados terceirizados do sistema, que representam três quartos de toda a força de trabalho, conforme o gráfico a seguir:

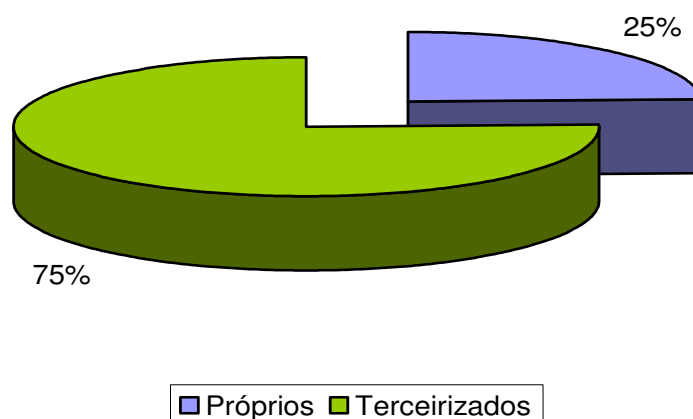


Ilustração 21: Força de Trabalho do Sistema Petrobras/ 2007
Fonte: Petrobras, 2008.

¹⁹ As informações disponibilizadas nesta seção foram pesquisadas no site da Petrobras, em documentos públicos referenciados ou documentos técnicos disponibilizados pela Transpetro, como normas e padrões, em atenção à solicitação feita pela direção do Programa de Pós-graduação, Mestrado em Comunicação da UFG.

Devido ao crescimento das atividades da empresa, o aumento do quantitativo de empregados próprios praticamente não altera o percentual destes em relação aos contratados e, a nosso ver, este ponto representa uma das fragilidades da Petrobras quando aos requisitos de responsabilidade social, como refletimos em monografia apresentada ao final da Especialização em Assessoria de Comunicação, pela UFG (BRITO, 2006). Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007, no tema público interno, pergunta, dando um parâmetro de tolerabilidade, se a empresa tem até 20% de empregados terceirizados (MELO; MOYA, 2007, p. 33).

A Petrobras, evidentemente, está bastante longe deste percentual e, assim, o investimento no “capital humano”, detalhado no capítulo “ativos intangíveis” do relatório anual 2007, restringe-se à quarta parte das pessoas que atuam diretamente no Sistema Petrobras. Os outros três quartos de empregados terceirizados não têm direito a participar dos cursos oferecidos pela Universidade Petrobras, muitos menos a receber a parcela de participação nos lucros, uma vez que a terceirização faz o trabalhador servir e, ao mesmo tempo, não ser parte da companhia.

Outro ponto frágil da Petrobras, quando aos aspectos da responsabilidade socioambiental, refere-se ao produto a que a empresa está tradicionalmente associada: o petróleo. Fonte esgotável de energia, associada ao aquecimento global pela emissão de gases do efeito estufa, o uso dos derivados de petróleo parece ter sérios problemas de longevidade, apesar das descobertas de novas jazidas em terra e no mar. Talvez por isso a Petrobras já não se define como uma empresa de petróleo, mas como uma empresa integrada de energia e, desde agora, investe na pesquisa, produção e distribuição de energia de outras fontes, como os biocombustíveis, a energia eólica e a hidroelétrica. Essa percepção estratégica do negócio está expressa na visão que a Petrobras tem de si para o ano 2020: “Seremos uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo e a preferida pelos nossos públicos de interesse” (PETROBRAS, 2007, p. 2).

Igualmente estratégica é a decisão da alta administração da Petrobras de fazer dela uma empresa reconhecida internacionalmente como exemplo de organização econômica que cumpre os mais exigentes requisitos de responsabilidade social e ambiental. Essa decisão está expressa na missão da empresa, assim formulada:

Atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua (PETROBRAS, 2007, p. 2).

O reconhecimento já vem se consolidando, como demonstra a valorização de 37% da marca Petrobras, no curto intervalo entre 2005 e 2006, quando a consultoria Brand Analytics publicou, em 2007, a elevação do valor da marca de US\$ 739 milhões para US\$ 1.012 bilhão (PETROBRAS, 2007, p. 68). O cálculo para chegar a essas premiações considera o desempenho num pacote de quesitos como observância de normas da Organização Internacional do Trabalho, OIT; alinhamento ao Pacto Global e Objetivos do Milênio; participação no *Dow Jones* de Sustentabilidade; e publicação de Balanço Social, segundo o modelo da *Global Reporting Initiative*, GRI.

Para manter e ampliar esse desempenho, o Plano de Negócios da Petrobras 2020, apresenta metas corporativas de Responsabilidade Social e Ambiental, que propõem o aumento, entre 2008 e 2012, de quesitos como: 65 mil para 185 mil horas de capacitação em Responsabilidade Social e Ambiental; de 341 para 344 a pontuação no quesito “Comunidades” dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, entre outros aspectos (PETROBRAS, 2007, p. 43).

O sistema de pontuação dos Indicadores Ethos não é público, portanto, apenas a Petrobras e o Ethos é que sabem como a companhia atingiu os 341 pontos e também o que precisará melhorar para atingir os três outros pontos para atingir a meta proposta para 2012. Nos documentos da Petrobras, entretanto, há referências bastante consistentes a respeito de qual a conduta das empresas do sistema, no que diz respeito ao relacionamento com as comunidades, especialmente aquelas que são impactadas diretamente pelas atividades da empresa.

O documento-matriz, nesse contexto, que tem abrangência para todas as empresas componentes do Sistema Petrobras, é a Política de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, cuja Diretriz 12, “Relacionamento com a Comunidade” determina que “a empresa deve zelar pela segurança das comunidades onde atua, bem como mantê-las informadas sobre impactos e/ou riscos eventualmente decorrentes de suas atividades”. Essa diretriz é detalhada num Padrão de Gerenciamento, no qual há cinco requisitos, três dos quais destacaremos a seguir:

- Manutenção de canais de comunicação com as comunidades vizinhas de modo a mantê-las informadas sobre planos de contingência, considerando, nesse processo, opiniões, sugestões e preocupações por elas manifestadas;
- Implementação de programa de esclarecimento e treinamento junto às comunidades potencialmente expostas a riscos, de modo a estimular seu comprometimento com as medidas de prevenção e contingência;
- Implementação de programas de saúde e educação ambiental junto às comunidades vizinhas, bem como de ações que promovam seu desenvolvimento sustentável.

Os primeiros quesitos destacados acima são focados em aspectos de segurança e contingência, o que é plenamente justificável para uma empresa que lida basicamente com produtos perigosos, tendo, parte deles, a característica de estar presente em locais públicos como, por exemplo, os oleodutos que margeiam o Jardim Nova Goiânia. O terceiro requisito, entretanto, é mais exigente e para cumpri-lo a Petrobras deve contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades vizinhas às suas instalações.

No caso de comunidades que estão no entorno dos mais de 20 mil quilômetros de faixas de dutos operadas pela Petrobras Transporte S/A, Transpetro, o cumprimento da diretriz 12 da política da companhia é detalhada na Norma e Padrão de Execução Transpetro – Relacionamento com Partes Interessadas das Faixas de Dutos. Além de cumprir os requisitos da diretriz, essa Norma e Padrão de Execução também se propõe atender a prática recomendada, PR API 1162 – *Public Awareness Program for Pipeline Operators*, publicada em 2003, pelo *American Petroleum Institute*, que é uma autoridade mundialmente reconhecida pelas empresas operadoras de oleodutos.

Nestes documentos, a Petrobras estabelece as bases para a definição de um programa de relacionamento com *stakeholders*, ou partes interessadas, definindo como segmentos de públicos prioritários: pessoas que vivem ou trabalham em propriedades rurais atravessadas por faixas de dutos; representantes do poder público, órgãos de emergência e empresas escavadoras de municípios atravessados pelas instalações da companhia. O detalhamento do programa de relacionamento requer, ainda, a definição de instrumentos de monitoramento e avaliação do trabalho executado, emprego de estratégias adequadas a cada segmento de público; guarda de evidências do cumprimento de intervalos máximos entre os contatos realizados, entre outros aspectos.

O cumprimento das regras estabelecidas nestes documentos não tem sido mencionado nos balanços sociais e ambientais da Petrobras nem da Transpetro, portanto, ainda não ganharam caráter de informação pública. Esta pesquisa tampouco tem o propósito de analisar informações internas do Sistema Petrobras. Nosso interesse é identificar, em uma comunidade concreta, que é o Jardim Nova Goiânia, como os moradores ouvidos analisam o relacionamento da Petrobras com a comunidade e se estes discursos evidenciam cumprimento da política da empresa e dos princípios da responsabilidade social empresarial.

5.2 Evidentes indiferenças praticadas

Um dos aspectos mais eloqüentes da relação da Petrobras com a comunidade do Jardim Nova Goiânia é o silêncio que as pessoas ouvidas fazem a respeito desta empresa. Conduzimos as entrevistas e mediamos os grupos focais prestando atenção se a Petrobras despontava espontaneamente nas conversas, seja quando as pessoas faziam memória de como foi o processo de ocupação do bairro ou mesmo que fosse no momento em que elas falavam dos problemas que afetam a comunidade ou quando declarassem quais as organizações que trouxeram melhorias para a região. Não aconteceu nem uma coisa nem outra.

De um modo geral, a Petrobras e as demais empresas não apareceram espontaneamente nas conversas, nem como quem causa problema nem, muito menos, como quem traz solução. As pessoas entravam nesse assunto somente quando, no bloco final das atividades, fazíamos uma quebra pedindo, explicitamente, que elas dissessem suas impressões a respeito da relação da comunidade com as empresas que estão instaladas nas imediações do bairro. Começávamos pedindo que elas fizessem uma lista das empresas da região:

Ó aqui tem a do sabão ali embaixo... Tem a do Arisco²⁰... Tem um monte... três tipo de empresa aqui embaixo que mexe com essas coisa. Mais tem essa que eu tô falando pr'ocê, tem a outra, uma de poste também... E essas daqui de cima, que terminaram agora há pouco tempo também, eu num sei de que é não. Mas você descendo aqui de cima a baixo, vai de cima a baixo, aí é só empresa! (MARIA MACAÚBA).

Du Parma, empresa de produtos alimentícios, temperos né, essas coisas, então é aqui próximo também é entre Nova Goiânia e Alvorada, ficou nesse setor, então é a maior né e de uma certa forma é a que mais influencia assim que aí a gente vai no supermercado e tá lá "Du Parma". "Opa, pertinho... vamos comprar!"... Ai você experimenta: "Vamos fazer um teste, pra ver se é boa" né... Então tem essa Du Parma, tem outra também empresa de produtos de limpeza, que parece-me que chama Ki Vida, também é próxima (MARIA ANGELIM).

Agora de três anos pra cá é que começou a surgir ali embaixo uma fábrica de sabão, tá funcionando, uma fábrica de banheira e piscina de plástico tá funcionando e uma fábrica de tempero e uma fábrica de bloco de concreto. [No município como um todo] tem o frigorífico Goiás Carne, que quando nessa data que eu vim pra cá parece que ele não estava funcionando ainda, estava construindo, até 94. Tem uma indústria de telha, Perfinasa, que fica quase de frente o frigorífico Goiás Carne, atravessando a linha de ferro pra ir pra Goiás Carne ao lado de baixo da linha de ferro tem uma indústria de telha de alumínio, Perfinasa. Essa indústria estava montando na época, construindo os galpão e hoje ela tá funcionando muitos anos já, fabrica telha de alumínio, acho que de todo tamanho, de todo modelo (JOÃO PEQUI).

²⁰ A Arisco não está instalada na região: a confusão deve-se ao fato da Du Parma produzir condimentos.

Ali tem o Arisco, tem a fábrica de sabão... tem um laboratório de remédio... Tem umas construindo ali, mas essas eu não sei do que é não... A empresa maior de Senado Canedo é uma de negócio de papel, ali embaixo (JOÃO ARATICUM).

Antes de ir à campo, imaginávamos que a Petrobras não seria citada espontaneamente quando os moradores fossem falar da realidade do bairro, mas ela não ser citada na lista de empresas que atuam na região realmente foi uma grande surpresa. As empresas mais citadas foram as poucas, pequenas e recentemente instaladas no Setor Genoveva Machado, área industrial que divide o Jardim Nova Goiânia do Bairro Alvorada, no sentido leste. Destaque para a Du Parma, nomeada por algumas das pessoas como “Arisco”, porque é uma fábrica de temperos.

No aprofundamento da conversa sobre as empresas, as pessoas ouvidas expressaram um nível bastante elevado de descontentamento pelo fato dessas empresas não alterarem a realidade do bairro no aspecto mais pertinente a uma empresa que é a geração de empregos. A região é chamada de cidade-dormitório, pelo fato dos moradores do bairro trabalham em Goiânia, em atividades que exigem baixa qualificação:

As mulher mais é doméstica, né? É doméstica... E homem é mais é também de construção civil... Muitos também que trabalha em outro serviço, né? Mas o que a gente conhece mais é pra isso. Em Goiânia... Nossa Senhora... Os ônibus sai daqui é lotado! A hora que ocê saí daqui de Canedo, pode ser de manhã, pode de noite, é lotado! Onde vai achar mais vazio aqui um pouco é das 10 horas em diante. Vai mas vai cheio (MARIA MACAÚBA).

Aqui é dormitório, né?! A maioria trabalha em Goiânia. Aqui tá sendo cidade dormitório, ainda, por enquanto. A maioria aqui trabalha é em Goiânia. Não em serviço especializado, né?! É serviços gerais, é pedreiro, é carpinteiro, é encanador, é isso, né?! Se procurar aqui dentro a gente encontra, mas só que tá todo mundo... a maior parte tá em Goiânia. Aqui no Canedo mesmo tem uns 2% só (JOÃO BARU).

As pessoas ouvidas revelaram frustração devido ao fato das empresas instaladas em Senador Canedo não terem gerado empregos para a população local e também se queixaram muito de que os empregos gerados no município sejam ocupados por pessoas que moram em Goiânia:

Após as indústrias que vieram pra cá, eu acredito que benefícios aqui para os moradores, nenhum! Trouxe nenhum. Nunca ninguém consegue emprego aqui. A maioria trabalha em Goiânia. Quer dizer, os daqui vão pra Goiânia; os de lá vêm trabalhar aqui. Vê como é que é! Vê como é que é o nosso Brasil! Deveria ser assim: quem morasse lá trabalhasse lá; os que morassem aqui, se tivessem competência para ocupar aquele cargo, capacitação, né, que ocupasse a vaga aqui (MARIA BURITI).

Decepcionante! Muito decepcionante!!! Porque, olha pra você ver: Senador Canedo continua aquela cidade, Jardim Nova Goiânia principalmente, gente, olha!... Chega segunda-feira nesses...aqui no setor, nos bares pra você ver!!! Pai de família desempregado, só bebendo, sendo que essas empresas que chegaram aí deveriam dar prioridade pra quem tá próximo ao setor, pra quem mora dentro do município!!! No entanto, o ônibus vem cheio de Goiânia pra cá e o desemprego continua. Essas fábricas aqui não beneficiou ninguém não. Se conta as pessoas que foi beneficiadas com emprego, dentro de Senador Canedo, nessas fábricas. [...]Cê pode observar que dentro desses ônibus, cinco horas da manhã, eles sai lotado e à noite volta lotado!!! Então tem muita gente de fora aqui dentro, continua... A situação anos atrás era essa, só que pior... Só que, com tanta indústria, a gente continua, não mudou muita coisa. Uma pessoa que batalhou, que tem um "peixe" lá dentro pra levar ele, vai... Se não, fica do lado de fora embolando no município, pagando imposto, sonhando em ver isso aqui crescer e ele diminuindo, o cidadão diminuindo... Isso tem que mudar, essa política tem que mudar!!! É necessário!!! (MARIA MANGABA).

O caminho para mudar a realidade da baixa geração de emprego foi sugerido pelas pessoas ouvidas e passaria, segundo elas, por uma atitude mais ativa e criteriosa do poder público municipal, na negociação de regras para a instalação de empresas na região:

Uma coisa que a gente pediu muito na época, foi que essas fábricas, se viessem, pra dar prioridade pro pessoal daqui, né?! Mas a gente vê que tem ali, por exemplo na Parma mesmo, tem até um ônibus que traz de Goiânia pra cá pra trabalhar. Quer dizer, isso aí é uma coisa crítica pra gente, porque muitas pessoas aqui também, se não têm experiência... a experiência vai com o tempo, com a pessoa dá uma oportunidade a pessoa tá trabalhando. Então, eu acho que o nosso prefeito devia assim buscar mais, assim, com essas fábricas pra essas pessoas daqui num precisar sair tanto pra Goiânia (MARIA IPÊ).

Tá dentro do município, o próprio prefeito tinha que ter trabalhado a situação: "Eu te dou a área, mas tanto por cento de emprego é pra Senador Canedo". E ninguém fez isso!!! Então quando eu fui várias vezes em reuniões que eu fui reclamar essa situação, eles diziam: "Não, o Senador Canedo não tem pessoas qualificada pra emprego". Pôxa! Mas se a pessoa não tiver a oportunidade, como que ele vai se qualificar?!!! Sendo que uma empresinha dessas aí, cê não precisa de qualificação, basta você entrar e saber como lidar com o trabalho... Então, isso é muito falho, o sistema é muito falho. Eu acho que deveria haver uma política que tivesse trabalhando o desemprego em Senador Canedo que já é grande (MARIA MANGABA).

Embora a legislação seja complexa e não permita que o poder público determine quotas de contratação de mão-de-obra local, o que chama a atenção na fala das pessoas entrevistadas é a expectativa de que o poder público negocie com as empresas e seja mais ativo no enfrentamento do problema do desemprego na região. Essa atitude também

seria dirigida à qualificação, que é o argumento mais utilizado para explicar porque se contrata pessoas de Goiânia e não de Senador Canedo:

Falava muito que essas fábricas, que ia ser muito bom, ia gerar muito emprego e tá tá tá, aquela coisa toda... Nós acreditávamos que isso realmente ia acontecer. Então, terminou como eu tô falando: muitas pessoas aqui tem que se deslocar daqui pra ir pra Goiânia, porque num têm oportunidade aqui. Cê ver, tudo que você for fazer hoje tem: “Tem 2º grau?”, “ Tem experiência de um ano, de seis meses?”. Então, quer dizer, as pessoas partem pra outras coisas, porque aonde podem ir, que num precisa experiência, que tem uma oportunidade, porque afinal de contas, ninguém pode ficar sem sustentar sua família, né?! Tem que trabalhar (MARIA IPÊ).

Se as próprias empresas e o prefeito fizessem isso de: “Olha, tô trazendo a sua empresa pra cá, mas cê vai dar um mês de qualificação pro meu, meu...pro meu povo” e colocasse ele dentro dessa empresa... Isso seria uma área social que taria trabalhando, né? Taria trabalhando a população (MARIA MANGABA).

Como argumentado abundantemente, as empresas não geram empregos e os que são gerados não se destinam à população de Senador Canedo, sob a alegação de que os moradores não têm qualificação, mas tampouco há investimento para mudar essa debilidade. Perguntamos, então, se as empresas contribuíram, de alguma maneira para a melhoria das condições de vida da comunidade. As pessoas mais contidas geralmente fizeram uma pausa para depois responder coisas como “que eu tenha lembrança, não”. Outras foram menos diplomáticas, dizendo que não foi feito nada ou que quem fez alguma coisa foram empresas que não estão na comunidade:

Ela num preocupa, tão preocupando com arrecadação. Porque se elas não ‘recadar’, num tiver arrecadação, fecha as portas, simplesmente fecha as porta e pronto, né?! ‘Cabô’. Não, nós num ‘tamo’ tendo lucro, então vamos fechar. Cadê? Cadê desmatamento que eles fizeram? Cadê aquele lugar que eles jogaram lixo? Num preocupa mais com aquilo (JOÃO BARU).

Aqui só teve uma empresa que fez a doação de um material de uma casa pra um morador aqui, daquela rua mesmo, ali embaixo, mas é a Madeireira Taubaté a diante do Serra Dourada. O moço trabalhava lá nessa empresa, acho que de vigilante e morava aqui. Aí ele morava numa barraquinha de lona e sem conforto nenhum, aí o patrão dele lá, o dono da Madeireira falou que ia dar a ele uma casa, ia construir uma casa pra ele aí, e trazia o material e (inaudível) pro pedreiro e construiu a casa e cobriu, mandou rebocar e fazer o piso, assentou porta e vitrô e deu a casa pra ele prontinha (JOÃO PEQUI)

A respeito das contribuições específicas da Petrobras falaremos na última seção deste capítulo. Antes, porém, analisaremos algumas falas das pessoas entrevistadas que denotam que na comunidade também vigoram algumas expectativas de relação com as empresas baseadas no assistencialismo clientelista.

5.3 Expectativas viciadas

Refletimos no segundo capítulo desta dissertação que a conduta socialmente responsável de uma empresa depende, em grande medida, da postura cidadã das pessoas que constituem a rede de *stakeholders* dessa organização. Na ausência de uma massa crítica que dialogue com a direção das empresas, em condição de aportar pontos de vista novos, apontar equívocos e exigir coerência e transparência, acontece com as empresas o que João Araçá disse dos políticos: elas “andam muito à vontade” o que implica, frequentemente, em ficar na zona de conforto, dizendo muito de si mesmo e fazendo pouco pelo ambiente social de que faz parte.

Nos depoimentos das pessoas ouvidas percebemos, com apresentado no capítulo quatro, alguns indícios de cidadania, particularmente no que diz respeito à relação da comunidade com o poder público. O exercício da cidadania diante de organizações econômicas, entretanto, pareceu pouco praticado e pouco esclarecido. A relação com o poder público é tensa, mas é clara. A relação com as empresas, por sua vez, é uma zona pantanosa, com poucas convicções a respeito do que se pode exigir e uma expectativa inicial muito forte de ser objeto de ações filantrópicas das empresas, como se pode ver nas respostas vacilantes de Maria Jatobá e João Murici a respeito do que uma empresa socialmente responsável deveria fazer pela comunidade:

As empresas que estão aqui ainda não têm essa estrutura, né. Mas poderia ajudar mais o poder público pra ter creche, né. Acho que elas deveriam entrar com uma contribuição, além dos impostos, para ajudar (MARIA JATOBÁ).

Eu acho que... Um exemplo... Pedir... Uma ajuda lá... No social, ne, no caso aí... Assim... Igual esse aí... Assim... Por exemplo, tem... A gente precisa de 50 cestas básicas, por exemplo... Vai fazer... Precisa de 50 cestas básicas, né,... Eu acho que agem no social nisso, ajudar as pessoas carentes. No caso, você precisa de 50 cestas básicas, você vai lá na empresa... É uma obrigação deles fazer isso, né... (JOÃO MURICI).

No desenvolvimento do grupo focal com ASF, pedimos que as participantes comentassem depoimentos de moradores a respeito da conduta de uma empresa da região que estaria emitindo um cheiro muito forte que, além de incomodar, estaria provocando dores de cabeça em moradores do bairro. As respostas dadas surpreendem pela descrição crua da prática de muitas empresas e chocam pelo que denota de passividade da população que, mesmo quando prejudicada, demonstra uma abertura exagerada para acolher as, nada responsáveis, práticas compensatórias realizadas por empresas que conduzem suas atividades à margem da moralidade pública:

Maria Jatobá - Quando a família tiver um empregado: “Não, mas você trabalha lá, agora tem que agüentar”. E tem a valorização também, né? [...] Porque na realidade é tudo uma troca. A empresa não ta oferecendo emprego aqui, só vem para poluir, então eles têm que fazer alguma coisa. Igual o caso que eu falei, se eles empregassem uma pessoa da família, os outros iam agüentar o mau cheiro.

Pesquisador - Maria Angelim...
(chamando a participante que estava cabisbaixa)

Maria Angelim - É mais fácil acostumar com o mau cheiro do que tirar a firma. Acho difícil.

Várias - Eu também acho meio difícil.

Pesquisador - Como assim? Explica aí.

Maria Angelim - Porque assim... Como é que vai fazer? Uma manifestação, um abaixo assinado? Mas a empresa é grande. Geralmente, ela não nasceu aqui, ela já veio de outro lugar. Elas têm todas as estratégias para permanecer em funcionamento, né? Bom, eu penso dessa maneira. Então é mais fácil os moradores acostumarem com o cheiro.

“Mais fácil”, nesse contexto, não que dizer que não haja dificuldade em viver num ambiente poluído; significa que é muito mais provável que os moradores continuem prejudicados do que logrem mudar a conduta de uma empresa, mesmo quando se trata daquelas que cometem crimes contra o meio ambiente e a saúde pública. De quanta irresponsabilidade essas pessoas foram vítimas ou testemunhas, para chegar a tal embotamento de consciência ou tal imobilidade?

O porte da empresa, o fato de não ser do lugar e todo o aparato que a acoberta para continuar funcionando gera perplexidade: “Como é que vai fazer?”. E as respostas para essa pergunta, segundo as reflexões feitas em artigo do Habermas (1988a) segue o viés pragmático, que significa para os moradores fazerem o que é possível fazer, tirando o maior partido possível da situação. Arma-se, então, a arapuca da acolhida das práticas compensatórias de que falamos ou, mais explícita e agressivamente, cria-se o ambiente para toda sorte de barganha.

Isso aconteceu, inclusive, durante essa pesquisa. Como registrado no terceiro capítulo, parte das pessoas ouvidas tinha conhecimento de que o pesquisador é prestador de serviços na Transpetro, que é a unidade da Petrobras mais próxima da comunidade. Esse conhecimento, em alguns momentos, gerou atitudes bastante autônomas como, por exemplo, o momento em que Maria Ipê, dirigiu ao pesquisador o questionamento de como o problema da contratação de mão-de-obra se configura na Transpetro:

Maria Ipê - Ce vê mesmo, onde você trabalha, na Transpetro: tem muita gente de Senador Canedo?
(pausa)

Pesquisador - Não!
(risos)

Maria Ipê - Não tem! Tá vendo? Num tem. Goiânia!

Essa liberdade cidadã de, inclusive, gerar constrangimento nos momentos adequados foi uma atitude rara por parte das pessoas que tinham conhecimento do nosso vínculo com a empresa que, de alguma maneira, estava sendo avaliada. Mais freqüentes foram as respostas socialmente aceitáveis, aparentemente endereçadas a agradar o pesquisador ou a empresa a que ele está vinculado, como o diálogo que aconteceu ao final do grupo focal realizado com Agentes de Saúde da Família:

Maria Angelim - Mas você já conhecia o Nova Goiânia?

Pesquisador - Já, porque eu atuo profissionalmente aqui, coordenando o trabalho de relacionamento da Transpetro com as comunidades, desde 2002...

Várias - Ainda bem que a gente falou bem da Transpetro...
(risos)

Maria Jatobá - A comunicadora Luciana entrou em contato comigo lá em casa...

Pesquisador - Não, por assim dizer, eles não sabem desse trabalho. Trata-se de um interesse meu, acadêmico, né. Minha relação com a Transpetro é outro assunto...

Maria Jatobá - Mas pode explicar pra eles que ela foi bastante elogiada aqui...

Esse esclarecimento do nosso papel como pesquisador e não como prestador de serviços da Transpetro também precisou ser feito no grupo focal com ex-participantes da Associação de Moradores, também no momento final, quando Maria Ipê manifestou expectativas de que aquela conversa resultaria em algum benefício para a comunidade:

(Durante a atividade)

Maria Ipê - Você veio aqui pra nos ouvir, não veio? Você vai fazer um trabalho, não vai?

Pesquisador - Sim.

Maria Ipê - Então, você não vai ficar só no ouvir, você vai ter que agir, vai ter que partir pra ação [...].

Pesquisador - Espera aí...

Maria Ipê - Han!

Pesquisador - Eu disse pra vocês no início da reunião que esse trabalho aqui é eu estudante lá da UFG...

Maria Ipê - Sim... Tá...

Pesquisador - Não é nenhum trabalho da Transpetro.

Maria - Da Transpetro, tá... Hun-hum... Eu sei!

(Ao final da atividade, porém, a expectativa se repete)

Maria Ipê - Isso ai vai trazer de retorno, seja conhecimento e quem sabe até alguma coisa pra o nosso bairro. Se ele escolheu nosso bairro, tem alguma surpresa pra nós aí. Vamos esperar!

Maria Mangaba, porém, ainda foi mais longe e terminou a entrevista relatando uma história pouco consistente de doação que a Transpetro teria oferecido e aproveitando a oportunidade para fazer novo pedido:

Maria Mangaba - Eles oferecem ajuda socialmente, eu ainda não fui buscar... não fui porque, da última vez que veio, eu tava organizando uma festa pro dia das mães aqui... e a Petrobras ofereceu apoio total: "O que você precisar, pode nos procurar". E, infelizmente, a gente tava tudo organizado pra poder, a gente, a festa acontecer e, um dia antes, eu tive que me hospitalizar e tive que cancelar tudo! Mas eu tenho certeza que o apoio da Petrobras eles vieram oferecer aqui pra nós.

Pesquisador - Mas a senhora tem conhecimento de alguma atividade específica que foi apoiada dessa maneira que a senhora tá relatando, apoiada pela Petrobras?

Maria Mangaba - Na minha gestão? Não porque eu não busquei.

Pesquisador - Certo.

Maria Mangaba - A única que eu fui buscar foi essa e...mas eu tenho certeza que se eu fosse buscar eu teria encontrado o apoio. Certeza absoluta.

Pesquisador - Mas a senhora não tem nenhuma experiência já atendida de apoio a uma iniciativa.

Maria Mangaba - Não, não tenho.

(E mais adiante)

Maria Mangaba - Por que não a Petrobras tá nos ajudando?... Tô pedindo, não em nome da associação porque tá desativada, mas... Tanto faz: se eles achar que deve ajudar em nome da associação, ótimo, mas se quiser ajudar eu como cidadã, porque eu sempre gostei de fazer esse trabalho, que seja bem vindo. É uma oportunidade boa da gente tá trabalhando junto. Queria fazer uma festa aí de natal pra esse povo, eu sempre tive vontade de fazer isso, mas sozinha eu não dou conta, não dou...

A apresentação do diálogo travado com Maria Mangaba e demais pessoas citadas nessa seção tem o propósito de reconhecer como parte da realidade do Jardim Nova Goiânia também as suas contradições e fragilidades. Não há nenhuma intenção moralista ou expectativa de colaboracionismo da comunidade para com a empresa. A fragilidade a que nos referimos diz respeito ao exercício da cidadania da população também na relação com as estruturas sistêmicas do campo econômico.

Nesse sentido, não percebemos nas falas das pessoas ouvidas evidências da existência de esferas públicas compartilhada pela comunidade do Jardim Nova Goiânia e pela Petrobras, onde acontecessem negociações, exposição de conflitos e construção de acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva (DUARTE, 2003, p. 9). Não há indícios tampouco de que as pessoas ouvidas se sentem parte interessada da Petrobras, no sentido de colocar-se no lugar de quem tem direito de pedir explicações e exigir condutas adequadas de uma organização que interfere no cotidiano da comunidade. Há indicativos, sim, de que uma nova prática comunicativa distingue a Petrobras das demais empresas, no que diz respeito à forma de relacionar-se com a comunidade. Sobre isso, falaremos a seguir.

5.4 Sinais de outras relações possíveis

O primeiro aspecto que destacamos como indicativo de caminho para o amadurecimento da relação cidadã da comunidade para com as empresas diz respeito à clareza que parece começar a surgir na comunidade de que as relações entre comunidade e poder público é de natureza diferente da relação com as empresas. Perguntamos aos participantes do grupo focal com ex-participantes da Associação de Moradores o que eles achavam que pode ser exigido das empresas por parte da comunidade, enfatizando que eles tentassem distinguir o que se pode “pedir” do que se deve “exigir”, o que gerou um debate interessante:

Maria Ipê - Além da gente pedir o patrocínio deles, a gente podia exigir que 20% do pessoal que trabalha nas empresas fossem pessoal daqui dessa comunidade pra trabalhar. Então isso é uma exigência que nós poderíamos fazer pra eles...

João Baru - É um pedido.

Maria Ipê - É, não é uma exigência...

Pesquisador - É, isso que eu queria saber...

João Baru - Porque nós não temos poder sobre ela...

Maria Ipê - Não, porque ele falou exigência, né...

João Bacupari - Tem não, porque é privado...

João Baru - Agora, exigência, temos exigências, sim!... no caso do meio ambiente.

Pesquisador - Como é que é isso?

João Baru - Tá jogando o esgoto na rua? Ta jogando o esgoto no córrego? O que não pode...Aí, sim...

João Murici - Ou causando mau cheiro?

João Baru - Aí, sim, a população tem exigência. Agora sobre o emprego, sobre a mão-de-obra... Não!"

Maria Ipê - Eu falo assim, João Baru, tipo um fazer um ofício, uma...

João Baru - Um pedido, aí você tem um pedido.

Maria Ipê - O Prefeito junto com as associações...

João Baru - Não, prefeito... aí já é diferente...

Maria Ipê - Eu falo assim, a associação, junto com o Prefeito, pedir... Pra conseguir. [...]

João Baru - O poder público é diferente do privado. [...] A quantidade ela funciona só sobre pressão. Ela não funciona como gentileza... Ela só funciona como pressão. Vai abrir vinte vagas, você chega lá e diz "oh, então nós vamos quebrar tudo isso aqui"...

Maria Ipê - Não! Eu não falei isso... Eu pensei por outro lado... (risos)

João Baru - ...Agora, quando é poder público, você exige.

Pesquisador - É diferente...

João Baru - É diferente!

Pesquisador - Menos na questão ambiental, de que você falou...

João Baru - Aí, sim, pode parar tudo, pode queimar pneu na porta lá, pode fazer qualquer, pode...

Pesquisador - Porque tem direito...

João Baru - Direito. Você tem direito de exigir. Agora, sobre emprego não. Tem que falar "pelo amor de Deus, me dá..."

Ao longo da conversa com essas e com outras pessoas ouvidas na pesquisa, embora reconhecessem não ter clareza sobre a questão, diversos depoimentos e alguns debates foram feitos, compondo o que poderíamos chamar de cinco mandamentos da empresa social e ambientalmente responsável, na relação com as comunidades onde atua, segundo a visão da parte interessada que são os moradores:

1. Não prejudicarás a comunidade A empresa, ela tem que acompanhar com a sociedade, ela não pode vir para prejudicar a sociedade, não, não pode! Ela tem que trabalhar de acordo com a comunidade... (JOÃO GUEIROBA).
2. Não causarás danos ambientais Não pode prejudicar, tem que trabalhar de acordo com a comunidade. Sem prejudicar ninguém. Não poluir, igual no caso da poluição, então ela tem que respeitar o meio ambiente (JOÃO MURICI).
- Ela tem que, vamos supor, manter o lugar limpo, o esgoto no lugar adequado, ne, vamos supor... Eles tem onde colocar, se aqui não tem rede de esgoto? Então eles tem fazer de um meio que, ne, de trabalhar com a comunidade... Sem... Porque muitas vezes tem pessoas que pensam no lucro mas ao mesmo tempo na responsabilidade... E outros que visam o lucro e que não estão nem aí com as suas responsabilidades (MARIA IPÊ).
3. Conhecerás a comunidade e te apresentarás para ela Lucilene - Primeiramente, eu acho que elas deveriam fazer uma pesquisa com os moradores para saber qual é a idéia dos moradores para, depois, eles agirem de acordo... Para depois beneficiarem, né. Eu acho que deveria ser assim, né. [...] Eu acho que a empresa tem que mostrar pra comunidade qual é a importância dela, né. O que é que ela está disposta pra ta contribuindo, né, pra socialização dos moradores mais próximos. Acho isso importante. E através da pesquisa com os moradores... O que eles vão achar. Porque eu acho importante pegar, como se diz assim, a maioria quer isso (MARIA JATOBÁ).
4. Estabelecerás parceria com os moradores Eu acho assim, que o pessoal, o empresário ele quer o quê? Sucesso... Logicamente dinheiro e desenvolvimento. Então ele vai fazer o possível pra caminhar com a comunidade, de uma forma que... amigável. Então se eu quero ter a parceria com o Sinvaldo, eu tenho que estar com ele em harmonia. Então pra ter essa harmonia o que eu tenho que fazer? Eu tenho que organizar meus direitos, eu tenho que preservar... Organizar meu lixo... (MARIA IPÊ).
5. Cumprirás teu papel social, observarás a lei e buscarás a justiça Creche, escola, porque eu acho que seria um direito dos funcionários (MARIA BURITI).
- Dar emprego. É um direito do morador daqui, eles dar emprego (MARIA JATOBÁ).
- Pra ser correto com a justiça e com a sociedade, seria a empresa pagar todos os seus funcionários de forma correta, pagar seus impostos de forma correta, né, e... ser na forma justa, né, pagando as pessoas de uma forma justa (JOÃO GUEIROBA).

As intuições das pessoas ouvidas, a nosso ver, são coerentes com a perspectiva da politização de todas as relações e do exercício da cidadania em todos os ambientes e relações (ROCHA, 2008, p. 1.727). As falas também são coerentes com as teorias da responsabilidade social de empresas e revelam desejo de participar de um espaço plural de debate e deliberação, sendo sujeitos da definição de regras para a vida comum:

Eu acho que nós teríamos que reunir, tanto a presidente do bairro, né, a Associação de Bairro, com o prefeito e o dono da fábrica. Ai sim, eles dariam um ponto de vista melhor pra nós e nós teríamos oportunidade de conhecer o trabalho deles e eles... e a gente fazia pergunta e eles responderem. E um chegar no bom senso, num consenso do que é melhor pra eles e melhor pra nós também (MARIA IPÊ).

Para finalizar a discussão do tema, indagamos se as pessoas percebiam a Petrobras como uma empresa que cumpre o que elas entendem como sendo responsabilidade social e ambiental. A associação imediata que as pessoas fizeram da Petrobras diz respeito à contribuição que a empresa dá ao município, através da arrecadação de impostos, mas nada é dito, de primeira, sobre conduta socialmente responsável:

A maior parte é da Petrobras, dá um ICMS violento, esse negócio do petróleo. A fonte mais forte, acho que é isso mesmo (JOÃO ARAÇA).

Tem muito assim empresas de grande porte aqui já, e tem também a Petrobras, que é a maior de todas, que realmente é de lá que vem o dinheiro para gastar, que ao prefeito gasta! (JOÃO GUAPEVA).

Caso não tivesse isso aí, o Canedo também eu acho que não estaria no mapa, não. Porque o imposto é muito grande (JOÃO GUEIROBA).

No aprofundamento da conversa, as pessoas entrevistadas apresentaram o que seriam diferenciais da prática da Petrobras, quando comparada a outras empresas da região, sendo essas diferenças alinhadas ao conceito de responsabilidade social. Consideramos que esses não foram apenas depoimentos socialmente aceitáveis, isto é, interessados em agradar o pesquisador, devido ao fato deles terem sido acompanhados de evidências bastante consistentes. O primeiro destaque diz respeito à forma como a Petrobras, através da Transpetro, cuida das suas instalações, de forma a manter o controle sobre os riscos que esses equipamentos oferecem:

Esse óleo aí essa gasolina tudo aí, isso aí pra explodir qualquer coisa, explode tudo. É a preocupação do povo é essa. Eu num preocupo. Porque eles tão vendo, que a Transpetro, tá sempre trabalhando em cima, ela tá sempre trabalhando, tá sempre preocupada. O que a gente vê é isso aí. Cê vê, aonde tá essa tubulação dela aí, cê pode prestar atenção, é sempre limpo direto. Eles tá sempre trabalhando, tão demarcando ela, tão sempre... aqueles piquetinhos, tão sempre tornando pintar eles, sabe?! Eles num é... num é aquele trabalho esquecido. Colocou e pronto, deixa aí. Pé de árvore cresce em cima, vira aquele tamanho. Não. Então o povo num preocupa muito com isso (JOÃO BARU).

Um segundo aspecto que as pessoas entrevistadas enfatizam como um diferencial da Petrobras em relação às outras empresas, e que se relaciona com o propósito manifesto da empresa participar do desenvolvimento sustentável das comunidades vizinhas às suas instalações, diz respeito à construção de uma ciclovia na comunidade. Essa obra atende, ao mesmo tempo, uma necessidade da empresa, de caracterizar a área onde os dutos estão lançados, utilizando para isso uma solução interessante de urbanização, bastante apreciada pelos moradores ouvidos:

Uma coisa boa que eles fizeram foi esse calçamento aí ó, que num tinha aí ó. Aqueles calçamento feito, até o Jardim Canedo até chega lá. Ficou bom demais isso aqui pro povo, né?! Ali pro lado de Brasília também eles, num sei até onde eles como é que tá pra lá, que eu nunca desci pra ali, né... Agora, sempre é só essa parte aqui. Quer dizer, que eles tão sempre cuidando, né?! (JOÃO BARU).

O que um maior número de pessoas destacou como diferencial da Petrobras é o fato da empresa tomar iniciativa para manter a população informada sobre como funciona o oleoduto e qual a maneira correta da população conviver com esse equipamento. Nas falas, as pessoas entrevistadas demonstraram sentirem-se prestigiadas por serem procuradas pela empresa para a transmissão dessas informações:

Os engenheiros falavam que não tinha perigo, que o serviço deles era muito bem revisado e muito bem feito e depois que eles tampassem os canos aí que não tinha perigo, que as pessoas podiam ficar tranqüilas que não ia acontecer nenhuma explosão, porque se acontecesse o prejuízo maior seria pra Petrobras, né? Porque aí pra gente podia estourar um cano desses aí e incendiar a avenida todinha. Então eles passou os três canos aí e colocou aquelas baliza quadrada que tem a marcação da Petrobras, umas baliza de concreto aonde os tubos passam no meio e isso aí é muito seguro (JOÃO PEQUI).

A Petrobras veio e fez uma pesquisa diretamente assim com o Nova Goiânia, Alvorada, esses bairros que fazem parte desse duto, porque temos o duto assim né no asfalto aqui soterrando a GO, tem a parte do duto. Então eles fizeram o trabalho diretamente com aqui a comunidade pra saber assim até qual conhecimento da comunidade com relação a essa passagem do petróleo né, do combustível aqui, até onde a comunidade entende alguma coisa sobre os dutos. [...] Até de esclarecimento mesmo com relação à escavação, à construção, aos perigos né, foi mostrado, passado até número de telefone em caso, assim, de alguma denúncia, de algum vazamento, então tem essa participação (MARIA ANGELIM).

Eu gosto do pessoal lá da Transpetro que trabalha, porque eles tão sempre ocupados com o nosso bem-estar e como o produto que eles tão trabalhando, né?! Então, eles tá sempre dando informação, curso pra nós professores e pros moradores. A preocupação deles é a gente não colocar coisas para que venha causar um acidente. Então eles tão sempre preocupados. Eu mesmo já liguei no telefone verde e fui atendida, né?! Eles ficaram muito preocupados. Eu senti um cheiro diferente achava que era um produto, mas num era. Graças a Deus era outra coisa (MARIA IPÉ).

Foi a única empresa aqui, que veio representantes delas aqui, conversar com a comunidade, assim. Dessas empresas aí, não veio representante nenhum aqui, conversar com a comunidade (JOÃO BACUPARI).

De fato, esses relatos apontam uma conduta diferenciada no trato de uma empresa para com uma comunidade. Que outras empresas conhecidas, que lidem ou não com produtos perigosos, têm um programa regular de comunicação com as populações impactadas pelas suas atividades? Nesse sentido, a Petrobras está muito acima da média das empresas em termos de responsabilidade social empresarial.

As práticas dessa empresa, evidentemente, ainda tem limites. Na fala dos moradores do Jardim Nova Goiânia, percebe-se que a iniciativa para a realização do diálogo é da empresa e o foco da conversação é a integridade de suas propriedades e equipamentos, ou seja, o interesse patrimonial. Se isso é verdade, dois requisitos das interações comunicativas fundadas na democracia deliberativa são feridos, a saber, a discussão de tema de interesse público e a capacidade de tomar iniciativa por parte de todos os interlocutores (ARENDDT, 1987, p. 59 e 190).

Outra limitação é que em nenhum momento foi relatada experiência de participação da Petrobras em fóruns de discussão sobre os problemas da comunidade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável de que falam os documentos da companhia e os referenciais da conduta socialmente responsável das empresas. O mais positivo desse relacionamento, talvez, seja o fato da Petrobras não repetir no Jardim Nova Goiânia as práticas assistencialistas comuns à maioria das empresas e, de certa forma, reconhecer o direito que a comunidade tem de ser informada, além de tomar providências para controlar os impactos das suas iniciativas.

Em março de 2009, o Balanço Social e Ambiental da Petrobras recebeu da ONU, pelo terceiro ano consecutivo, a qualificação de *Notable Communication on Progress*. O site oficial da empresa informa que a honraria teria sido conferida com base em cinco predicados do relatório:

- Representa uma declaração de apoio contínuo da Petrobras aos princípios do Pacto Global;
- Descreve de forma clara as ações utilizadas para implementação desses princípios;
- Acompanha os resultados dessas ações;
- Demonstra confiabilidade, clareza e atualidade nas informações apresentadas;
- Inclui o diálogo com os diferentes públicos de relacionamento (PETROBRAS, 2009B).

Considerando a conduta dominante das empresas no Brasil e no mundo e a idoneidade de organizações como a ONU, a distinção recebida pela Petrobras não é pouca coisa. Em outras pontas ou camadas desta mesma urdidura, porém, as percepções captadas na pesquisa com moradores e lideranças do Jardim Nova Goiânia sugerem que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela Petrobras para que a transparência da empresa receba reconhecimento semelhante ao da ONU, desta vez conferido por pessoas, organizações e entidades igualmente legítimas como empregados, clientes, comunidades e demais públicos impactados pela atuação do Sistema Petrobras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência proporcionada por esta pesquisa reafirmou duas convicções básicas: comunidades populares protagonizam processos instituintes de cidadania e a gestão socialmente responsável das empresas tem alto potencial para contribuir nesta empreitada. É verdade que tanto a cidadania das comunidades como a responsabilidade social das empresas, a considerar o que tivemos acesso do relacionamento da Petrobras com a população do Jardim Nova Goiânia, não são mais que um rebento, frente a tudo o que uma e outra podem ser e representar tanto para as empresas quanto para as comunidades. No caso particular analisado, foram identificadas nos atores tanto fragilidades quanto sinais de que a conduta cidadã dos moradores e a responsabilidade social da empresa começam a despontar com vigor.

As fragilidades dos moradores quanto à postura cidadã no trato com as organizações econômicas foram reveladas em três vértices principais: (a) desconhecimento das pessoas entrevistadas de que a relação empresa/ comunidade também é pautada por direitos, não apenas por aqueles já instituídos mas também pelos que devem vir a ser; (b) nenhuma ou pouca atuação dos moradores no sentido de exigir que as empresas conduzam seus negócios pelo viés da moralidade pública; e (c) abertura da população em geral e também das lideranças para acolher ações compensatórias ou elevada expectativa de que a comunidade seja objeto de práticas assistencialistas realizadas por empresas pouco responsáveis. A maior lacuna da cidadania da comunidade do Jardim Nova Goiânia, porém, foi constatar a desarticulação da Associação dos Moradores que parecer ter sido o grupo mais qualificado para participar de debates com o Estado e com a iniciativa privada, exigindo moralidade e transparência na condução dos negócios públicos e defendendo os interesses da coletividade.

A Petrobras, por sua vez, publicamente reconhecida como exemplo de sustentabilidade, revelou sua fragilidade quando as declarações de sua política e os discursos de auto-promoção ancorados em certificações e prêmios, oferecidos pelo “mercado” desse novo ramo de negócio em que se converteu a responsabilidade social,

não encontraram eco na percepção de *stakeholders* como os moradores do Jardim Nova Goiânia. O fato é que, para as pessoas ouvidas nesta pesquisa, faltam evidências de participação efetiva da Petrobras no processo de conquista do desenvolvimento sustentável de comunidades impactadas pelas suas atividades.

Se por um lado comunidade e empresa demonstram fragilidade, por outro lado, muitos sinais afirmam que o caminho está sendo feito, tanto por uma quanto pela outra, na perspectiva do amadurecimento nos campos da cidadania e da responsabilidade social. Do ponto de vista do reconhecimento público da responsabilidade social da Petrobras por parte dos moradores do Jardim Nova Goiânia, destacou-se o valor conferido pela comunidade ao zelo com que a empresa cuida dos seus equipamentos na região, bem como para a construção de uma ciclovia que margeia dois dutos na entrada do bairro, obra que concilia interesse da empresa (segurança dutoviária) e da comunidade (lazer e urbanização). O aspecto de maior destaque, porém, foi a importância dada pelas pessoas ouvidas à prática da Petrobras de dialogar com a população quanto à natureza das suas instalações e sobre a forma adequada dos moradores conviverem com equipamentos de risco, como um oleoduto que atravessa perímetros urbanos.

No caso do Jardim Nova Goiânia os indícios de cidadania da população foram identificados principalmente em quatro aspectos: (a) a existência de uma consciência coletiva original sobre as origens da comunidade; (b) percepção dos moradores que enxergam a realidade do bairro e da cidade por viés autóctone e não pelas percepções estigmatizantes externas; (c) relacionamento crítico dos moradores para com o poder público, reconhecendo os valores ao mesmo tempo em que identificam as limitações das autoridades; (d) entre os moradores há também exercício de solidariedade e, com todas as limitações, também fragmentos de associativismo crítico, mesmo que seja enquanto memória e enquanto desejo.

O mais promissor dos indícios de instituição de cidadania foram os movimentos internos das pessoas participantes dos grupos focais que, durante o debate, demonstraram tal confiança umas nas outras a ponto de ter liberdade de mudar pontos de vista, a partir do reconhecimento da consistência da argumentação dos outros debatedores. Em vários momentos da conversação, as pessoas também demonstraram desejo de rearticular a Associação de Moradores e tomar outras iniciativas para dar seguimento ao processo de conquista de melhores condições de vida local e, no mesmo impulso, ampliar a satisfação de pertencer àquela comunidade.

Do ponto de vista conceitual, a pesquisa nos indicou que responsabilidade social aponta um caminho claro por onde as organizações econômicas podem se distanciar das tradicionais práticas predatórias, na direção do estabelecimento de um sistema de negócios sustentáveis. Os instrumentos de gestão em responsabilidade social são não apenas abundantes quanto suficientemente qualificados para realizar essa transição, o que não acontecerá, porém, sem decisão política da direção das empresas e sem atuação da sociedade civil. Do ponto de vista legal, as organizações econômicas, mesmo as de natureza privada, têm o direito de propriedade subordinado ao cumprimento de suas funções sociais, em harmonia com os fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana expressos já no primeiro artigo da Constituição Federal. Cumprir a lei é relevante, porém insuficiente para uma empresa posicionar-se bem no cenário da economia global e de cidadania em expansão que, por várias razões, impõe que as empresas pautem suas condutas pelos parâmetros da ética e da moralidade pública.

Nesse ambiente, o modo de agir das empresas cada vez mais torna-se tema de interesse público e, para ter legitimidade, a responsabilidade social de tais organizações deve ser conferida por esferas públicas plurais, integradas pela rede de *stakeholders* que as sustenta e enreda, sendo esse reconhecimento tão valioso quanto mais os atores desse debate sejam distintos e qualificados para o confronto de idéias num ambiente de democracia deliberativa. Por este viés, a Comunicação Pública pode ser tomada como importante parâmetro tanto para realizar quanto para averiguar o alcance dos propósitos das empresas que se apresentam como organizações comprometidas com a responsabilidade social e com a sustentabilidade das práticas produtivas.

Tudo o que foi refletido, visto e experimentado nos diz que a cidadania nasce da politização de todas as dimensões da vida e se nutre da participação em um ambiente livre, genuíno e plural, onde se exercita a comunicação orientada ao entendimento e à construção de condições para a vida boa, bela e justa para todas as pessoas. O estudo dos autores e a interação com moradores do Jardim Nova Goiânia, proporcionados por essa investigação, nos desafia a continuar buscando uma nova formulação do conceito de cidadania, entendido, precária e provisoriamente, como substância da condição humana e valor que não se pode subtrair, mas pode-se alargar indefinidamente, através de interações comunicativas, de práticas solidárias e de lutas travadas nas esferas públicas e na intimidade, que expressem sentimento de pertença a uma coletividade e que defendam a liberdade e a igualdade das pessoas, como sujeitos de construção das regras do bom viver no mundo, enquanto *oikos* ou casa comum.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DE VENDAS E MARKETING DO BRASIL. **[Site da ADVB]**. Disponível em: <www.advbfm.org.br>. Acesso em: 4 maio 2008.
- ARATO, Andrew. Representação, soberania popular e accountability. **Lua Nova**, [S. l.] n. 55-56, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- BALANÇO SOCIAL. **[Site do Balanço Social]**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 11 maio 2008.
- BEZZON, Lara Andréa Crivelaro. Análise político-sociológica do reencontro da sociedade civil brasileira com a cidadania e a democracia segundo a perspectiva da comunicação pública. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004. p. 17-28.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da Comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel (Orgs.). **Campo da Comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Universitária, 2001. p. 11-39.
- BRANDÃO, Elisabeth. Comunicação pública: alcances e limites do conceito. In: MARTINS, Luiz (Org.). **Algumas abordagens em comunicação pública**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2003. p. 20-38.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **[Site do MCT]**. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/36042.html> >. Acesso em: 4 maio 2008.

BRITO, Walderes. **Empresas de Goiás e o movimento pela responsabilidade social: o caso Transpetro**. 2006. 60 f. Monografia (Especialização em Assessoria de Comunicação) - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, iniciativa privada e interesse público. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p.135-151.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr. 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo focal. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 180-192.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COUTO, Renan Evangelista. **Turismo como mecanismo de desenvolvimento local e empreendedorismo sustentável: análise da demanda e do espaço rural do alto Aiuruoca, Itamonte, MG**. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://64.106.120.92/handle/10229/20497>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

CRUZ NETO, Otávio; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **[Anais]**, Ouro Preto, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2008.

CUNILL GRAU, Nuria. **Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social**. Tradução Carolina Andrade. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 1998.

CUSTÓDIO, Ana Lúcia de Melo; MOYA, Renato (Coord.). **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

DUARTE, Jorge. Comunicação pública. In: MARTINS, Luiz (Org.). **Algumas abordagens em Comunicação Pública**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2003. p. 7-19.

_____. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.

FEDATO, Maria Cristina Lopes. **Responsabilidade social corporativa: benefício social ou vantagem competitiva?: um estudo das estratégias de atuação social empresarial e sua avaliação de resultados**. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-24072006-161703/>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 64-89.

GOMES, Adriano; MORETTI, Sérgio. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

GREENPEACE. **[Site do Greenpeace]**. Disponível em: <www.greenpeace.org/brasil/>. Acesso em: 21 maio 2008.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade**. São Paulo: GRI, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Para uso pragmático, ético e moral da razão prática. Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, set./dez. 1989.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Site do IBGE]**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 24 jan. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **[Site do Ibase]**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>. Acesso em: 11 maio 2008.

INSTITUTO ETHOS. **[Site do Instituto Ethos]**. Disponível em: Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 5 jan 2008.

_____. **[Site do Instituto Ethos]**. Disponível em: Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 5 jan 2008.

_____. **[Site do Instituto Ethos]**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3334&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 5 jan 2008.

_____. **[Site do Instituto Ethos]**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 9 jan 2008.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LOUETE, Anne (Org.). **Compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007.

LOURENÇO, Alex Guimarães; SCHRÖDER, Débora de Souza. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: **RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis, 2003. v. 2, p. 77-119.

MAIA, Rousiley. Mídia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão. In: MAIA, Rousiley; SPÍNOLA, Maria Ceres Pimenta (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 153-179.

_____. Deliberação pública e capital social. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 163-194.

_____. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 195-220.

_____. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos dos associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 327-348.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, 2006.

Disponível em:

<<http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3125>>. Acesso em: 17 dez. 2008.

MELO, Ana Lúcia de; MOYA, Renato (Coord.). **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

MENAGEMENT & EXCELLENCE. **[Site do Menagement & Excellence]**. Disponível em: <www.management-rating.com/>. Acesso em: 22 maio 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIOTO, Luciana Bernardo. Comunicação e espaço público na sociedade da informação: reflexões sobre a política contemporânea. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.).

Comunicação Pública. Campinas: Alínea, 2004. p. 97-113.

_____. A ecoeficiência e a responsabilidade socioambiental das empresas. In: BEZZON, Lara Andréa Crivelaro (Org.). **Comunicação, política e sociedade**. Campinas: Alínea, 2005. p. 75-88.

ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: **RESPONSABILIDADE social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. p. 37-70.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 373-418.

PEREIRA, Luís Felipe Ramos. **Aspectos conceituais da ecoeficiência no contexto do desenvolvimento sustentável**. 2005. 78 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <<http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde> >. Acesso em: 25 jan. 2008.

PETROBRAS. **[Site da Petrobras]**. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads_Petrobras.html>. Acesso em: 10 jan 2009.

_____. Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?area=rsa&lang=pt&pagina=/ResponsabilidadeSocial/portugues/petrobras_balanco_socioAmbiental.asp>. Acesso em 28 mar 2009.

_____. **Plano estratégico Petrobras 2020**. Plano de negócios 2008-2012. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/ri/port/conhecerpetrobras>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

_____. **Relatório anual 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

RAMEY, William. **Estudo dos quiasmas**. Disponível em: <<http://www.inthebeginning.org/chiasmus/portuguese/introduction.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2009.

ROCHA, Maria Custódia Jorge da. Estado(s), configurações políticas e relações sociais de gênero. In: _____. **Educação, gênero e poder: uma abordagem política, educativa e organizacional**. 2005. Cap. 1, f. 31-89.. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2005. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4683>>. Acesso em: 17 dez. 2008.

_____. Relações de gênero, relações de poder: de uma cidadania instituída e excludente a uma cidadania comunicativa e instituinte. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **[Actas]**. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2008. p.1720-1728. Disponível em: <<http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/viewFile/157/153>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

SANTOS, Dalton Francisco dos. **Petrobras bate recorde de lucro!** Disponível em: <http://www.soberania.org/articulos/articulo_4544.html>. Acesso em: 1 jan. 2009.

TOLDO, Marielsa. Responsabilidade social empresarial. In: **RESPONSABILIDADE social das empresas: a contrapartida das universidades**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002. p. 71-102.

UNIVERSO ONLINE. **[Site da UOL]**. Disponível em:

<<http://economia.uol.com.br/ultnot/200/05/19/ult4294u1371.jhtm>>. Acesso em: 19 maio 2008.

_____. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/glossario/index-d.jhtm>>. Acesso em 29 mar 2009.

ZANOTI, Luiz Antônio Ramalho. **A função social da empresa como forma de valorização da dignidade da pessoa humana**. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Marília, Marília, 2006. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/e8922b8638926d9e888105b1db9a3c3c.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2007.

ZÉMOR, Pierre. A comunicação pública. In: MARTINS, Luiz (Org.). **Algumas abordagens em Comunicação Pública**. Brasília, DF: Casa das Musas, 2003. p. 76-103.

APÊNDICE A – Quadro sinótico de evolução do objetivo da pesquisa

Etapa	Título	Objetivo	Comentários
1. Novembro/2006 A – Para a seleção	Percepção da imagem pública da Transpetro por parte das comunidades de Senador Canedo	Identificar o processo e os fatores determinantes na construção, gerenciamento e manutenção da imagem pública positiva de uma empresa, em cuja missão está explicitado o propósito de ser social e ambientalmente responsável, por parte daquela parcela dos seus públicos de interesse que está em nítida situação de oposição e confronto com os interesses dessa organização.	– Título e objetivo refletem uma centralidade na empresa como origem e finalidade da pesquisa, o que a torna pouco distinta de uma pesquisa de opinião mercadológica.
2. Dezembro/2006 B – Para a seleção	Responsabilidade social e imagem pública da Petrobras Percepções de um bairro de Senador Canedo/GO	Analisar as mediações inerentes ao processo de recepção às políticas da imagem corporativa da Petrobras, como empresa socialmente responsável, por parte da comunidade do Jardim Nova Goiânia de Senador Canedo/GO.	– Título reflete uma tentativa de delimitação, passando de “comunidades” para “um bairro”, em decorrência de comentários dos/as colegas que revisaram o pré-projeto. – Objetivo muda, enfatizando alinhamento à teoria da recepção.
3. Outubro/2007 A – Final da disciplina “Metodologia”	Responsabilidade social e imagem pública da Petrobras Percepções de um bairro de Senador Canedo/GO	Analisar a percepção da comunidade do Jardim Nova Goiânia, de Senador Canedo, GO, quanto à existência de espaços formais de diálogo com a Petrobras, a respeito dos temas de interesse público comum às duas organizações, como requisito de responsabilidade social, imagem pela qual essa empresa pretende ser reconhecida.	– A formulação do objetivo reflete as contribuições conceituais dadas pelas disciplinas cursadas no mestrado, passando do campo da teoria da recepção para as discussões sobre as esferas públicas em que contracenariam empresa e comunidade.
4. Novembro/2007 B – Final da disciplina “Metodologia”	Responsabilidade social e imagem pública da Petrobras: Percepções de moradores de um bairro de Senador Canedo/GO	Aprofundar o conhecimento acadêmico sobre o processo comunicativo estabelecido entre uma empresa pretensamente de responsabilidade sócio-ambiental e os públicos afetados diretamente pelas suas atividades, quanto ao processo de emancipação e empoderamento dessas comunidades.	– Em decorrência de diálogos com o professor Luiz Melo, faz-se alteração no subtítulo para explicitar que o trabalho será apenas com alguns moradores e, portanto, não pode estender generalizações à toda a comunidade.

			<ul style="list-style-type: none"> - Tentativa de formulação de um objetivo, seguindo as orientações dos teóricos do campo da metodologia de pesquisa, especificamente quando à necessidade deste tópico ser mais amplo e menos operacional.
5. Julho/2008 – Qualificação	Dimensão Pública de Negócios Privados: Percepções da imagem da Petrobras por moradores de Senador Canedo, GO	Analisar a dimensão comunicativa da relação de uma empresa reconhecida como social e ambientalmente responsável com públicos afetados pelas atividades desta empresa.	<ul style="list-style-type: none"> - Tentativa de formulação de um título mais poético, acompanhado de um subtítulo que explicita a delimitação da pesquisa. - Tentativa de apresentar o objetivo de maneira mais sintética.
6. Dezembro/2008 A – Após trabalho de campo	Dimensão Pública de Negócios Privados: Percepções da imagem da Petrobras por moradores de Senador Canedo, GO	Identificar aspectos promotores de cidadania ativa, revelados na memória e na percepção que moradores do Jardim Nova Goiânia têm das interações comunicacionais internas da comunidade, e dela para com o poder público e com empresas instaladas nas imediações deste bairro do município de Senador Canedo, GO.	<ul style="list-style-type: none"> - Objetivo reflete, pela primeira vez, uma inversão que coloca a comunidade em primeiro plano tanto na origem quanto na finalidade da pesquisa; também reflete que foi identificado em campo uma quantidade de informações que ultrapassam a intenção inicial de conversar a respeito da Petrobras.
7. Dezembro/2008 B – Após trabalho de campo	“Que eu tenha lembrança, não!” Memórias de moradores sobre benefícios que empresas teriam trazido ao Jardim Nova Goiânia ou um estudo sobre a relação entre Comunidade e Empresa Socialmente Responsável	Identificar aspectos instituintes de cidadania, revelados na memória e na percepção que moradores do Jardim Nova Goiânia têm das interações comunicacionais internas da comunidade, e dela para com empresas instaladas nas imediações deste bairro, especialmente a Petrobras.	<ul style="list-style-type: none"> - Título faz uma primeira tentativa de trazer a comunidade para o primeiro plano e apresentar a principal descoberta da pesquisa que é a não percepção da responsabilidade que a Petrobras afirma ter. - Objetivo explicita ajustamento conceitual, expresso na substituição dos termos “cidadania ativa” por “cidadania comunicativa”.

APÊNDICE B – Roteiro para entrevistas em profundidade

<p>1) Identificação:</p> <p>Nome: _____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>Distância da moradia em relação aos dutos (em quadras): _____</p> <p>Tempo de moradia no bairro: _____</p> <p>Idade: () 30 a 40 () 41 a 50 () 50 a 60 () + de 60</p> <p>Sexo: () F () M</p> <p>Escolaridade: () 1 a 4 anos () 5 a 8 anos () Superior</p>
<p>2) Representações da pessoa entrevistada sobre a comunidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Locais, momentos e/ou espaços do Jardim Nova Goiânia em que moradores se reúnem para conversar, se divertir ou fazer alguma atividade em grupo. 2) Pessoas e organizações que atuam na comunidade. 3) Principais características do Jardim Nova Goiânia. 4) Lideranças do Jardim Nova Goiânia e a opinião do/a entrevistado/a sobre essas lideranças. 5) Opinião do/a entrevistado/a sobre quem é a responsabilidade de fazer algo para mudar a realidade do bairro. 6) Pessoas e organizações que ajudam a melhorar a vida da comunidade do Jardim Nova Goiânia.
<p>3) Representações da pessoa entrevistada sobre a Petrobras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Opinião do/a entrevistado/a sobre a Petrobras e razões que o/a levaram a ter essa opinião. 2) Presença da Petrobras Jardim Nova Goiânia. 3) Existência de momentos, espaços ou oportunidades dos moradores do Jardim Nova Goiânia dialogarem ou debaterem com os representantes da Petrobras/ Temas discutidos/ Formas de condução das discussões. 4) Opinião do/a entrevistado/a sobre as questões: <ol style="list-style-type: none"> a. A Petrobras leva em conta a opinião dos moradores quando vai fazer algo que afeta o Jardim Nova Goiânia? b. Qual a responsabilidade da Petrobras em relação às comunidades onde estão presentes as instalações da empresa? c. A Petrobras cumpre as responsabilidades dela em relação à comunidade do Jardim Nova Goiânia? d. A Petrobras traz algum benefício? Quais? E para quem? e. A Petrobras causa algum efeito negativo? Quais? E para quem? f. Depois que se instalou em Senador Canedo, a Petrobras trouxe melhorias para a comunidade e para o município? g. Se a Petrobras fizer algo de errado, a quem a população pode recorrer?

APÊNDICE C – Instrumentos dos grupos focais

GRUPO I – EX-MEMBROS DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Moderador: Walderes Brito

Observadora: Maria de Fátima Garbelini

Relatora: Rosi Martins

Local: Residência do casal Maria Ipê e João Baru

Data: 25 de novembro de 2008

Duração: 2 horas – 19h00 às 21h00

Participantes: Previstos: 9/ Presentes: 5

GRUPO II - AGENTES DE SAÚDE DA FAMÍLIA

Moderador: Walderes Brito

Observadora: Gardeny Leão

Relator: Wolney Fernandes

Local: Escola Celina de Souza Amaral

Data: 26 de novembro de 2008

Duração: 1h30 – 17h00 às 18h30

Participantes: Previstos: 5/ Presentes: 4.

Roteiro

- Introdução (30min):
 - Acolhida e agradecimento pela presença
 - Apresentação dos objetivos do grupo focal
 - Formalização da autorização para gravação e garantia de sigilo
 - Enfatizar a importância da participação de todos no debate
 - Apresentação das pessoas (nome + tempo de moradia no Jardim Nova Goiânia + função que exerceu na Associação de Moradores)
- Debate das questões-chave (1h)
- Encerramento (30min):
 - Cada pessoa faz as suas considerações finais, dizendo o que achou da atividade.
 - Agradecimento e informação da possibilidade de futura apresentação dos resultados.
 - Coleta de assinaturas nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

QUESTÕES-CHAVE

- **Questão-chave 1: Qual a percepção dos participantes sobre o Jardim Nova Goiânia?**
 - Condições de vida da população
 - Infra-estrutura do bairro
 - Equipamentos sociais
 - Segurança pública

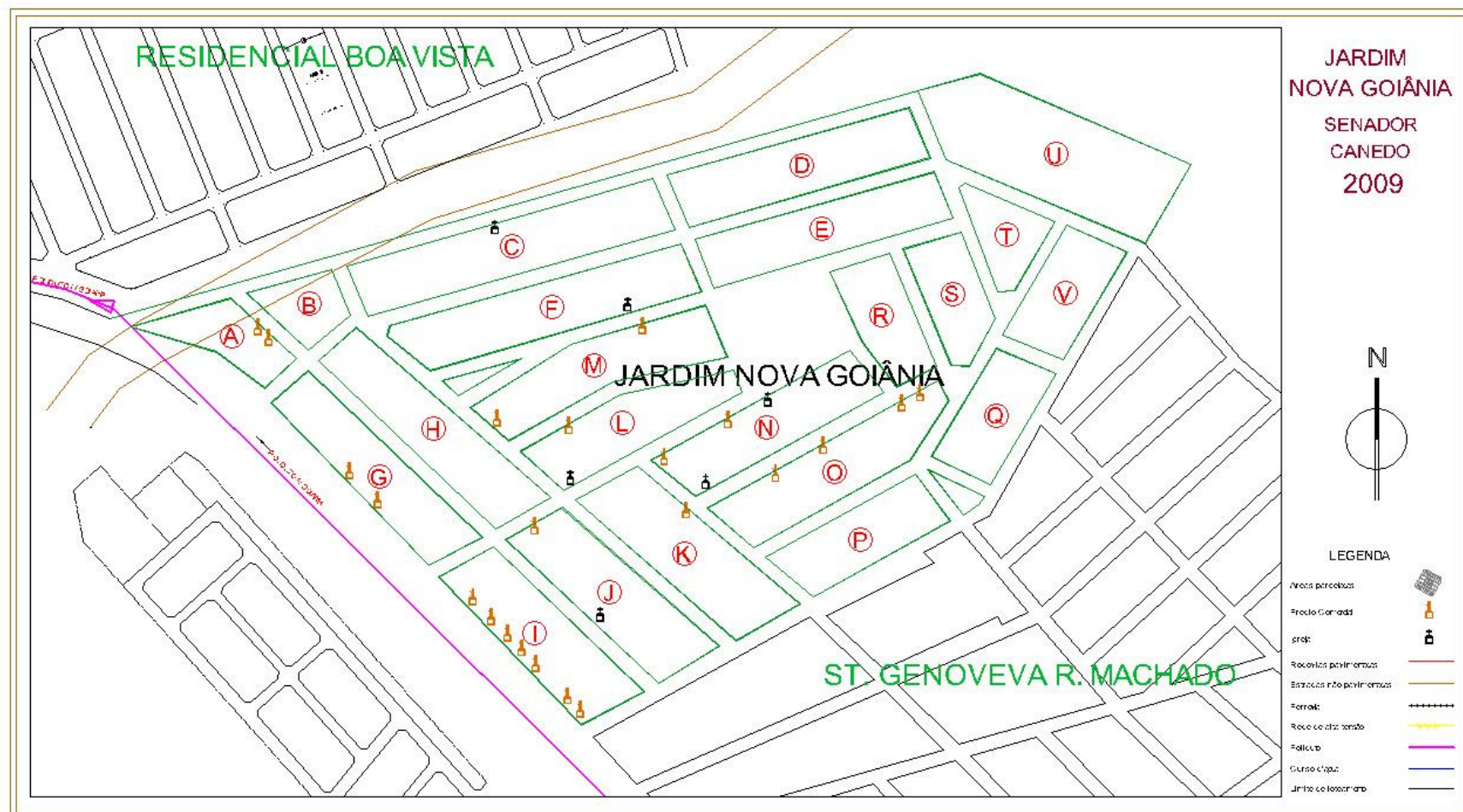
- **Questão-chave 2: Quais os ambientes, instituições e locais do bairro reconhecidos pelo grupo como espaços públicos da comunidade?**
 - Áreas de lazer
 - Áreas de atendimento público
 - Locais onde as pessoas conversam sobre os problemas do bairro

- **Questão-chave 3: Como a população exerce seu papel de cidadão?**
 - De que maneira é expressa a opinião sobre o que é certo e o que é errado
 - Temas e formas de tomada de decisão
 - Lideranças conhecidas e reconhecidas: Pessoas e organizações que ajudam a melhorar a vida da comunidade do Jardim Nova Goiânia

 - Importância da Associação de Moradores
 - Forma de atuação da Associação de Moradores
 - Leitura que se faz sobre as melhorias que foram sendo implementadas no bairro (direito da população x favor de político/ cidadania x clientelismo).

- **Questão-chave 4: Os moradores distinguem a Petrobras de outras empresas pela sua responsabilidade social e ambiental?**
 - Como vêem a Petrobras
 - Como chegaram a ter essa imagem
 - Comparação que fazem entre a Petrobras e outras empresas da região
 - O que a Petrobras traz para Senador Canedo e para o Jardim Nova Goiânia
 - Se a Petrobras leva em conta a opinião dos moradores quando vai fazer algo que afeta o Jardim Nova Goiânia
 - Opinião sobre qual é a responsabilidade da Petrobras em relação às comunidades onde estão presentes as instalações da empresa
 - Se a Petrobras não cumprir o que é responsabilidade dela, a quem a população pode recorrer?

APÊNDICE D – Mapeamento do Jardim Nova Goiânia



APÊNDICE E – Mapa de conteúdos do CD-ROM

- Dissertação
 - PowerPoint com apresentação feita durante a defesa
 - Dissertação na íntegra
 - Dissertação organizada por capítulos em arquivos separados
 - Bibliografia consultada
 - Bibliografia integral do mestrado
 - Textos utilizados, que foram obtidos em formato eletrônico (PDF)

- Coleta e tratamento de dados
 - Instrumentos de coleta
 - Roteiro de entrevistas em profundidade
 - Roteiro do grupo focal
 - Documentos analisados:
 - Decreto de aprovação do loteamento
 - Processo de desapropriação
 - Lei municipal de doação dos lotes
 - Perfil epidemiológico do bairro
 - Transcrições das entrevistas e grupos focais
 - Planilha de tabulação de dados

- Qualificação
 - PowerPoint com apresentação feita no exame de qualificação
 - Documento escrito submetido à qualificação


- Cumprimento dos créditos
 - Relatório de aproveitamento das disciplinas cursadas
 - Monografias apresentadas a cada disciplina

- Seleção
 - Edital da seleção da primeira turma do Mestrado em Comunicação
 - Projeto original apresentado no processo seletivo
 - Resultado da seleção da primeira turma do Mestrado em Comunicação

- Imagens e sons
 - Fotos do Jardim Nova Goiânia
 - Vídeos de campanhas publicitárias da Petrobras com ênfase em Responsabilidade Social Empresarial
 - Fragmentos de imagens e sons da defesa

ANEXO A – Decreto de criação do loteamento Jardim Nova Goiânia

108


 CONFERE COM ORIGINAL
 Celiano Santiago
 AG. ADJ. II

Dezembro de hum mil, ~~noiscentos e setenta e~~ setenta e sete (1977)

Prefeito Municipal

Secretário

Decreto n° 23, de 06 de janeiro de 1978.

"Aprova loteamento denominado "jardim nova Goiânia" neste município e determina outras providências."

O Prefeito Municipal de Bela Vista de Goiás, no uso das atribuições legais e tendo em vista os requisitos contidos no Lei n° 518 de 21/11/77, Decreto:

Art. 1º - Fica aprovado o loteamento denominado "jardim nova Goiânia", situado na Zona de Expansão Urbana de Bela Vista de Goiás, constituído de 621 (Seiscentos e vinte e um) lotes, de propriedade de Barão Preto - Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Art. 2º - O proprietário do loteamento outorgará à Prefeitura Municipal, a escritura definitiva das áreas destinadas ao uso do Poder Público, e que são totalidades do lote 24 da quadra I além das reservas contidas no projeto.

4000
 CONFERE COM ORIGINAL
 20/1/78
 AG. Adm. II

Art. 3º Para efeito de tributação, os lotes serão cadastrados na Prefeitura, em nome do proprietário do loteamento.

Art. 4º - Regeridas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista de Goiás, aos seis (06) dias do mês de janeiro de 1978 mil, noventa e sete (1977).

Prefeito Municipal

Decreto nº 24, de 16 de janeiro de 1978

"Concede licença Prêmio a funcionária"

O Prefeito Municipal de Bela Vista de Goiás, no uso de suas atribuições normais e legais, com base no disposto no artigo 92, item V, da Lei nº 2.268, de 11.07.77 e, tendo em vista o despacho contido no Processo nº 242/77, de 12.04.77; Decreto:

Art. 1º - Fica concedido à funcionária Hilda Gonçalves Gomes, funcionária municipal a (três) meses de licença Prêmio, a que tem direito de acordo com a legislação em